



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS – PPGDIRE**

KATIANE PEREIRA BRAGA

**ANÁLISE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS
NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DE COCALINHO – TO**

**ARAGUAÍNA/TO
2019**

KATIANE PEREIRA BRAGA

**ANÁLISE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS NA
COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DE COCALINHO – TO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Câmpus Araguaína, para exame de qualificação.

Área de Concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e tecnologias sociais.

Orientadora: Professora. Dra. Priciane Cristina Correa Ribeiro

Coorientadora: Professora Dra. Silviene Fabiana de Oliveira

**ARAGUAÍNA/TO
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P438a Pereira Braga, Kadane.
ANÁLISE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES
ASSOCIADOS NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA
DE COCALINHO – TO. / Kadane Pereira Braga. – Araguaina, TO,
2019.
128 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaina - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Demografia Populacional e Dinâmicas
Regionais, 2019.

Orientador: Dra. Prisciane Cristiane Correa Ribeiro

Coordenador: Silvana Fabiana De Oliveira

1. Nutrição. 2. Soberania alimentar. 3. Fome. 4. Transição
alimentar. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde
que cite a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KATIANE PEREIRA BRAGA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Curso de Mestrado, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Câmpus Araguaína, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Data de Aprovação ____/____/____

Banca examinadora:

Professora Dra. Priciane Cristina Correa Ribeiro- UFT
Orientadora

Professora Dra. Silviene Fabiana de Oliveira – UNB
Coorientadora

Professora Dra. Lilyan Rosmery Luizaga – UFT
Membro Interno

Professora Dra. Mônica Regina da Silva Scapim – UEM
Membro Externo

Professora Dra. Sabrina Guimarães Paiva – IFTO
Membro Suplente

Dedico este trabalho aos meus avós: Zeca, Anísio e Antônia (in memoriam), e à minha avó Maria, pelo exemplo de força que sempre foram, e aos meus pais Anésio e Cida, pelo amor imensurável e o apoio que me dedicam. Aos meus amados filhos Danilo e Milena, por serem inspiração da minha vida!

AGRADECIMENTOS

Para agradecer primeiro é importante reconhecer que os caminhos não são fáceis, e aprendi que em toda oportunidade devemos ser gratos. Foram dois anos de reconstrução e de transformações intensas, por isto tudo sou grata!

Agradeço a minha orientadora Professora Dra. Priciane Cristina Correa Ribeiro, pela paciência, dedicação e presença nessa caminhada. Agradeço aos demais professores do programa por oportunizarem meu aprendizado de forma majestosa.

Agradeço a todos os colegas de mestrado, pelas trocas de conhecimentos e também pelas risadas e apoio nas horas de aflição, em especial ao querido Janderson Henrique Mota de Souza, agora grande amigo.

Agradeço ao IFTO – Câmpus Araguaína, pelo apoio, e aos queridos alunos que contribuíram com esta caminhada.

Agradeço aos membros da comunidade de Cocalinho, que colaboraram diretamente com a pesquisa.

Agradeço o apoio das minhas amigas Deusine Cristiane Borges Aguiar Mendes e Sabrina Guimarães Paiva nas horas de preocupação e de aprendizado.

Aos meus amados pais, filhos, irmãos e sobrinhos por serem minha base familiar.

Poeta, em que medita?
Por que vives triste assim?
É que eu a acho bonita
E você não gosta de mim.
Poeta, tua alma é nobre
És triste, o que o desgosta?
Amo-a. Mas sou tão pobre
E dos pobres ninguém gosta.

Poeta, fita o espaço
E deixa de meditar.
É que... eu quero um abraço
E você persiste em negar.
Poeta, está triste eu vejo
Por que cisma tanto assim?
Queria apenas um beijo
Não deu, não gosta de mim.
Poeta!
Não queixas suas aflições
Aos que vivem em ricas vivendas
Não lhe darão atenções
Sofrimentos, para eles, são lendas.

(Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

Compreender a segurança alimentar e nutricional atrelada às teorias de desenvolvimento das populações, permite reconhecer os mecanismos determinantes da qualidade de vida das populações vulneráveis e assegurar ferramentas na luta pelo bem-estar social, e de forma ampla, esta compreensão pode colaborar para a transformação das realidades onde estas populações estão inseridas. Este trabalho teve como objetivo elucidar as condições de (in) segurança alimentar e fatores associados a ela em uma comunidade remanescente de quilombo, a comunidade de Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia/TO. Esta população carrega consigo as vulnerabilidades adquiridas em seu processo histórico, pois são pessoas que levam uma herança econômica e social do período de escravidão, exclusão e marginalização. Neste sentido, o estudo buscou discutir os resultados em paralelo com a ideia de privação de liberdade proposta por Amartya Sen. A pesquisa foi do tipo transversal e analítico, com levantamento de dados quantitativos obtidos pela EBIA (Escala Brasileira de Insegurança alimentar), QFA (Questionário de Frequência Alimentar) e dados antropométricos, aplicados a 62 pessoas da comunidade. Foi realizado tratamento estatístico utilizando o programa SPSS statistics 21 IBM: ANOVA, Quiquadrado, regressão logística simples e multinomial. Os resultados demonstraram que: (80,64%) dos participantes eram do sexo feminino; a média de idade foi de 44,9 anos; (67,74%) se autodeclararam negros e a renda média foi de 817,61 reais, no entanto, 24,19% dos participantes recebem menos de um salário mínimo, sendo estratificados nas classes D (58,6%) e E (41,93%) conforme a ABEP (Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas). Quanto à escolaridade: (43,54%) cursaram apenas até o ensino fundamental e (17,74%) concluíram o ensino superior. As condições de moradia e saneamento mostraram-se precárias, pois não existe esgotamento sanitário e a água, obtida de poço artesiano, recebe tratamento apenas por meio de pastilhas de cloro. Quanto à insegurança alimentar: a incidência foi de 58,05%, distribuídas nos graus moderado e grave de insegurança alimentar; está foi mais frequente entre as mulheres (72%) e teve relação significativa com a renda ($p=0,01$) e com o número de pessoas que moram no domicílio ($p=0,031$). Quanto aos hábitos alimentares percebemos alto consumo de carboidratos, (43,64%) do total da dieta, seguido de proteína (35,15%) e de açúcar (14,29%), e do baixo consumo de frutas e hortaliças (7,47%). O consumo de alimentos industrializados foi de (34,54%) e não industrializados de 65,45%, no entanto não apresentaram diferença estatística significativa ($p=0,387$) e ($p=0,557$) respectivamente, indicando que ambos os tipos de alimentos estão sendo consumidos na mesma proporção. As avaliações antropométricas demonstram prevalência de alterações de IMC (índice de massa corporal) e C.A (circunferência abdominal) em (86,59%) do total de participantes, e com significância de associação entre os dados antropométricos de ($\chi^2 = 33,03$ $Gl=1, p=0,08$) para C.A e $p=(0,03)$ para o IMC. Além disto, (63%) dos investigados refeririam diabetes ou hipertensão arterial. Concluimos que a insegurança alimentar e nutricional na população está associada às condições sócio econômicas, também percebemos problemas de sobrepeso e obesidade, associados à insegurança alimentar, assim a prevalência das doenças crônicas citadas podem ser consequência dos hábitos alimentares inadequados atrelados ao aumento do consumo de alimentos menos tradicionais nesta população, denotando possível transição alimentar e epidemiológica. Por fim, estes aspectos são limitantes ao desenvolvimento pleno nesta população, e sugere-se que estes devem ser avaliados

em caráter longitudinal para que as políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais quilombolas possam ser de fato efetivas garantindo entre outras liberdades, a soberania alimentar destes grupos.

Palavras-chaves: Nutrição; Soberania alimentar; Transição alimentar.

ABSTRACT

Understanding food and nutritional security, coupled with population development theories, allows us to recognize the determinants of the quality of life of vulnerable populations and to ensure tools in the fight for social well-being, and this understanding can contribute to the transformation of realities where these populations are inserted. The objective of this study was to elucidate the conditions of (food) insecurity and factors associated with it in a quilombo community, the community of Cocalinho, in Santa Fe do Araguaia/TO. This population carries with it the vulnerabilities acquired in its historical process, since they are people who bear an economic and social heritage from the period of slavery, exclusion and marginalization. In this sense, the study sought to discuss the results in parallel with the idea of deprivation of liberty proposed by Amartya Sen. The research was of the transversal and analytical type, with quantitative data obtained by EBIA (Brazilian Food Insecurity Scale), QFA (Food Frequency Questionnaire) and anthropometric data, applied to 62 people in the community. Statistical treatment was performed using the SPSS statistical program: IBM: ANOVA, Quiquadrado, simple and multinomial logistic regression. The results showed that: (80.64%) of the participants were female; the mean age was 44.9 years; (67.74%) declared themselves black and the average income was 817.61 reais. However, 24.19% of the participants receive less than one minimum wage, being extratified in classes D (58.6%) and E (41.93%) according to ABEP (Brazilian Association of Companies and Research). Regarding schooling: (43.54%) only attended elementary school and (17.74%) finished higher education. Housing and sanitation conditions were precarious, as there is no sanitary sewage and water, obtained from artesian well, is treated only by chlorine tablets. Regarding food insecurity: the incidence was 58.05%, distributed in the moderate and severe levels of food insecurity; was more frequent among women (72%) and had a significant relationship with income ($p = 0.01$) and the number of people living at home ($p = 0.031$). As for eating habits, we observed high carbohydrate intake (43.64%), followed by protein (35.15%) and sugar (14.29%), and low consumption of fruits and vegetables (7.47%). The consumption of processed foods was (34.54%) and non-industrialized (65.45%), but did not present a statistically significant difference ($p = 0.387$) and (0.557) respectively, indicating that both types of foods are being consumed on the same proportion. The anthropometric assessments showed a prevalence of alterations in BMI (body mass index) and WC (waist circumference) in (86.59%) of the total participants, and with a significant association between the anthropometric data of ($\chi^2 = 33.03$ $Gl = 1$, $p = 0.08$) for CA and $p = (0.03)$ for BMI. In addition, (63%) of those investigated reported diabetes or hypertension. We conclude that food and nutritional insecurity in the population is associated with socioeconomic conditions, we also perceive problems of overweight and obesity, associated with insecurity, so the prevalence of chronic diseases may be a consequence of inappropriate food habits linked to increased food consumption less traditional in this population, denoting a possible food and epidemiological transition. Finally, these aspects are limiting to the full development in this population, and it is suggested that these should be evaluated longitudinally so that public policies aimed at the traditional quilombola communities can be effective effectively guaranteeing, among other freedoms, the food sovereignty of these groups.

Keywords: Nutrition; Food sovereignty; Food transition.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução do nº de cestas básicas adquiridas com um salário mínimo, período de 1995 a 2017	50
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição sociodemográfica em relação à EBIA, de 62 indivíduos da Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia – TO.	79
Tabela 02: Análise associativa multinomial dos hábitos alimentares e EBIA da amostra, conforme grupos de alimentos, em 62 indivíduos da Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia – TO.....	80
Tabela 03: Distribuição da frequência de consumo de alimentos industrializados e não industrializados, e avaliação da associação em relação à EBIA, entre os 62 indivíduos da Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia/TO	80
Tabela 04: Avaliação da associação das variáveis: SEXO, CA (Circunferência Abdominal), IMC (Índice de Massa Corporal), Atividade Física (AF); HAS/DM (Hipertensão arterial sistêmica/Diabetes Mellitus), por regressão logística multinomial	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Ciclo de determinantes da fome	29
Figura 02: Pilares de avaliação do IDH	32
Figura 03: O estado de a segurança alimentar no Brasil.....	42
Figura 04: Mapa das principais carências existentes no Brasil na obra de Castro ...	62
Figura 05: Mapa do Tocantins destacando a Comunidade de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia no estado do Tocantins.....	70
Figura 06: Esquema simplificado do roteiro de coletas de dados na Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia – TO.....	72
Figura 07: Distribuição do consumo da variedade de alimentos não industrializados (A) industrializados (B), na amostra a comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaína/TO.....	81
Figura 08: Expansão antrópica em Santa Fé do Araguaia no período entre 2004 e 2014	97
Figura 09: Mapa de Vulnerabilidade e Desnutrição para o estado do Tocantins elaborado pelo SISVAN (2014)	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Baseada na organização do SISAN	49
Quadro 02: Questões da Escala Curta de Segurança Alimentar.....	74
Quadro 03: Escore para classificação da I.A.....	74
Quadro 04: Conversão da frequência alimentar em valores de consumo diário	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ADA – Ação de Distribuição de Alimentos
AF – Atividade física
BPC – Benefício de Proteção Continuada
CA – Circunferência Abdominal
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEP – Comitê de Ética e Pesquisa
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada
DM – Diabetes Mellitus
EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESF – Equipe Saúde da Família
FAO – Food and Agriculture Organization
FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FJP – Fundação João Pinheiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
HAS – Hipertensão Arterial Sistêmica
IA – Insegurança Alimentar
IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE – Instituto brasileiro de estatística e geografia
ID – Independentes Industrializados
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMC – Índice de Massa Corporal
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAPIG – Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MP – Medida Provisória

MS – Ministério da Saúde

NID – Não Industrializados

ODMs – Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PFZ – Programa Fome Zero.

PIB – Produto Interno Bruto (PIB)

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF – Programa Saúde da Família

QFA – Questionário de Frequência Alimentar

SA – Segurança alimentar

SAN – Segurança Alimentar Nacional

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN – Sistema de Vigilância Nacional de Alimentação e Nutrição

SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento

UBS – Unidade Básica de Saúde da comunidade

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

VIGITEL – Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DESENVOLVIMENTO	24
2.1 Breve introdução sobre desenvolvimento e desigualdade social.....	24
2.2 Histórico da segurança alimentar e nutricional	33
2.3 A segurança alimentar e nutricional no Brasil: história, políticas públicas e combate à insegurança alimentar	43
2.4 Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável	49
2.5 Promoção do abastecimento e do acesso regular e permanente à alimentação saudável	52
2.5.1 Produção de agrícola e sua relação com a segurança alimentar e pobreza	54
2.6 Segurança alimentar, transição nutricional e epidemiológica.....	58
2.7 Políticas públicas voltadas à população negra: redução das desigualdades	64
3 MATERIAL E MÉTODOS	70
3.1 Localização do Estudo	70
3.2 Levantamento e análise estatística dos dados	71
4 RESULTADOS.....	77
4.1 Perfil sociodemográfico de 62 indivíduos da comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia/TO	77
4.1.1 Segurança alimentar e nutricional (SAN) e fatores sociodemográficos associados a SAN	78
4.1.2 Descrição dos hábitos alimentares e estado nutricional de 62 pessoas da comunidade remanescente quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia/TO	79
5 DISCUSSÃO	83
5.1 Perfil sociodemográfico e segurança alimentar na comunidade de Cocalinho.....	83
5.2 Hábitos alimentares e transição epidemiológica na comunidade de Cocalinho.....	89
5.3 A história e produção de alimento como fator associado a segurança alimentar na comunidade de Cocalinho	94

6 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
ANEXO	121
APÊNDICES	122

1 INTRODUÇÃO

Esforços mundiais em prol da erradicação da fome têm sido feitos nas últimas décadas, no Brasil para além da fome, podemos citar a preocupação de organizações e movimentos sociais com a Segurança Alimentar Nacional (SAN). As mobilizações, políticas de combate à fome e à desnutrição foram implantadas nas populações mais carentes, o que levou o país a sair do mapa da fome em 2014. No entanto, as populações mais vulneráveis, ainda sofrem diretamente com problemas provocados pela má alimentação, caso das comunidades tradicionais que são foco desta pesquisa (BRASIL, 2016b).

A população de escolha deste estudo é uma comunidade remanescente de quilombo, no entanto não nos ateremos aos aspectos históricos e culturais, destas comunidades, mas sim aos fatores ligados ao seu desenvolvimento, para tanto buscamos compreender como surgiram e quais ocorrências históricas justificam a vulnerabilidade desta população investigada.

A história das comunidades remanescentes de quilombos tem origem durante a colonização, quando o Brasil recebeu quantidade expressiva de imigrantes, de diferentes regiões do mundo, diferente dos que vieram aventurarem-se no novo território, os negros foram escravizados, retirados de suas terras de forma desumana e tratados como mercadorias (1530 – 1888). Muitos morriam durante o trajeto, pois eram amontoados e depositados nos porões de navios. Ao desembarcar eram descaracterizados, perdendo seu nome e sua cultura e transformando-se em mercadoria vendida, alugada, leiloada, penhorada e hipotecada, de acordo com as necessidades de seu proprietário.

Após a venda, eram levados para realizar todo tipo de trabalho, trabalhavam na pecuária, no cultivo de cana-de-açúcar e café, dentre outras inúmeras atividades. Eram tratados da pior forma possível e levados a trabalhar além da exaustão física, além de sofrer castigos hediondos. Habitavam as senzalas, que eram galpões sujos, escuros e acorrentados para não fugirem, eram constantemente vigiados. Com toda sobrecarga de sofrimento morriam jovens, tinham expectativa de vida na média de 19 anos de idade. Como forma de revolta, fugiam constantemente e eram perseguidos como animais, por grupos comandados pelo capitão do mato (PINSKY, 1987) (MATTOS; ABREU, 2009).

Quando tinham sucesso nas fugas se agrupavam para se defender, surgindo assim os quilombos. A palavra quilombo significa: acampamento guerreiro na floresta, seus habitantes eram denominados “quilombols” ou “calhambola” palavras angolanas derivadas de *ngolo*- “força; nbula “golpe”; calhambola seria o destino. O Rei de Portugal definiu em 1740 que toda habitação de negros fugidos que tinham mais de cinco fugidos, e localizavam-se em partes despovoadas, mesmo que não tivessem ranchos ou pilões neles, seria território quilombola (SHIRLEY; SILVA, 2014).

O território quilombola não vem apenas dos grupos de fugas, mas também de doações de terras que feitas pela igreja católica, herança deixadas pelos senhores a alguns escravos; de recompensa por parte do Estado a escravos que prestaram serviço em guerras; de ocupação pacífica em áreas abandonadas pelos donos, e alguns poucos casos de terras comprados por escravos alforriados. Nestes territórios eles puderam recriar sua cultura, religião e costumes dentro do Brasil (FRANCO, 2018).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais transitórias reconhece o direito à terra destas comunidades, como destacado no trecho a seguir: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p.160). Além das terras, os artigos 215 e 216, protegem as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos que participaram do processo de civilização nacional. A constituição Federal também declara como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Ficam tombados ainda documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988).

As comunidades tradicionais ainda foram regulamentadas pelo Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. No documento estas comunidades são definidas como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas determinados e transmitidos pela tradição (BRASIL,1988). Entre esses grupos,

existem as comunidades remanescentes de quilombos, as quais são configuração de hoje oriundas dos quilombos que foram formados a partir do movimento de resistência ao sistema de escravatura e opressão no período de escravidão no Brasil. Portanto, essas comunidades remanescentes, assim como a população negra brasileira, carregam consigo as sequelas dos anos de escravidão, discriminação e marginalização, que são reflexos de uma história construída sob a desigualdade que ainda as mantém nas classes sociais mais pobres.

Conti e Souza (2013) descrevem como detalhes peculiares a esses povos, como o compartilhamento da terra para uso coletiva com baixo impacto ambiental, as cooperações dentro do grupo para fortalecer sua sobrevivência. Assim podemos dizer, que como os demais povos considerados tradicionais, os indígenas, os pescadores e ribeirinhos, necessitam serem vistas para além do reconhecimento e acesso a terra, englobar políticas para o seu desenvolvimento econômico e social é imprescindível, e traduz se no atendimento aos direitos assegurados a eles.

Apesar do reconhecimento legal e do direito à terra existirem, as comunidades remanescentes de quilombos são vulneráveis em vários aspectos, entre os quais podemos destacar as baixas taxas de escolaridade e as altas taxas de desemprego, de morbidade e de mortalidade. Estudos ainda destacam que para essas comunidades há persistência de doenças crônicas e infecciosas, de insegurança alimentar e de altos índices de violência urbana (FREITAS et al., 2011).

Somam-se aos fatores históricos e étnico-sociais particulares das populações negras, os aspectos de transição epidemiológica brasileira de forma geral, temos mudanças na saúde das pessoas que pode ser definida como alterações relacionadas ao seu ambiente e ao seu modo de vida. Estudos vêm descrevendo essas mudanças no padrão de saúde ao longo do tempo e demonstrando como a transição nutricional é associada às doenças (OMRAN,1971).

Essas modificações ocorreram de forma paralela à industrialização e à migração da zona rural para zona urbana (MORATOYA et al., 2013). Quando analisamos as comunidades tradicionais fica evidente que essas transições estão relacionadas à maior inserção de alimentos industrializados em sua dieta que, anteriormente eram baseadas em alimentos mais orgânicos, obtidos pela agricultura, coleta, caça e criação de animais para subsistência (MORAES et al., 2017).

Soares e Barreto (2015) descreveu que os povos tradicionais como os quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores, estão sujeitos às alterações de

cunho epidemiológico, demográfico e também nutricionais refletidos nas taxas de morbidade, mortalidade e fecundidade nessa população, isto paralelo e/ou em consequência as suas vulnerabilidades.

Segundo Paiva (2017), esta mudança de características rurais para urbanas pode, pelo menos em parte, explicar a maior prevalência de determinadas doenças, como as cardiovasculares, nas populações afrodescendentes em geral.

A investigação sobre segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas torna-se relevante para esclarecer os fatores que podem estar associados às questões nutricionais e de saúde nesse grupo específico. Entre esses fatores podemos levantar aqueles relacionados aos hábitos alimentares que não suprem as necessidades nutricionais o suficiente para manter a saúde, isso no que se refere a número de refeições e também à qualidade de seu aporte nutricional, além das condições socioeconômicas que influenciam diretamente na segurança alimentar deste grupo (LAVINAS, 2002;); (SILVA; SANTOS, 2018)

Portanto, como descrito anteriormente, a trajetória de histórica e a fragilização social dos remanescentes quilombolas justificou a escolha do grupo deste estudo, e de modo geral, o presente estudo teve como objeto investigar a segurança alimentar na comunidade remanescente de quilombos de Cocalinho, buscando mais especificamente descrever os impactos da insegurança alimentar na saúde - como a incidência de doenças crônicas, destacando a desnutrição e a obesidade - e na qualidade de vida das pessoas. A proposta buscou discutir os resultados encontrados sob à ótica do desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen (2010) em uma tentativa de argumentar sobre a perda das capacidades necessárias para garantir a qualidade de vida de comunidades tradicionais, como de capacidades que os impeça de passar por privação de alimento e/ou daquelas que lhes garantiriam o poder de decisão sobre o uso tradicional da terra.

Este trabalho tomou como ponto de partida as seguintes hipóteses: (1) Existe uma relação direta entre a segurança alimentar e as condições socioeconômicas e hábitos de vida da população em estudo; (2) Existe um alto grau de insegurança alimentar na população e esta seria resultante de uma dieta marcada pela introdução de hábitos alimentares mais urbanizados. (3) Existe nesta população risco a saúde ou problemas de saúde já instalados relacionados à segurança alimentar.

Assim esperamos que estes resultados possam fornecer dados que colaborarem com a formulação e reformulação de estratégias políticas mais direccionadas às especificidades destes grupos.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DESENVOLVIMENTO

2.1 Breve introdução sobre desenvolvimento e desigualdade social

Este estudo prioriza o campo do desenvolvimento, sem rejeitar, contudo, as vulnerabilidades do grupo de estudo, o qual, historicamente, foi exposto à repetidas situações de estresse, que os colocaram em condição de vulnerabilidade, estas últimas são inferidas aqui a partir das condições de vida dos indivíduos e dos fatores determinantes de sua qualidade (MENDES; TAVARES, 2011).

Esta pesquisa se ancora na tese de que desenvolvimento pode abranger diversos aspectos além do conceito básico de mudança ou melhoria ao qual ele está mais comumente associado; e nossa argumentação toma por base a teoria do desenvolvimento de Amartya Sen que será aprofundada mais adiante.

Para dimensionar a abrangência do tema desenvolvimento faz-se necessário interligar as origens filosóficas, antropológicas e econômicas, contudo, os debates acerca do tema permanecem, pelo menos até a década de 80, concentrados nos aspectos ligados ao crescimento e a expansão econômica das populações, enfocando, deste modo, o acesso delas aos bens materiais. Neste sentido, Furtado (2000) explica que, com o advento da industrialização e da formação do capital, o desenvolvimento passa a ser fortemente associado aos valores monetários; sendo o ápice desta associação atingido quando a classificação econômica de um país é atrelado ao seu valor de Produto Interno Bruto (PIB)¹. Lavinhas (2002) e Furtado (2000) também chamam a atenção para o aparecimento do consumismo como parâmetro de avaliação de crescimento. Marx (2008), em oposição ao desenvolvimentismo econômico, defendia que a formação da sociedade capitalista e acumulação do capital seriam os responsáveis pela pobreza e desigualdade, e consequente atribuição de completude pessoal à acumulação de bens.

Quando analisamos as configurações econômicas do Brasil, chegamos ao perfil de um país importador de mercadorias, e com uma indústria pouco expressiva para contribuir com a estabilidade econômica. Observa-se que este perfil, predominantemente, produtor de matéria prima contribuiu para o aumento das desigualdades sociais e econômicas, além de acentuar a pobreza e a

¹ Produto interno bruto é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região ou país.

marginalização de sua população. Então, podemos descrever a pobreza no Brasil, como um fenômeno resultante de adversidades estruturais e inconstantes da economia, contrapondo-se ao progresso. Progredir estaria associado a ter acesso a bens de consumo, educação e também a direitos sociais, e, portanto, o aumento de indivíduos sem acesso ao básico para sua sobrevivência evidencia que a economia se sobrepõe ao desenvolvimento humano (FURTADO, 2005).

No Brasil essas desigualdades são marcantes, e assim detemos uma grande parcela de pessoas vivendo em condições de sub cidadanias, marginalizados, apesar dos pilares de valores para desenvolvimento, como de um alto PIB, do avanço tecnológico e a industrialização. Podemos afirmar que esses sustentáculos levaram a sociedade a se estratificar naqueles que produzem e àqueles que usufruem o que é produzido. Para Furtado (2000) é o subdesenvolvimento banalizado e o desenvolvimento levado a patamares inexistentes, como se a sociedade pudesse atingir níveis homogêneos de desenvolvimento, isto levou a um distanciamento da realidade, e infelizmente subsidiando políticas públicas de forma errada.

Como tentativa de redução das desigualdades econômicas e, conseqüentemente, das desigualdades sociais, diversos autores apontam o surgimento do fenômeno da globalização² como um incursor na tentativa de cooperar com a expansão econômica mundial, com o foco no crescimento econômico, no entanto, tornou-se responsável pela acentuação das diferenças (econômicas e sociais) entre os países desenvolvidos³ e os subdesenvolvidos⁴. No que tange ao termo crescimento, é evidente que este vem sendo utilizado constantemente para designar o “desenvolvimento”, mas em ao contrário desta premissa, o termo crescimento não consegue descrever o desenvolvimento pleno de um país (BIELSCHOWSKY, 2000). Furtado a partir de 1961, estabeleceu o debate sobre desenvolvimento, reforçando que alguns economistas, dentre eles destacam Amartya Sen, já citado anteriormente, viram a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda

² Globalização pode ser definida como aproximação entre diversos países e sociedades existentes em todo o mundo, nos âmbitos: econômico, tecnológicos, cultural e político, mas em especial a integração de mercado entre os países.

³ Países com altos índices de desenvolvimento econômico e social.

⁴ Países com baixos índices de desenvolvimento econômico e social.

real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p. 115-116). O mesmo autor afirma que:

A ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p. 75).

É necessário destacar que o desenvolvimento de uma população não é isento a sua estrutura social, e precisa de concepção política de desenvolvimento, e sua implantação é aceitável sem uma exploração ideológica, principalmente o desenvolvimento econômico: “O desenvolvimento econômico é um processo acentuadamente desigual”. Nessa perspectiva, Sachs (2005), assegura que:

Crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. Enquanto persistirem enormes disparidades sociais, o crescimento permanecerá, com certeza, uma condição necessária, embora de modo algum suficiente, do desenvolvimento, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados (FURTADO, 2009, p. 111).

Assim, acredita-se que o aumento da riqueza mundial não se traduz necessariamente em desenvolvimento ou igualdade em termos de capacidades, seguindo a perspectiva de Amartya Sen. O alargamento das capacidades sofre interferência da renda, mas também de outras variáveis, como saúde, participação política, educação, dentre outras. Assim é necessário avaliar a pobreza multidimensionalmente, tarefa complexa e que requer cautela nos quesitos específicos dos países e suas regiões; então a pobreza monetária é mais fácil de ser medida.

O enraizamento deste pensamento induziu a sociedade a permitir condições degradantes e aceitar que deve existir dois grupos: os que conseguem alcançar o sucesso, pois trabalharam por ele, e aqueles que são pobres por não terem se esforçado o suficiente para obter melhorias em suas vidas. Para Malthus (1996) a pobreza seria um mal inevitável causado pelo aumento da população no mundo, e próprio indivíduo é o responsável por ela. Continuando esta mesma reflexão Faleiros (2003) descreveu o processo de desresponsabilização do Estado, como destacado no trecho a seguir:

O neoliberalismo⁵ vem mascarando o neoconservadorismo, assim temos um processo de ataque a proteção social, contra o Estado de Bem-Estar Social, contra a desmercadorização da intervenção política em favor dos pobres, em nome da competitividade e a serviço da globalização, do combate aos gastos públicos com os pobres, do fim da dependência dos indivíduos como se pobre fosse o parasita da sociedade (FALEIROS, 2003, p. 111).

Organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecem há décadas que no mundo existe abundância de riqueza e grande parcela da população sem acesso a condições mínimas de vida. Com objetivo de reduzir as disparidades, em 2000, foi realizada em Nova York, a Cúpula do Milênio das Nações Unidas onde foram traçados oito Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

Os ODMs foram estabelecidos no sentido de reduzir as dificuldades no desenvolvimento das nações e determinaram metas claras e atribuições específicas a cada país. As propostas se concentraram na redução da pobreza, na melhoria do acesso à saúde e ao saneamento básico, além da redução das desigualdades de gênero.

Segundo dados da ONU (2015) mais de 700 milhões de pessoas em todo mundo saíram da situação de pobreza. Tais objetivos foram reconfigurados na “Nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que foi aprovada na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável organizada pela ONU em Nova York, no ano de 2015. Nesta Agenda, foram incluídos 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável tendo entre suas metas, traçadas até 2030, a erradicação da pobreza extrema, a melhoria do bem-estar social e a proteção do meio ambiente (ONU, 2015).

Estas ações são importantes na evolução da sociedade, pois o processo histórico de formação das nações se dá de forma dinâmica e contínua, e que desenvolvimento é resultante do processo civilizatório e da modernização da sociedade, porém, o individualismo é imperativo, e essas profundas mudanças implicaram na sobreposição pessoal e, ao longo do tempo, provocando novas relações sociais desiguais (BAUMAN, 2010).

Então, nesse jogo de exclusão e inclusão percebemos as variações de desigualdades sociais: as desigualdades econômicas, de gênero, de classes, as

⁵ Doutrina que surgiu na década de 1970, onde defende se a liberdade de mercado, e à intervenção do sobre a economia, e esta deve ser mínima em outros setores também.

raciais, as regionais e outras. Para este estudo tanto as desigualdades econômicas como as raciais serão importantes como implicants no objeto de estudo, a segurança alimentar, pois estas são frutos das relações políticas, sociais e culturais (FREY, 2000).

Amartya Sen introduziu a teoria de desenvolvimento para além desta concepção econômica, de renda e riqueza, mas o conectando as liberdades inerentes ao indivíduo, isto é, aquelas que lhe confere direitos políticos e civis, que irão garantir seu poder de escolha e atuação na sociedade (SEN, 2010). Assim, quando se trata desigualdades e pobreza, é preciso elucidar os mecanismos que os envolvem, logo, se coloca como questionamento o fato de se produzir tantas riquezas e estas não proporcionarem a liberdade necessária para o desenvolvimento total dos indivíduos.

Esse “total” só se configura quando o indivíduo tem, além da liberdade, a possibilidade de expansão dela e o acesso aos meios para alcançá-la. Contudo, segundo SEN (1988), enfatiza que o movimento de amplo debate demonstrou que apenas um regime de estado democrático não proporcionou de forma efetiva as oportunidades iguais às pessoas, mas aqui é preciso destacar, que ainda segundo o autor em um governo democrático, que sofre maior pressão de crítica política, são exercidas maiores medidas de prevenção, para evitar problemas sociais, como a fome coletiva, ao passo que em governos autoritários estas precauções seriam de menor interesse dos governantes.

E é neste contexto de privação de liberdades que uma parcela da população é mantida na pobreza e com restrição alimentar. Jonsson (1989) descreveu a ligação da fome como cíclica perversa e multidimensional, mostrando que seus determinantes se interpõem constantemente. Veja a seguir o diagrama baseado na descrição do autor:

Figura 01: Ciclo de determinantes da fome



Fonte: baseado em Jonsson (1989).

O diagrama sugere as interações que explicam a fome a partir de elementos históricos, econômicos, políticos e ideológicos. Iniciando pelo determinante histórico, podemos considerar que a fome tem suas bases no imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, escravidão, êxodo rural, leis de herança, guerras, estamentos sociais etc. Estas ocorrências determinam e determinaram a fome e a insegurança alimentar em muitos países.

Quanto aos determinantes tecnológico e ecológico dizem respeito aos recursos naturais que influenciam nas técnicas de produção dos alimentos, tais como a lida com a terra, uso de agrotóxico e manipulação de sementes. A produção de alimentos está em constante modificação, devido a exigências, tanto no aumento do volume de alimentos, quanto no aperfeiçoamento da lida com o solo e sementes, além de enfrentar as intemperes das mudanças da natureza agredida neste processo. O fator econômico tem relação com a propriedade, posse ou acesso aos meios de produção, estrutura de poder, exploração do trabalho, etc. Já discutidos anteriormente nas produções de desigualdades. Os ideológicos são representados pelas crenças, cultura de produção e hábitos alimentares, influenciam nos hábitos alimentares e determinam a transição alimentar em todos os continentes.

Por fim, o determinante político relaciona-se a estrutura e funcionamento do Estado, relação das esferas de poder, direito e democracia, etc. (JONSSON, 1989).

Um aprofundamento teórico da interconexão destes fatores com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) será apresentado nos tópicos subsequentes. O Brasil é um dos países com maior desigualdade social, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Fundação João Pinheiro (FJP) (2017), o país ocupa o décimo lugar na classificação mundial de países com desigualdades em sua população. Isto quer dizer que, apesar da sua classificação como país com alto Índice de Desenvolvimento Humano, mensurado pelo IDH (valor IDH⁶ Alto =0.759 em 2018), ele não consegue reduzir essas disparidades. Quando a avaliação é feita considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que considera o trabalho e a renda, as diferenças são ainda mais acentuadas. Como monitoramento do desenvolvimento no Brasil, podemos destacar os diversos estudos que demonstram a relação entre insegurança alimentar e renda, condições de moradia e saneamento; como o Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e os estudos específicos da *Food and Agriculture Organization* (FAO). O Banco Mundial estima que cerca de 2 a 3% da perda do Produto Interno Bruto (PIB) de um país deve-se a má nutrição. A relação entre alimentação e o desenvolvimento humano é proporcional à redução da pobreza e mazelas econômicas, isto se deve ao fato de que a pessoa que manteve bom estado nutricional desde a infância terá maior capacidade cognitiva e física, e, portanto, conseguindo avançar economicamente e romper as barreiras da pobreza (FAO, 2009) (HELLEBRANDT; ALLISON, H.; DELAPORTE, 2014).

Parr (1990) ressalta que o descumprimento dos direitos humanos deve ser combatido, e que as teorias de Sen, embasaram os novos parâmetros de desenvolvimento humano. Onde a capacidade de escolha para o seu desenvolvimento deve ser estimulada, e a negligência do direito à liberdade de escolha o fere diretamente.

Então as formas de avaliação através dos índices de desenvolvimento humano, configuram um novo patamar de avaliação dos países classificando-os e

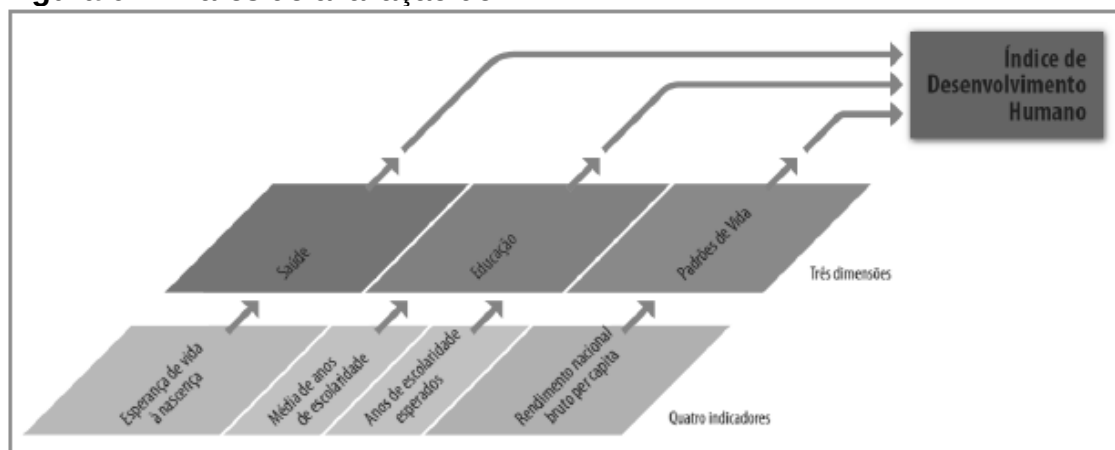
⁶ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é uma medida que classifica os países pelo seu grau de desenvolvimento humano, essa medida classifica em Alto, médio e baixo. Veja mais detalhes em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/entenda-o-atlas.html>.

direcionando as políticas públicas para melhoria da qualidade de vida da população. Tais políticas devem ser dinâmicas e mutáveis conforme necessidade de cada país, no entanto os pilares principais são: desenvolvimento social, com prioridade para educação, sem esquecer a melhoria do acesso a saúde; as reformas políticas de forma democrática com ênfase na participação popular; prioridade aos marginalizados e destituídos de voz, para que tenha acesso igualitário às oportunidades (PARR,1990).

A partir do século XX estas concepções foram sendo introduzidas, e avaliando as desigualdades sociais pelo contexto de privação de acesso igualitário em todas as camadas da sociedade; englobando. as percepções pessoais de realização e das suas capacidades plenas em todos os aspectos da sua vida, desta forma podemos dizer que é o direito da pessoa valorizar o que escolheu para si, para isto devem ter acesso às ferramentas básicas para manutenção da sua qualidade de vida de forma saudável, e além disto ter liberdades políticas e seus direitos humanos protegidos e cumpridos (SEN, 2010).

Destacamos que avaliar a pobreza multidimensional também é necessário nesse processo, pois oferece ferramentas para que os direitos sociais e constitucionais sejam garantidos. Diante do exposto, reconhece-se que estas avaliações se complementam para um resultado mais robusto. No PNUD, utiliza se tais parâmetros para projeção dos objetivos para o desenvolvimento, assim a pessoa é considerada multidimensionalmente pobre se enfrenta privação dos indicadores citados anteriormente baseados em Amarta Sen (ALKIRE et al., 2015).

Assim, o IDH dos países, baseia-se em estudos, que propõem avaliar a vidas das pessoas por vários ângulos, conforme (Figura 02) e agrupa os resultados em: muito alto, alto, médio e baixo.

Figura 02: Pilares de avaliação do IDH

Fonte:

PNUD (2010, p. 13).

Diante desses aspectos é assertivo dizer que a teoria das capacitações de Sen, explica a relação entre desenvolvimento e soberania alimentar⁷ (SEN, 2010). O contrário deve ser visto como uma violação de direitos básicos do ser humano, onde quaisquer das condições mínimas de sobrevivência como alimentação, moradia, vestir-se, evitar doenças e etc., sejam desrespeitadas. Também temos que lembrar que outros fatores são muito importantes no desenvolvimento, como fazer parte da vida de comunidade e ter acesso a lazer e cultura (RIBEIRO; MENEZES, 2008).

Quando aprofundamos em específico, as condições das comunidades remanescente de quilombos notamos que o desenvolvimento não ocorreu de maneira semelhante às demais populações. O fato de os aspectos culturais e históricos ter influenciado diretamente no seu modo de vida, hoje os fazem sentir mais profundamente as consequências e mudanças que acompanham o desenvolvimento econômico (MORAES et al., 2017).

Rodrigues; Guimarães e Costa (2012) afirmam que o desenvolvimento das comunidades tradicionais, deve ser visto para além do viés da sustentabilidade e conservação do ambiente onde ela está inserida, para a mudança da estrutura política que a assiste. É certo afirmar que para manter uma homogeneidade de desenvolvimento para além das fronteiras do território é preciso que as comunidades sejam vistas como parte de um “todo” que é a sociedade geral. Ainda embasada na teoria de Sen, podemos dizer que as comunidades tradicionais sofrem privações e tratamento aquém dos demais componentes da sociedade. E neste sentido, elas

⁷ Adiante veremos o conceito de Soberania alimentar.

precisam ser atendidas de forma diferenciada, como será mais bem discutido no tópico de Políticas Públicas voltadas às Populações Negras.

Mundialmente percebemos que embora haja uma sinalização para um aumento da média do IDH entre 1990 e 2010, por exemplo, repercutindo através de melhorias na expectativa de vida, escolarização, alfabetização e renda, mas o (United Nations Development Programme, 2016) e o relatório da FAO (2015), sobre o estado da insegurança alimentar indicam que existem cerca de um bilhão de pessoas subnutridas no mundo.

Para uma melhor compreensão das contribuições da FAO no estágio atual de desenvolvimento do Brasil (na perspectiva citada anteriormente), e levando em consideração seus primeiros pilares: oferta e produção de alimentos; e segurança alimentar, apresentaremos, a seguir, uma breve revisão dos aspectos históricos da SAN, sua relação com desigualdades sociais e pobreza, por entender que estes aspectos justifica a situação de insegurança alimentar hipotetizada para as comunidades analisadas neste estudo.

2.2 Histórico da segurança alimentar e nutricional

A sobrevivência humana, o seu desenvolvimento e o processo evolutivo estão intrinsecamente relacionados à alimentação, e, historicamente, essa relação foi moldada pelo tempo, pelos diversos acontecimentos e pelas influências antropológicas de cada nação. O processo de migração entre os continentes, as colonizações, disputas de territórios e guerras foram responsáveis por mudanças importantes na história da alimentação no mundo. No entanto, a preocupação coletiva com as questões que rodeiam a alimentação se tornou central a partir do século XX, e ganhou força pelas crises econômicas mundiais após a primeira guerra mundial, neste período a falta de alimentos foi vista como real, principalmente, na Europa que dada à devastação, o alimento foi usado como instrumento de ascendência econômica por alguns países que detinham estoques e tecnologia de produção destes (FAO, 2015).

Ainda neste período pós-guerra, as capacidades de produção e estoques mundiais ficaram comprometidas, isto foi levado a patamares globais, apesar do termo globalização ainda não ter sido aplicado naquele período. Podemos então afirmar que a origem do termo Segurança Alimentar surgiu como plano de guerra,

pois estava ligada a capacidade de abastecimento alimentar estratégico durante as guerras (SALAZAR-DÍAZ et al., 2005); (FAO, 2015).

Em seguida a segunda guerra mundial contribuiu para novas relações diplomáticas e econômicas por todo mundo. A divisão entre as nações era marcante, então dentro deste contexto, e como tentativa de evitar novas situações e atrocidades que prejudicasse a população, foi elaborada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Após dois anos de discussões, a declaração constituiu o marco que trouxe o cunho humanitário e coletivo, estabelecendo direitos e deveres para a humanidade e fornecendo diretrizes básicas para a sobrevivência das nações, e deu, inclusive, base para diversas Constituições⁸ pelo mundo. Esta declaração traz em seu conteúdo aquilo que é essencial à sobrevivência das pessoas, assim em seus textos, representados por 30 artigos são abordadas questões como liberdade, igualdade, justiça e paz, e também deveres a serem seguidos. Este documento foi assinado na terceira assembleia geral da ONU pela maioria dos países (D.U.D.H, 1978) (UNESCO, 2005). Abaixo se destaca o Artigo 25 que declara,

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito a segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (D.U.D.H, 1978).

Tendo como alicerce a Declaração dos Direitos Humanos várias discussões acerca do tema alimentação passaram a existir em todo o mundo. No entanto, o conceito de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) só se consolidou como direito de todos a partir do período da escassez de 1972-1974 (FAO, 2014).

Anterior a este período, a Primeira Conferência Mundial Internacional sobre segurança alimentar ocorreu em 1943, no entanto, o seu foco era restrito a proposta de criação de escólios de alimentos aos países afetados pela guerra, semelhante ao trabalho do FMI (Fundo Monetário Internacional) que oferecia financiamento para os países afetados se reerguerem. Porém, como a ajuda aos países pobres visava também o comércio de estoques alimentares dos países ricos, surgiu outro problema, mudanças em suas disposições produtivas, ou seja, a produção

⁸ A constituição é um conjunto de normas que regem um Estado, que pode ser ou não codificada como um documento escrito, que enumera e limita os poderes e funções em um país.

alimentícia interna destes países não era um precedente importante, com isto a economia e a produção dos países que receberam não estava na agenda de prioridades. Assim, a intenção não era tão humanitária como parecia (DIAS, 2009).

No mesmo interino cooperativo entre as nações, ocorre em 24 de outubro de 1945 a criação da Organização das Nações Unidas – ONU e também com ela a criação, no mesmo ano, de uma organização multigovernamental para o incentivo da agricultura e alimentação a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Esta última se configura como uma agência das Nações Unidas, que une esforços em mais de 191 países, para erradicação da pobreza e da fome (FAO, 2015).

A FAO foi e ainda é crucial para estabelecimento dos acordos e metas para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Como culminância de seus esforços foi realizada, em 1974, a primeira Conferência Mundial de Alimentos, momento em discutidos novos rumos da SAN. Antes desta conferência a segurança alimentar esteve pautada na produção de alimentos, e após ela os empenhos mundiais para erradicar a fome surgiram gradativamente. E dentre estes esforços destaca-se a Primeira Conferência Internacional de Nutrição em 1992, realizada pela ONU e FAO, quando a desnutrição e a fome, e a ausência de alimentos seguros foram reconhecidos como inaceitáveis. Durante a conferência ainda foi elaborada a Declaração Mundial sobre a Nutrição, e nela condições de saneamento, acesso a saúde e problemas domiciliares foram associados à desnutrição (FAO, 2009).

Em seguida a Cúpula Mundial de Alimentos em 1996 caracterizou outro marco para segurança alimentar, quando foi formulada a Declaração de Roma, neste documento todos os países se comprometeram a erradicar a fome até o ano de 2015, proposta ainda não consolidado até os dias atuais e segue com a agenda internacional de desenvolvimento sustentável, veremos mais adiante neste capítulo. A seguir destacamos quatro pontos que achamos importantes da Declaração de Roma sobre os pilares de conceituação da Segurança Alimentar que permitem compreender o panorama da SAN,

1. Garantiremos um ambiente político, social e econômico propício, destinado a criar as melhores condições para erradicar a pobreza e para uma paz duradoura, baseada numa plena e igualitária participação de homens e mulheres, que favoreça ao máximo a realização de uma segurança alimentar ao alcance de todos (FAO, 1996, s.p.).

2. Implementaremos políticas que tenham como objetivo erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar o acesso físico e económico de todos, e a todo momento, a alimentos suficientes, nutricionalmente adequados e seguros, assim como à sua utilização eficiente (FAO, 1996, s.p.).

Dessa forma, a erradicação da pobreza e desigualdade social se tornou alvo para consolidação dos objetivos descritos nos tópicos da Declaração citados acima. Eles funcionaram como impulsos essenciais ao desenvolvimento de políticas públicas empenhos aplicados em contingente humano, tecnologias e pesquisas no campo da SAN a partir deste momento. Em 2002, então após repensar as meta em longo prazo, foi realizada a Conferência “Cúpula +5”, com uma meta de redução da fome em 24 milhões de pessoas por ano, algo inatingível, pois sempre dependerá do interesse individual dos governantes de cada país, algo que seria possível apenas com políticas públicas específicas nas áreas econômicas e agrícolas (VASCONCELOS; FILHO, 2011); (SCOLARI, 2005).

Em relação a desigualdade social, podemos dizer que seria resultante da condição de pobreza, ou também pode ser vista como produto do subdesenvolvimento, aqui se considera a inserção do indivíduo na sociedade, as inúmeras oportunidades de acesso à educação, emprego, saúde dentre outras necessidades. Assim, Sen (2010) e Furtado (2009) convergem em um pensamento onde as privações de acesso às oportunidades levam ao subdesenvolvimento e, por fim, a capacidade de realização plena do indivíduo ou de uma população, levando em consideração o capitalismo e seus mecanismos de ação como autor destas consequências. Assim os princípios de equidade, eficiência, participação e sustentabilidade são incluídos no debate.

Sen (2010) enfatiza que a fome se relaciona amplamente com a economia e a existência ou não de políticas sociais efetivas na redução da pobreza, a existência destas poderia aumentar as possibilidades de acesso aos alimentos pelas pessoas em condições de pobreza. De encontro a essas ideias converge a Declaração de Roma, o compromisso de combater a fome e suas origens ficou mais claro para as nações participantes, para isto as dinâmicas econômicas e sociais começaram a ser avaliadas mais intrinsecamente, neste sentido, a redução do número de pessoas em situação de pobreza e da miserabilidade é essencial; no entanto, apesar de existirem esforços em reduzir este panorama, ele continua sendo moralmente aceitável ao mundo.

Destacamos a necessidade de avaliar a pobreza monetária e multidimensional nestas populações em particular, tornando evidente que políticas públicas para ambas devem ocorrer de forma unidirecional e constante para um efeito permanente (SERRA; YALONETZKY; BELIK, 2017).

Marmot (2005) destaca também a influência dos determinantes sociais como implicantes em alterações na saúde das populações. Ressalta que independente do desenvolvimento do país, aqueles indivíduos submetidos às injustiças sociais sofreram alterações importantes de saúde. As influências do ambiente social afetam a formação do indivíduo nos aspectos físico e psicológico, de forma que os danos reduzem a expectativa de vida. Dentre os fatores sociais a má alimentação é citada como origem de patologias como diabetes, hipertensão arterial, sobrepeso, obesidade e desnutrição.

Sobre a pobreza e a segurança alimentar na Declaração de Roma temos o seguinte trecho:

A pobreza é uma causa importante de insegurança alimentar, e o progresso sustentável e sua erradicação é fundamental para melhorar o acesso aos alimentos. Os conflitos, o terrorismo, corrupção e a degradação do meio ambiente contribuem também consideravelmente para insegurança alimentar. É preciso esforçar-se para conseguir uma maior produção de alimentos incluindo os alimentos básicos. Isto deve realizar-se no contexto da utilização sustentável dos recursos naturais, da eliminação de modelos de consumo e produção não sustentáveis, particularmente nos países industrializados, e da estabilização no prazo mais curto possível da população mundial. Reconhecemos a contribuição fundamental das mulheres para segurança alimentar, sobretudo nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, e a necessidade de garantir a igualdade entre o homem e a mulher. Para reforçar a estabilidade social e contribuir na correção da excessiva taxa de migração do campo para as cidades que muitos países enfrentam, será também necessário considerar prioritária a revitalização das áreas rurais (FAO, 1996, p.1-2).

Levando em consideração que a segurança alimentar é um conceito alcançado à medida que há a redução da pobreza e desigualdade social, devemos reconhecer que hoje a insegurança alimentar está imbricada a desnutrição, o sobrepeso e a obesidade, além do baixo desenvolvimento físico (crescimento) e cognitivo (capacidades mentais) das pessoas expostas a ela. Portanto, é correto afirmar que o conceito de segurança alimentar engloba a qualidade dos alimentos, a produção, e logo, o desenvolvimento sustentável, que, refletem elementos e estratégias chaves para ampliar e garantir uma melhor qualidade de vida da população (FAO, 2014).

Para Sen (2010) a qualidade de vida vem com desenvolvimento do indivíduo, e para que ele alcance plenamente esse desenvolvimento é necessário que este tenha a liberdade de escolhas e condições de alcançá-las. Assim, quando o indivíduo é submetido à privação de alimentos e suas consequências, como as citadas no parágrafo anterior presume-se que ele nunca terá liberdade.

Outro ponto que seria importante destacar para a manutenção da pobreza são os conceitos neoliberais, os quais impõem ao sujeito a responsabilidade total de suas privações, implicando a ele a banalização da pobreza e da miséria, e a si a única fonte de sair dela. Muitos programas internacionais que buscaram mudar esta situação tiveram como foco a redução do número de pessoas pobres, sem, no entanto, tirá-las definitivamente de tal condição; o que Sachs (2005) entende como uma ideia ilusória de miséria aceitável.

Os dois pontos da declaração Mundial de Roma destacados acima demonstraram a importância do combate à pobreza no mundo. Vamos ver a seguir mais dois trechos que merecem destaque para o conceito de SAN, na Declaração:

1. Implementaremos políticas e práticas participativas e sustentáveis de desenvolvimento alimentar, agrícola, de pesca, florestal e rural, em zonas de alto e baixo potencial produtivo, as quais são fundamentais para assegurar uma adequada e segura provisão de alimentos a nível familiar, nacional, regional e global, assim como para combater as pragas, a seca e a desertificação, considerando o carácter multifuncional da agricultura. (FAO, 1996, s.p.).
2. Promoveremos a distribuição e a utilização de investimentos públicos e privados para fazer progredir os recursos humanos, os sistemas alimentares, agrícolas, piscícolas e florestais duradouros e o desenvolvimento rural em áreas de alto e baixo potencial. (FAO, 1996, s.p.).

Como vimos antes, percebemos que a SAN era totalmente voltada para o abastecimento de alimentos, no conceito atual, esta prioridade ainda é importante, no entanto se modificou tomando maior amplitude. O processo de produção e distribuição de alimentos teve e tem o foco no crescimento populacional no mundo e a possível escassez de alimentos. Assim fazer jus a proeminência para a SAN, o surgimento do movimento mundial denominado “Revolução Verde”.

A Revolução Verde determinou um modelo de exploração e produção agrícola ao extremo, surgiu na década de 50 nos Estados Unidos, e foi marcadamente um movimento estimulado por grandes produtores mundiais que detinham a maioria das tecnologias voltadas ao campo, tanto no que se refere às máquinas, quanto no que se refere ao desenvolvimento de agrotóxicos e à manipulação genética de

sementes, esta visão permeia-se até os dias atuais. Podemos observar que esse movimento sofreu críticas severas, por representar um modelo degradante à natureza e à saúde da população, e também por não atingir seu objetivo principal que era a erradicação da fome. Outro ponto relevante foi a comprovação de que a SAN estava relacionada também a distribuição e acesso aos alimentos produzidos, no que se refere ao poder econômico das pessoas (NOVAES, 2017).

Para além do econômico a Segurança alimentar foi na Terceira Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional agregada a novos valores a SAN, assim como a segurança nutricional e a segurança biológica⁹ e química¹⁰. O respeito aos hábitos alimentares acoplados a diferentes culturas e a soberania alimentar, daí surgem fortemente os conceitos de sustentabilidade e soberania alimentar. Sabidamente a SAN está ligada a capacidade produtiva de alimentos e ao acesso de forma contínua, desta forma a introdução dos dois conceitos permitiu dar novos rumos às políticas voltadas a SAN (ELICHER, 2004); (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010). O termo Soberania Alimentar surgiu mundialmente na década de 1990, quando os pequenos agricultores, começaram a sentir os efeitos das políticas neoliberais na produção de alimentos e suas consequências, citadas no parágrafo anterior, seu conceito veio da Declaração de Nyélény, que foi elaborada no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, s.p.).

Atendendo esse conceito é necessário rever a exigência do mercado de alimentos, priorizando o resgate da produção a campesina local, a agricultura familiar e a agroecologia, respeitando a cultura e a diversidade de cada local. Assim a soberania tenta resgatar as formas de produção que respeitem a terra e priorizem a sustentabilidade. Assim para melhor compreensão conceituamos sustentabilidade Ekins (2011) esclarece que comumente o termo é utilizado como desenvolvimento

⁹ Refere-se aos componentes nutricionais do alimento contidos em sua composição.

¹⁰ Refere-se a ausência de contaminação dos alimentos por microrganismos como bactérias, vírus e fungos e substâncias tóxicas.

sustentável, pois envolve produção limpa, redução da poluição, preservação do meio ambiente, investimentos limpos, economia verde. No entanto, podemos afirmar que a sustentabilidade leva ao desenvolvimento sustentável, de forma que sustentabilidade refletiria a capacidade de adaptação ou resistência humana às mudanças internas e externas ao longo do tempo.

O desenvolvimento sustentável requer então políticas incisivas nos campos da ecologia, da preservação de biosistemas, no campo financeiro e também na igualdade de oportunidades para gerações futuras de poder usufruir de boas condições de sobrevivência. Assim o desenvolvimento sustentável deve ocorrer nas esferas globais, regionais e locais, os debates acerca do tema é prioridade na maioria dos países, visto que atender a demanda da crescente população da terra requer um esforço conjunto (MIKHAILOVA, 2004). Vimos até aqui que as mudanças nas concepções em torno da SAN, evoluíram e aperfeiçoaram-se.

Esses objetivos foram importantes para o Brasil, pois reafirmou necessidades evidentes no país. Após adesão do Brasil aos Objetivos do Milênio (ODMs) para o desenvolvimento sustentável, segundo dados do PNUD (2015), as condições e ofertas de trabalho melhoraram, a renda aumentou e, em consequência, a desigualdade diminuiu, levando à redução da pobreza no país em 50% em comparação a década de 90.

O monitoramento no país é feito com base nos indicadores sociais de região, raça ou cor, sexo e faixa etária, também considera se a renda para classificação das pessoas que vão receber auxílio de transferência de renda Programa Bolsa Família (PBF) assim para inclusão de pessoas na linha da pobreza considera-se aquelas que vivam com menos de 154,00 reais mensais.

Outra medida importante na redução da pobreza é a proteção social, preconizada internacionalmente para os objetivos de desenvolvimento um país que tenha consolidado o direito a proteção social, amplia as oportunidades de melhoria de vida das pessoas. Assim avalia-se a destinação de parte do PIB em programas sociais, seguro desemprego, o BPC (Benefício de Proteção Continuada), que é um benefício de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas), onde beneficia pessoas com deficiência física, idosos que não tenham capacidade de auto-sustento, dentre outros (DI GIOVANNI, 1998).

Basicamente toda medida que protege as pessoas em condições de vulnerabilidade social é ponderada como indicação de proteção social,

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como através da promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004).

Nesse sentido o Brasil tem tentado consolidar seu sistema de proteção, mas sofre fragmentação e ataques constantes de acordo com a lógica capitalista de mercado, assim como alteração no sistema político sempre sendo dependente da vontade destes atores, algo que podemos considerar muito instável no país (MATIAS; TEIXEIRA, 2015).

O segundo objetivo da agenda para o desenvolvimento sustentável a erradicação da fome, é inerente a este trabalho, e como já dissemos antes indissociável a pobreza e desigualdade social. No documento inicial dos objetivos para o desenvolvimento do milênio também era meta, no entanto foi alcançado em sua totalidade, apesar dos números de expansão e produção agrícolas no país. A fome ainda persiste principalmente nos grupos mais vulneráveis, apesar das políticas públicas específicas para esses grupos nos últimos anos (PNUD, 2015).

Assim os objetivos atualmente ampliaram a meta as para a totalidade das vertentes de SAN: 1) garantir alimentos seguros e de forma permanente durante todo o ano, principalmente as crianças, mulheres grávidas e outros grupos vulneráveis; 2) acabar com todos os tipos de desnutrição¹¹; 3) Aumentar a produção agrícola, principalmente fomentar o pequeno agricultor, grupos especiais como pescadores e quilombolas; 4) Fortalecer as práticas agrícolas sustentáveis e que danifiquem menos a terra; 5) Manter e melhorar a diversidade genética das sementes; 6) Melhorar o desenvolvimento de tecnologias aplicadas a produção de alimentos; 7) Estimular o livre mercado interno, e controlar as importações de forma a valorizar a produção local; 8) Manter a ética no mercado de alimentos inclusive facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos (PNUD, 2015). A tríade economia-sociedade-ambiente, essas metas são base para o desenvolvimento robusto e sustentável para o Brasil, além disto, os acordos internacionais entre as principais nações do mundo permitem observar claramente que o desenvolvimento e a segurança alimentar são sinérgicos, dependentes do

¹¹ A desnutrição pode ser classificada em leve, moderada ou grave.

mercado global e da capacidade dos gestores da administração pública de se comprometerem com a sustentabilidade (PNUD, 2015).

Para a FAO, existem os pilares envolvidos na SAN, que vão mais além da produção dos alimentos, e começam sim no campo, mas englobam desde as sementes, preparação do solo, plantio, colheita, distribuição de alimentos e inclusive seu descarte final. Os três pilares estão resumidos na figura 3, a saber: (1) oferta adequada de alimentos: isto implica em quantidade de alimentos e distribuição igualitária; (2) estabilidade da oferta e do mercado de alimentos: isto se relaciona os custos da produção de alimentos e sua oferta, com as dificuldades na produção e outros fatores; (3) segurança no acesso de alimentos: fator relacionado com o poder de compra da população (FAO,2009).

Figura 03: O estado de a segurança alimentar no Brasil



Fonte: Adaptado de FAO (2015).

Para que os pilares sejam fortes, deve haver a sincronia entre a força de trabalho e as riquezas produzidas pelas pessoas; condições de produção aliada a tecnologias certas para cada nação, o que limita, por exemplo, os países que dependem de tecnologias de outros na produção de alimentos, e por fim, as negociações econômicas (compra e venda) que giram entre os países produtores e consumidores deveriam ser justos. A variação de preços de alimentos assim como a qualidade destes. Podendo então a fome coletiva ocorrer pelo desemprego, principalmente se este não for amparado pela seguridade social (SEN, 2010).

Finalizando a discussão nos parágrafos anteriores podemos dizer que atualmente a SAN tem conceito bem definidas e diretrizes claras, atingiu uma

condição de direito e cidadania, mas podemos observar que até aqui o caminho foi árduo e irregular. Como vimos acima sempre houve a necessidade do interesse de organizações internacionais para que fosse vista pelos governos como prioridade, e mesmo assim não recebeu o destaque merecido. As políticas públicas para a SAN sempre foram permeadas pela interferência política, o que enfraqueceu e atrasou sua institucionalização, principalmente no Brasil (BRASIL, 2014a). Vejamos um breve histórico da segurança alimentar e políticas públicas no Brasil.

2.3 A segurança alimentar e nutricional no Brasil: história, políticas públicas e combate à insegurança alimentar

Ainda no campo das desigualdades sociais e pobreza às políticas de tentativas de inserção do indivíduo na sociedade vem em consonância com a experiência de empreender, equilibrar e reduzir a distância das camadas sociais, proporcionando a sensação de uniformidade, isto o insere, em um novo patamar social. As ações para a redução da pobreza não podem ser medidas de forma imediata, principalmente por se tratar de ampla demanda social, técnica e cultural dos indivíduos, por isso é importante ressaltar que os impactos positivos, como redução da fome e melhoria na saúde das famílias atendidas, são amplas se progressivas (AFONSO et al., 2011).

Os princípios e diretrizes da Lei de segurança alimentar atribuem à sociedade e gestores a responsabilidade de articularem entre si o combate à insegurança alimentar, estes setores devem utilizar ferramentas no âmbito público e privado, trazendo ao debate as iniquidades sociais e econômicas. Assim as formulações destas devem ser direcionadas às características de cada população (CUSTÓDIO et al., 2011) (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

Delimitada a dinâmica e magnitude da Segurança alimentar, podemos, a partir daqui discutir o conceito de SAN no Brasil. A definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foi estabelecida no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) de 1998 e aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de 2004, e logo em seguida incorporada à Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN), Lei de nº 11.346, de 15 de setembro de 2006,

Assim a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p. 4).

Ao longo do tempo, novos parâmetros foram estabelecidos e este conceito foi ampliado levando em consideração a situação econômica, a análise de ingestão diária de alimentos, além de indicadores antropométricos que evidenciam direta e indiretamente a situação de insegurança alimentar (BEDUSCHI FILHO, 2012).

A história da fome e da SAN no Brasil começando com a data de 1909 quando da criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a qual se preocupava com a fome na região nordestina. Posteriormente, no período de 1914 a 1918 o governo atuou como controlador da produção alimentícia, devido ao período de guerra (I Guerra Mundial) (VASCONCELLOS; MOURA, 2018).

Já na década de 20 apenas médicos sanitaristas se preocupavam com o tema, nesse período ocorreu o I Congresso de Higiene, onde foi suscitado o debate da relação entre saúde e boa alimentação. No Brasil o primeiro a preocupar-se com a segurança alimentar foi Josué de Castro em 1932, médico e geógrafo, que realizou uma pesquisa sobre as condições de vida de operários de Recife. Em seu trabalho o autor descreveu os tipos de fome no contexto social e econômico, e sugeriu soluções para ela, contribuindo, assim com as primeiras ações de combate a fome no país (NASCIMENTO, 2002).

Depois disto, em 1940, Getúlio Vargas ainda instituiu o Serviço de Alimentação da Previdência Social, onde obrigava a indústria a oferecer alimentação aos empregados, este por base inspirou o atual modelo do programa restaurante popular; e até 1959 esta foi a única política pública voltada ao combate à fome. Assim, seguindo a tendência mundial, a preocupação com a fome só surgia no período de guerra ou pós-guerra. O seu trabalho incentivou a formulação da primeira “cesta básica”, que supriria as carências energéticas e nutricionais para uma família, e em seguida serviu de apoio para o decreto Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940, que instituiu o salário mínimo (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

Ainda motivados pelo estudo de Castro, o governo o nomeia como responsável pelo setor técnico alimentar, o STAN, setor que foi substituído depois pela Comissão Nacional de Alimentação, ainda dirigida por ele, no período de 1945

a 1954. Estes órgãos já se preocupavam com os hábitos alimentares das pessoas e buscaram subsidiar diretrizes para resolução desses problemas. Em 1946, Castro publica o seu livro *Geografia da Fome*, obra que abriu caminho para a discussão sociológica, antropológica e política da fome (VASCONCELOS, 2008).

Nos anos 60 tivemos a criação de órgãos como a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), ainda foi criada a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), juntas formaram o Sistema Nacional de Abastecimento, com foco voltado à produção, distribuição e armazenamento de alimentos (NASCIMENTO, 2012).

Na década de 70 foi criada a primeira instituição ligada à segurança alimentar e nutricional, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), cujo objetivo era distribuir alimentos a população pobre do país, integrado ao Plano de Desenvolvimento Nacional, assim repetindo o modelo assistencialista para redução da fome e desnutrição, mas sem gerar renda e equidade social. Em 1985, cria-se a Política Nacional de Segurança Alimentar ligado ao Ministério da Agricultura, esta foi pouco expressiva e tinha como objeto a autossuficiência na produção alimentar no país. As noções de SAN eram ainda limitantes, sendo a desnutrição infantil foi a única preocupação observada, entretanto, ali já se esboçava a intenção de criar um Conselho de Segurança Alimentar (CONTI, 2009).

A década de 80 foi marcada por crises econômicas e as iniquidades sociais se agravaram, neste período o Governo Federal mantinha 12 programas voltados à alimentação da população, sem esquecer que todos os esforços até aqui visavam o crescimento econômico do país. Isto demonstrou que o Estado necessitava adotar medidas mais efetivas, que mudassem o cenário em longo prazo; os movimentos sociais a busca por direitos, induzindo discussões mais éticas relacionadas à fome e seus determinantes. Isto impulsionou debates em torno da SAN, em 1986 ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, merece destaque neste momento o todo o contexto político naquele período, que foi crucial para que o direito básico ao acesso a alimentos fosse respeitado (HOFFMANN, 1995).

O então ex-candidato à Presidência da República Luís Inácio Lula da Silva, tentativa de implantação de medidas de redução da fome e suas mazelas, além da produção agrícola, sugeriu um plano de distribuição de renda, no entanto, não acatadas pelo então governo Collor; mas estas medidas serviram como base ao

Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, no governo de Itamar Franco e, por fim, deu-se a criação do CONSEA (HOFFMANN, 1995); (LAVINAS, 2015).

Apesar da criação do conselho e instituição das primeiras medidas de combate à fome pelo CONSEA, este foi extinto ao final de 1994, quando o governo substituiu o Programa Nacional de combate à Fome e Miséria, pelo Programa Comunidades Solidárias, além disto, o fim do INAN em 1997 expôs a fragilidade das políticas públicas iniciais, e demonstrou o quanto as medidas de cunho político afetariam a SAN ao longo dos anos seguintes. Timidamente em 1999, o governo oferecia cestas básicas aos municípios com menor IDH, fazemos aqui uma observação que tais distribuições eram moldadas pelos períodos eleitorais, situação inaceitável usada como barganha (BELIK, 2003).

Conforme a PNAD de 1998, a situação das famílias brasileiras era precária naquele período, 50 milhões de brasileiros eram pobres e 21 milhões viviam abaixo da linha da pobreza, os padrões de qualidade de vida eram muito inferiores aos do que os preconizados internacionalmente, e a pobreza no país evidenciava a desigualdade de distribuição de renda. O que chama atenção foi que esses números eram estáveis desde a década de 70, e apesar do plano cruzado e real terem melhorado a economia atingindo um alto PIB a crise demonstrou o peso da estrutura econômica naquele momento (BRASIL, 1998).

Em meio aquele cenário de pobreza e fome surgiram os programas sociais no governo de Fernando Henrique Cardoso, que aprovou ainda em 1999 a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), ligada ao Ministério da Saúde, assim em 2001 tínhamos o Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola¹², também com vínculo ao ministério da educação e ao Fundo de Combate à Fome, porém, os valores destinados eram inferiores aos destinados às cestas básicas, além de não ser efetiva no combate a má distribuição de renda da população (MARTINS; MONTEIRO, 2016) (BELIK, 2003). As reivindicações continuaram e o direito humano a alimentação era reafirmado pela sociedade civil. As Conferências Nacionais de Saúde e a criação do SUS expuseram as mazelas relacionadas à má nutrição e à falta de saneamento básico. Isto contribuiu para implantação de futuras políticas de segurança alimentar e nutricional. No cenário mundial seria impossível retroceder no processo de combate à pobreza e a fome, pois estava ligado ao estado democrático

¹² Os programas bolsa alimentação e bolsa escola serviram de modelo para o atual Programa Bolsa Família.

de direito e ao desenvolvimento individual e coletivo. Tudo isto reafirmado pela ONU em 1999 no documento o Comentário Geral 12, específico ao direito à alimentação reafirmando que: “O direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana, é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta Internacional dos Direitos Humanos” (BRASIL, 2006).

Suplicy (2003) descreve o Programa Fome Zero um marco da SAN como política pública institucionalizada, a garantia de uma renda para garantia do mínimo de alimentação digna e diária as pessoas. A estratégia possibilitou ainda a ampliação dos horizontes sobre a SAN, deu base para programas e ações importantes a partir de 2003, como os restaurantes populares, o banco de alimentos, cartão alimentos, distribuição de cestas básicas emergenciais¹³, o fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária, projeto de emergências em regiões semiáridas, movimentos contra a fome, programa para superar o analfabetismo na zona rural, doações para campanhas de alimentos, programas para geração e empregos, programa de redução da desnutrição materno e infantil. Podemos perceber a ampliação da SAN em todas suas vertentes, pautadas no desenvolvimento para além do econômico. A Medida Provisória (MP) nº 103, de 1º de janeiro de 2003, instituída pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, trouxe a recriação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), este com acesso direto ao presidente da república; além de uma assessoria exclusiva para o combate à fome; instala o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), tudo com objetivo de estabelecer e inserir políticas de segurança alimentar. Podemos observar que a SAN veio a se consolidar nos anos a seguir. A robustez da nova estrutura de combate à fome abrangia as políticas de emprego e renda, a produção de alimentos, sua distribuição e consumo pela população englobando assim a política econômica. Mais intrinsecamente passou a monitorar as ações de combate fome por meio de monitoramento do estado nutricional das populações em todas as unidades federativas do país, além de estimular a educação alimentar e nutricional respeitando as características culturais de cada local, assim podia determinar as ações emergenciais (CUSTÓDIO et al., 2011).

¹³ Este tipo de ação emergencial já discutida anteriormente, sempre traz consigo o aspecto de troca, atualmente, ela não serve mais como instrumento político em período eleitoral, proibido por *Lei* nº 9.504/97.

Com a intenção de focalizar as ações em 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para além da fome tem como foco o combate à pobreza, as junções das pastas propiciaram alinhar as diretrizes de combate à pobreza e a fome. Atualmente este ministério é responsável pelas ações da SAN.

Além do CONSEA, também o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) foi instituído pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 LOS Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. A LOSAN trouxe estabilidade às políticas da SAN, por garantir que efetivada nas esferas federal, estadual e municipal, assim a estrutura do SISAN é composta pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), o CONSEA, e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Os estados e municípios devem criar suas estruturas próprias, semelhantes as existentes no nível Federal, e estabelecer as coordenações a nível local, lembrando da participação social como eixo importante. O diferencial da LOSAN foi descentralização visando flexibilizar a execução e monitoramento das ações para garantia da SAN pode se dizer que, a tática do Programa Fome Zero (PFZ), se consolidou como política pública (VASCONCELLOS; MOURA, 2018).

A percepção do Estado quanto a obrigação do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) ficou explícita após a LOSAN, reafirmando o seu dever contido na Constituição Federal de 1988. Para garantir a interação entre os níveis de governo e a participação popular em 2007 entra em vigor a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) que junto ao CONSEA, articula as ações em sinergia com os vinte ministérios existentes. Levando em consideração que garantir leis e verbas para o funcionamento da rede de segurança alimentar e nutricional no país, em 2010 a Emenda Constitucional por meio do Decreto nº 7.272, garantiu o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2011, como período previsto de 2012 a 2015 (COSTA; BÓGUS, 2012) (CAISAN, 2014).

Observe a seguir a organização do SISAN:

Quadro 01: Baseada na organização do SISAN

Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)	Ocorre quadrienalmente, avalia o SISAN de todo país, Composto por 1/3 de representantes de governos nas três esferas e 2/3 representantes da sociedade civil, para debater e oferecer diretrizes para o PLANSAN.
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Composto pela sociedade civil, em 2/3, e pelos representantes governamentais 1/3, propõe diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além de monitorar e aplicá-las, com base nas deliberações das Conferências Nacionais de SAN.
Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN	cumula 20 ministérios, ordena, executa, coordena o monitoramento do Plano e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, respeitando as decisões do CONSEA, além de articular as relações entre os planos Federais e Estaduais.

Fonte: Baseado de CAISAN (2014).

Os resultados positivos vieram graças ao comprometimento da presidência em destinar investimentos para execução do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), o investimento saltou para 128% comparado ao ano 2000, chegando a 16,9% do PIB, aplicados nas diretrizes que vamos ver a seguir algumas considerações importantes sobre o PLANSAN I de 2012 a 2015 e nos desafios do PLANSAN II de 2016 a 2019.

2.4 Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável

Vindo em convergência aos objetivos do milênio, a agenda 2030 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como a Constituição Federal Brasileira de 1988, esta diretriz está ligada a extinção da pobreza e da desigualdade social. A redução da pobreza no país desde 2003 foi um marco histórico, o coeficiente de Gini¹⁴ apresenta uma tendência decrescente, isto deveu se ao aumento da renda per capita média dos 20% mais pobres, que aumentou em 84,9%, com isso o acesso aos alimentos também melhorou. Os resultados são frutos da política de valorização do salário mínimo (ver gráfico 1), as políticas sociais como o de transferência de renda o PBF. Em 2013, 22,1 milhões de pessoas já tinham saído da linha de extrema pobreza. A proteção social como meio de correção das desigualdades demonstra sua eficiência. Os programas têm como principal alvo as pessoas com dificuldade de acesso e consumo de alimentos, tanto em quantidade

¹⁴ O Coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade social de uma população.

como em qualidade, bem como outras situações de insegurança alimentar vulnerabilidade (BEDUSCHI FILHO, 2012). Tais programas impactam positivamente as famílias de baixa renda, pois além do complemento financeiro promovem ações conjuntas, como assistência à saúde na atenção básica, acompanhamento nutricional e escolar das crianças e jovens assistidos, além da alfabetização de adultos, e capacitação profissional (FAO, 2014). O PLANSAN II, teve seu objetivo modificado, para: Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável com prioridade para as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. No período de 2004 a 2015 reduziu, e nas áreas rurais esse número caiu em 40%, no entanto, ainda é alto quando comparado à zona urbana (CAISAN, 2018)

Gráfico 01: Evolução do nº de cestas básicas adquiridas com um salário mínimo, período de 1995 a 2017



Fonte: CAISAN (2018)

Para vencer este desafio os programas prioritários são o PBF (Programa Bolsa Família), que no ano de 2017 teve um investimento de 13,82 milhões; o Benefício de Prestação Continuada (BPC), este benefício é concedido às pessoas acima de 65 anos de idade e portadores de deficiência física, que comprovem rendimento inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, e garante o recebimento de um salário mínimo; em 2017 foram investidos 50,3 bilhões neste programa (PLASAN, 2018).

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), garante o alimento aos alunos das escolas públicas do país, muitos destes contam com as refeições escolares como principais do seu dia, aqui em 2017 o programa atendeu 40.650.922, e beneficiou 255.283 indígenas e 238.471 quilombolas. Por último o Programa Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), este beneficia especificamente as Comunidades Tradicionais e indígenas, tem como objetivo redução da insegurança alimentar nessas populações, em 2017 foram distribuídas 4.330

toneladas de alimentos em cestas básicas. Para finalizar é importante lembrar que em 2018 foi aprovado orçamento específico para o desafio 1 aprovado no valor de 88,27 bilhões de reais (PLASAN, 2018).

1. Combater a insegurança alimentar e nutricional e a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.

Semelhante a diretriz 2 no PLANSAN 2012 a 2015, esse desafio tem o objetivo de incentivar a produção agrícola do pequeno produtor com ênfase no financiamento dos pequenos produtores rurais, evitando o êxodo rural e melhorando a qualidade de vida dessa população. Lembrando que Diretriz 4 do primeiro PLANSAN, no requisito redistribuição de terras, foi contemplada na diretriz 2 do PLANSAN 2012 a 2015, os programas mais importantes foram: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Garantia-Safra, o Seguro-Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos. O Bolsa Família na zona rural também tem um impacto sobre a renda dessas pessoas, como impacto tivemos uma melhoria do Índice de Gini também no meio rural, de 2003 a 2009 em 8,3%, as ações de monitoramento nutricional nas crianças de 0 a 15 anos, demonstrou redução do déficit nutricional nestas. Para prioridade do desafio no novo PLANSAN está a redução deste déficit em 25%, especificamente nas comunidades quilombolas e povos indígenas (CAISAN, 2014), (CAISAN, 2018).

É importante destacar que os programas citados acima cooperaram com a mudança da situação das famílias da zona rural em situação de extrema pobreza, o fomento do governo abrange tanto a garantia de preços e compras instrucionais das produções, auxílio na distribuição dos produtos, melhoria do acesso a água para consumo e irrigação (também previstos no desafio 7 do PLANSAN II); a assistência técnica, distribuição de sementes e insumos agrícolas, dentre outros. Isto contribuiu com a melhoria da inserção de alimentos pautados na agroecologia e sustentabilidade uma garantia dada pelo Decreto nº 7.794, de agosto de 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o desígnio de unificar, articular e ajustar políticas e ações indutoras da transição agroecológica e da plantação orgânica e de alicerce agroecológico. Em 2017, foram 43.359 novas famílias beneficiadas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (CAISAN, 2014) (VASCONCELLOS; MOURA, 2018).

O acesso à terra e a redistribuição destas por meio da regularização fundiária, também são prioridades nos novos desafios estabelecidos, existem esforços no planejamento de legalização tanto das terras indígenas quanto demarcação de terras quilombolas, estes processos são delicados e demorados, requerem boa vontade política. Quanto às titulações, em 2017 vinte e nove títulos novos foram emitidos, no total de 2.085,868 hectares beneficiados a três comunidades quilombolas. Portarias de reconhecimento beneficiaram 214 famílias, no total de 30.249,50 hectares isto para benefício de 748 famílias quilombolas. As avaliações de reconhecimento prosseguem para fins de desapropriação. Em especial 43.359 novas famílias quilombolas foram beneficiadas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais em 2017. Totalizadas 43.359 novas famílias foram favorecidas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (CAISAN, 2018).

Algumas especificidades também são contempladas no terceiro desafio, em especial a participação das mulheres frente às famílias nas operações junto ao PRONAF, demonstrou sua força, assim em especial a assistência técnica dará atenção especial a este grupo, incentivando a agroecologia. Os jovens também estão sendo incentivados a ficar no campo, a linha de crédito rural para jovens foi facilitada e atingiram 10% das operações do programa. Esta ação procura reduzir o êxodo rural crescente no país, principalmente pelos jovens (CAISAN, 2013); (CAISAN, 2018).

2.5 Promoção do abastecimento e do acesso regular e permanente à alimentação saudável

O terceiro desafio, engloba a 3ª diretriz do plano anterior pois determina o mapeamento da qualidade dos alimentos consumidos em todas as regiões do país, após a intensificação de estudos na área de SAN nas diretrizes anteriores, observou que existem muitas lacunas a respeito dos hábitos alimentares no país. Pesquisas. No entanto, padrões básicos foram identificados, observou se que basicamente os alimentos mais comuns são arroz e feijão em todas as regiões do país, e uma tendência a alimentação baseada em produtos prontos com alto teor de sódio, gorduras saturadas e açúcares livres, e baixo conteúdo nutricional. A baixa ingestão de frutas, legumes e verduras representou uma ameaça a segurança alimentar e

nutricional dos brasileiros. As consequências como obesidade e problemas cardiovasculares aumentaram, tanto para homens e mulheres, de jovens a idosos. Assim a questão educacional também foi alvo do PLANSAN I (SISAN, 2014).

As ações em educação alimentar¹⁵ e nutricional são foco nos dois PLANSAN, e proporcionam mudança de paradigma em longo prazo nos hábitos alimentares da população, assim o MDS junto com Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério da Saúde trabalham na prevenção das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Em ações nacionais nas escolas, unidades básicas de saúde e instituições privadas também (CAISAN, 2018). A mudança do PLANSAN II é que este procura regularização sanitária de pequenos agricultores, estimular a economia solidária, reduzir o desperdício e perdas de alimentos, identificando e melhorando os fluxos intersetoriais de abastecimento de alimentos. Com isto os alimentos mais saudáveis, orgânicos e livres de agrotóxicos podem ser comercializados em um fluxo contínuo. Outra ação é o mapeamento da SAN, o MapaSAN que monitora o SISAN nos estados e municípios. A importância das feiras livres e centros de abastecimentos de alimentos mais saudáveis municipais são focos de monitoramento. Também a priorização de contratação de projetos exclusivamente de produtos orgânicos, projetos de Povos e Comunidades Tradicionais e projetos de Assentados da Reforma Agrária. Neste sentido, em 2016 foram repassados a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o valor de R\$ 201.654.736,58 e também distribuição de Hortigranjeiros pela CONAB foi priorizada (CAISAN, 2018).

O último desafio fala sobre o fortalecimento da participação social no SISAN, a parcerias com as universidades e regulamentação de entidades privadas no sistema; a adesão dos municípios ao SISAN de forma organizada, a elaboração dos planos estaduais de SAN em todos os Estados; mecanismos de financiamento mais ágil para gestão do SISAN; criar fóruns em esfera bipartite e tripartite. O fortalecimento permanente foi desafio para a realização da Segurança Alimentar e Nutricional, como vimos no seu processo histórico inúmeras sofreu mudanças bruscas que levaram a estagnação e retrocessos. Atualmente o contexto político do

¹⁵ A educação alimentar é o estudo e prática contínua, transdisciplinar, Inter setorial e multiprofissional que visa incentivar a prática de hábitos alimentares saudáveis, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Faz a abordagens e recursos educacionais aos indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.

país pode ameaçar os resultados obtidos a partir de 2003 (BRASIL, 2016a), (RECINE; VASCONCELLOS, 2011).

Como conclusão podemos dizer que o PLANSA foi criado para oferecer recursos distribuídos em programas de transferência de renda, programas de apoio à produção rural como, por exemplo, os voltados a agricultura familiar, programas de monitoramento da saúde da população na prevenção de agravos relacionados à alimentação ao acesso a água de qualidade para consumo e produção rural, além de relacionar-se a órgãos internacionais para atingir as metas (CAISAN, 2014).

Apesar de todos os esforços os dados atuais ainda são preocupantes com relação aos problemas de saúde como obesidade, diabetes e hipertensão arterial. No entanto, mapear as condições segurança alimentar e nutricional depende do interesse dos estados. Em relatório, o número de gestores estaduais com interesse de implantação das políticas do SISAN em seu estado, ainda são tímidos, 58% demonstram algum interesse, mas necessitando de reforço institucional e mais articulação. Em estados como Bahia, Paraíba e Rio grande do Sul a adesão ao SISAN (Sistema Nacional de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional) é uma provocação. A formação dos conselhos estaduais e municipais é indispensável para que haja sincronia de ações e resultado. No estado do Tocantins apenas (43,9%) dos municípios alimentaram o sistema de informação em 2014 (BRASIL, 2012), (CAISAN, 2014), (VASCONCELLOS; MOURA, 2018), (BEDUSCHI FILHO, 2012).

Ainda segundo mapeamento de ações para SAN, apenas (7%) dos municípios da região norte do país tem uma secretaria específica para segurança alimentar e nutricional. Quanto às leis municipais as informações são mais preocupantes, pois (27,8%) destes as possuem, e a maioria concentra-se na região nordeste e sudeste. Quando trazemos para os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional a representação social civil nos CONSEA é pequena, assim o princípio de participação social fica comprometido (BRASIL, 2012).

2.5.1 Produção de agrícola e sua relação com a segurança alimentar e pobreza

É inquestionável a posição do Brasil como produtor mundial agrícola e a evidente dependência deste setor para o desenvolvimento econômico do país. A alta produtividade agrícola tornou o Brasil atrativo para investimentos, contudo é

necessário questionar a quem atende notadamente a produção agrícola capitalista que estimula a geração de renda, e teoricamente deveria garantir a redução da pobreza e consequente segurança alimentar do país (MATA et al., 2017).

A afirmação acima nos descreve o perfil de produção de alimentos no Brasil, onde prepondera o lucro via exportação. Assim as necessidades reais de alimentação e resolução da fome em muitas regiões do país não podem ser solucionadas a partir dessa mesma produção. Outra situação relevante nesse contexto é a relação do homem com a natureza, e de transformação da natureza por ele, que tem como fim atender suas necessidades. Portanto, ocorre nessa lógica a exploração para acumulação de seguindo a lógica capitalista (SCOLARI, 2005).

Castro (1984) apontou como solução para a fome a distribuição de terras de forma que a produção de alimentos chegasse à mesa do brasileiro e também pudesse contribuir com a economia do país. Assim, o latifúndio parece contrário nessa lógica.

Quanto ao latifúndio trata-se da concentração de amplo espaço de terras em mãos de poucos, no geral a maioria com baixa produção, ou ocupadas por grandes monoculturas, ou terras totalmente improdutivas. Esse modelo prevalece no Brasil configurando espaço de luta na tentativa de redistribuição de forma justa da terra no campo, a tão sonhada reforma agrária no país. Isso configura desigualdade tanto produtiva quanto distributiva em termos de renda. Assim que atende o consumo externo defende que a com a terra e a produção de capital latifundiária predominante se tornaram conflituosa e degradante para natureza e também ao homem, gerando como artigo social a pobreza e as desigualdades sociais, tornando o homem do campo um mero trabalhador assalariado (OLIVEIRA, 2007).

Zeneratti (2017) interpreta bem este processo de domínio do modo de produção capitalista que por meio do comando da agricultura, leva a terra um bem natural, que não poderia ser produzido, à ser submetida ao capital, e logo restando ao homem do campo à subordinação ao proprietário da terra; como destacado a seguir,

[...] o modo de produção capitalista ao dominar a agricultura também domina a terra, com isso é facultado ao proprietário a condição de extrair mais-valia dos trabalhadores, seja diretamente na condição de capitalista, seja indiretamente na condição de proprietário que obtém renda. Esta condição priva os trabalhadores do acesso à terra e subordina a agricultura ao capital, como destaca Marx (2008, p. 1069).

[...] constitui base do modo capitalista de produção a propriedade privada do solo; ele implica a expropriação dos produtores imediatos: a propriedade privada do solo para uns tem por consequência necessária que ela não exista para os demais (ZENERATTI, 2017, p. 2).

Como citado anteriormente observamos que o incentivo a esse tipo de produção, surge logo após a Segunda Guerra, e com ela a revolução verde, que foi um fenômeno regulado por esta lógica de eliminação do problema de ameaça da conforme discutiremos no tópico de segurança alimentar (NOVAES, 2017).

Já no o Brasil essa revolução chega ainda no período de governo militar¹⁶ Beneficiando as monoculturas que se espalharam por todo território do país. Ao longo do processo foi observada a implantação das monoculturas em substituição às culturas com a maior variedade. Atualmente o modelo descrito acima é utilizado e também é visto com bons olhos no Brasil, assim temos hoje produção de soja, milho, café, cana de açúcar como grandes exemplos no país. Desse modo, a produção de alimentos em grande escala baseada na exploração extrema da terra de forma danosa, uso indiscriminado de agrotóxicos, e a redução da biodiversidade, além da precarização do trabalho rural aparecem como consequências (ANDRADES; GANIMI, 2007). Vários estudos criticam essa forma de produção, pois suas consequências afetam o meio ambiente na degradação do solo, com desmatamento, e também as implicações à saúde das pessoas. Assim, a principal crítica feita à produção de alimentos em larga escala, está no fato de que suas bases não seriam técnicas e tão pouco humanistas, no sentido de garantir o direito básico da alimentação, mas sim de atender ao capitalismo pungente e contra a sustentabilidade prioritária para a segurança alimentar e nutricional (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Historicamente os grandes investidores internacionais do primeiro mundo sempre tiveram interesse, principalmente as multinacionais produtoras de sementes e agrotóxicos, e empunhados do lema da erradicação da fome no mundo, detêm tecnologias, conhecimento e mercado para alimentar a cadeia produtiva agrícola mundial (MOREIRA, 2000).

No Brasil, as monoculturas vieram para ampliar sua produção e assim se posicionar o país no mercado mundial. Mas essa produção atende ao mercado

¹⁶ A ditadura militar foi o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil de 1964 a 1985.

externo deixando de lado as necessidades reais da população local. Levando em consideração que a segurança alimentar é alcançada também quando a distribuição dos alimentos ocorre de forma igual, podemos dizer que a produção assim pautada, atende apenas ao desenvolvimento econômico, como mais adiante veremos uma população não necessita apenas de uma economia pungente para seu pleno desenvolvimento (FAO, 2015).

Neste tocante, ressaltamos novamente a obra de Castro (1984), que descreveu fome como um fenômeno físico e social no país, e afirmou que a humanidade necessitava ser alimentada de forma adequada, e não ser reduzida como medida de controle da fome, para que pudesse atingir melhores patamares de qualidade de vida, e para isto o plano de produção agrícola do país deveria ser baseado apenas nas necessidades técnicas, mas abranger a distribuição de renda de forma igual, e que a educação também fosse priorizada para um progresso pleno.

Assim em convergência às ideias de Castro, temos a produção agrícola familiar, que é percebida como contrária a produtividade competitiva, entretanto tem grande importância no desenvolvimento social e econômico locais, além de contribuir com a qualidade e diversidade dos alimentos, e também proporcionar maior acesso das pessoas aos alimentos, tendo em vista que produz uma variedade maior de alimentos respeitando as variações de hábitos e cultura dos indivíduos. Os alimentos oriundos da agricultura familiar são mais comuns à mesa da população, diferente da produção em larga escala, que atende as exigências das indústrias e mercado externo. No entanto, é essencial reconhecer as dificuldades enfrentadas para se manterem, pois os pequenos produtores necessitam de financiamento para sua persistência no campo (MOREIRA, 2009).

Um dos maiores desafios para a agricultura familiar é a permanência de famílias no campo, a quantidade de famílias que vivem no campo ainda é pequena, apesar dos estímulos através de políticas públicas para seu financiamento. Segundo (EMBRAPA, 2018), hoje são 4.366 estabelecimentos classificados como agricultura familiar, quando comparado ao valor da produção dos estabelecimentos não familiares, são 35 bilhões a menos. A região sul concentra a maior parte dos estabelecimentos, a região norte representa apenas 10% do total no Brasil. Levando em consideração que mais de 80% do alimento que chega à mesa do brasileiro provém da agricultura familiar, podemos dizer que estes números são uma ameaça à segurança alimentar.

2.6 Segurança alimentar, transição nutricional e epidemiológica

O homem se relacionou com o alimento de diferentes formas, dado que sempre foi um item essencial para sua sobrevivência, ao longo de sua evolução o buscou meios de adquiri-lo enfrentando períodos de abundância e insuficiência. O advento da agricultura e a domesticação dos animais foram decisivos para que a alimentação se tornasse mais fácil e acessível, nesse processo surgiu o campo ou também denominada a zona rural, e o homem passou a viver para cultivo de plantas e criação de animais destinados à sua alimentação. Notadamente foram surgindo variedades alimentares diferentes das obtidas no método extrativista. A produção em grande quantidade e variedade, principalmente de grãos, possibilitou o armazenamento e provisão de alimentos por maior período culminando em último nível no cenário das grandes monoculturas, como contextualizado no tópico anterior (SALAZAR-DÍAZ et al., 2005).

Ao longo da evolução alimentar surgiram diferentes alimentos extraídos da diversidade destes, como o trigo, as gorduras saturadas e os açúcares. O empobrecimento nutricional dos alimentos ocorreu e a troca da alimentação rica em fibras pelo carboidrato simples foi progressiva, esta descrição descreve mais uma vez a transição alimentar. Como consequência houve a mudança de hábitos, de forma tão profunda que alteraram tanto a estrutura corporal humana como os seus genes (POPKIN, 2006).

Segundo Schuch (2010) as alterações no DNA¹⁷ humano podem ocorrer levando a mutações geradas pela dieta, ou seja, mesmo que ele tenha características específicas e individuais, ou mesmo que seja diferente em nossas populações dependendo da região do país, tanto composição genética como hábitos alimentares, são responsáveis por doenças como obesidade, diabetes, hipertensão arterial e câncer; várias outras patologias têm sido investigadas neste sentido. Diante destas descobertas ficou exposto o a necessidade de produção de alimentos pautados na sustentabilidade e segurança a saúde da população. No entanto, a relação entre o homem e a natureza, e particularmente entre homem e a terra é historicamente descrita em todos os períodos da evolução da humanidade, nesse

¹⁷ A molécula de DNA foi descoberta conjuntamente pelo norte-americano James Watson e pelo britânico Francis Crick em 1953. O DNA de cada indivíduo é exclusivo, cada ser humano possui duas formas de cada gene, uma que recebe da mãe outra que recebe do pai, define suas características.

percurso a terra sempre foi fonte de alimento e trabalho, uma relação sinérgica e conflituosa. Com o processo de modernização da humanidade, o modelo de exploração da terra se modificou e a atribuição de valor capitalista a produção dos alimentos influenciou drasticamente essa relação, que passou de sustentável a exploratória (OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2007) descreve também que o mecanismo de produção antes extrativista sustentável e centrado no trabalho do homem diretamente com a terra foi perdido em grande parte. Assim, podemos afirmar que o modo capitalista implicou na agricultura a dependência da zona urbana e suas indústrias para a conclusão do processo de produção agrícola. Surgiu neste cenário os monopólios e monoculturas, o grande latifundiário torna-se dominante do espaço e da terra; assim, na ótica do desenvolvimento capitalista o modo de produção rural atual explora os indivíduos ou uma população, sem o retorno coerente com esforço do trabalho “um capitalismo sem capitalistas, em submissão do trabalho ao capital”.

Na lógica industrial a agricultura também foi responsável pelo surgimento das primeiras cidades e com elas as classes sociais diferentes baseadas em outras atividades diferentes da zona rural, com isto o homem deixou o trabalho braçal no campo, para exercer outros tipos de atividades. Os hábitos urbanos, aliados as modificações alimentares foram intensificados com o processo de industrialização e invenções que facilitam a vida.

Assim as pessoas tornaram se menos ativas, e houve redução do gasto energético, a sinergia desses fatos causou impactos sobre sua saúde de forma negativa (BLEIL, 1998); (SERRA et al., 2003).

Para Vasconcelos; Gomes, (2012) a transição demográfica alterou na população mundial as taxas de natalidade, mortalidade e envelhecimento, a partir do século XX mais intensamente, no Brasil, no entanto isto ocorreu em tempo mais curto em comparação aos países, e em concomitância com o desenvolvimento econômico irregular, por isso provavelmente as consequências tenham sido mais intensas principalmente nas modificações dos arranjos sociais e brusca migração da população para as zonas urbanas.

Assim temos três fases desta transição descritas pelo autor: a) a fase anterior a transição, sendo marcadas pelas elevadas taxas de natalidade, altas ou quase estabilizadas e os percentuais de mortalidade elevados, mas com variações. b) na fase inicial de transição temos altas taxas de crescimento populacional devido a

redução da mortalidade. c) a segunda fase tem a redução da natalidade e de mortalidade, diminui o crescimento populacional e a aumenta o processo de envelhecimento.

O fato de o Brasil ter chegado mais rapidamente na segunda fase trouxe a redução de mortes por doenças infecciosas das doenças infecciosas e parasitárias para o aumento de mortes por doenças crônicas não transmissíveis. As alterações nos grupos populacionais brasileiros são específicas e pontuais, e se intensificaram entre 1950 a 2010 (SCHRAMM et al., 2004).

Podemos dizer então que o houve concomitante a transição demográfica também a transição epidemiológica, que segundo Omran (1971), esta é definida como alteração na saúde da população relacionada ao ambiente e ao modo de vida das pessoas. Existem outros fatores que não também não podemos excluir são os determinantes sociais, as mazelas desigualdades sociais que contribuem para o aparecimento ou agravamento de doenças relacionadas com a pobreza. Isto como resultado das relações sociais e fatores econômicos, tais mudanças afetam as taxas de morbidade e mortalidade da população, e as s doenças crônicas não transmissíveis são uma evidência dessa mudança (MARMOT, 2003).

Para Rasella et al., (2016) monitorar as iniquidades sociais é essencial para desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas na sua redução, considerar ainda que as condições de saúde estão dependentes dessas melhorias.

Schramm et al., (2004) e Duarte e Barreto (2012), descrevem que no Brasil prevalece o modelo de transição epidemiológica prolongada onde temos a sobreposição das doenças crônicas não transmissíveis, e recorrência de doença infecto parasitárias, no entanto com predominância das doenças crônicas não transmissíveis.

Os estudos sobre a transição de hábitos alimentares populacionais são enfatizados muito aspectos da segurança alimentar, e esta só pode ser definida após compreender o contexto em que a população está inserida. O termo “segurança alimentar” (do inglês *food security*) refere-se também à garantia e proteção de alimentos, e assim nos países desenvolvidos a segurança alimentar está relacionada à qualidade dos alimentos, enquanto que nos países pobres e ou em desenvolvimento este termo engloba também a preocupação com a escassez de alimentos e magnitude da fome (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

No Brasil, Castro (1984) mapeou os tipos de fome dividindo o Brasil em regiões: Amazônia, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro- e demonstrando quais predominavam em cada uma (figura 4). Assim classificou a fome como individual ou coletiva, endêmica e epidêmica, parcial (oculta) ou total.

A fome total seria aquela em o indivíduo não ingere a quantidade de alimento adequada para manutenção do seu organismo, podendo levar o indivíduo inanição.

A fome parcial se caracteriza pela ingestão inadequada de nutrientes, então está presente as carências de micronutrientes (vitaminas e sais minerais) provocando problemas como anemia e carências de vitaminas. Castro (1984) explica que nas zonas onde ocorrem as epidemias, o tipo de fome mais comum é a fome na forma total, em compensação a fome parcial está presente nas zonas endêmicas. Ressalta ainda que a preocupação maior deveria ser com a fome coletiva e não com a fome individual. Assim o autor tratou pela primeira vez da SAN (segurança alimentar e nutricional).

Figura 04: Mapa das principais carências existentes no Brasil na obra de Castro

**MAPA DAS PRINCIPAIS CARÊNCIAS EXISTENTES NAS
DIFERENTES ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL**

ORGANIZADO PELO AUTOR



Fonte: CASTRO (1984)

Assim com a mudança de cenário provocado pela transição demográfica, observamos o desaparecimento das condições provocadas pela fome total como o marasmo (inanição pela desnutrição) e a desnutrição tipo kwashiorkor (deficiência proteica e calórica), para a epidemia de sobrepeso e obesidade. Estando presente em populações em condições social e econômica mais baixa, e mais urbanizada, semelhante (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003).

Nos países desenvolvidos observamos que obesidade é menor entre as classes sociais com maior renda, pois estas têm acesso à dieta variada e maior acesso a atividade física (AMARAL; PEREIRA, 2004). E um segundo cenário que

seria marcado pela transição de atividade econômica de rurais para atividades urbanas.

Batista Filho; Rissin (2003) ainda afirmam que para entender esta transição no Brasil tem-se que considerar os aspectos regionais. Outro aspecto importante na compreensão do cenário epidemiológico dos problemas alimentares/ nutricionais se configura nas disparidades regionais de renda, com as regiões mais pobres (Norte e Nordeste) desfrutando de um ingresso per capita que representa pouco mais de 1/4 da renda individual disponível nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Mantém-se, por outra parte, um gap expressivo na distribuição da renda entre o meio rural (bem mais pobre) e o urbano, acentuadamente nas regiões Norte e Nordeste (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003). O estudo inicial de Castro, apesar de antigo, demonstra exatamente o cenário atual.

Então, dentro deste segundo panorama insere-se a população deste estudo, que se acredita ser caracterizada por um acentuado gap na distribuição de renda descrito para populações da região Norte como destacaram os autores.

No Brasil, o decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, refere-se ao termo populações tradicionais como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". (CHAGAS, 1998).

Assim o termo comunidade tradicional define grupos populacionais, que conservam modos de vida, incluindo cultura, religião e alimentação. Estes grupos também mantêm relação com o meio ambiente, e produzem seu alimento de modo sustentável, mantendo harmonia entre homem-natureza (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014).

Para Arruda (1999), as comunidades tradicionais como povos indígenas e os remanescentes de quilombos tiveram papel fundamental na conservação dos recursos naturais desde o período colonial, onde a agressão da exploração era violenta, atualmente as comunidades tradicionais têm um papel fundamental também na conservação do meio ambiente onde estão inseridas, pois os seus métodos se baseiam em extrativismo e o cultivo da terra para agricultura costuma ser menos danoso.

Entretanto, a luta pelo direito ao território, o desmatamento, a monocultura, a agropecuária e a urbanização têm ameaçado os hábitos tradicionais e a soberania alimentar desses povos. O respeito aos hábitos alimentares como medida de prevenção destes deveria ser uma preocupação também na elaboração de políticas públicas específicas para essas comunidades. A priori por produziam o seu próprio alimento como a (horticultura e fruticultura), e ainda baseadas na produção de mandioca, milho, feijão, além do uso de plantas medicinais, além dos alimentos obtidos nas matas vizinhas as comunidades. Estas peculiaridades são descritas como resultante da interação do meio ambiente, dimensão econômica e social de uma população, assim as produções em comunidades remanescentes de quilombos seguiam esse padrão (BUTTEL, 1993).

Outra tradição nas comunidades é o uso do quintal para cultivo de alimentos, plantas de fácil manejo e cultivo e também as de uso medicinais. Amaral; Guarim Neto (2008) define quintal como um espaço extensivo ao lar que pode ser usado para obter variedades de alimentos.

Mendes (2006) descreve a perda da capacidade produtiva em comunidades do Pará, e também uma transição alimentar forçada, adquirindo hábitos alimentares mais artificiais, ou seja, mais industrializados. A autora ainda destaca o desrespeito a cultura alimentar, por exemplo, na merenda escolar das escolas das comunidades, onde são oferecidos alimentos como biscoito água e sal e suco artificial em vez de incentivar o consumo de alimentos locais.

Outros estudos recentes demonstraram também que quanto maior proximidade da comunidade a zona urbana, maior a facilidade ao acesso a alimentos industrializados. Isto incide na transição do estilo de vida, mesmo que de forma mais lenta estas comunidades têm modificando seus hábitos de vida e sua saúde. Isto se assemelha com o que ocorre nas populações urbanas (PAIVA, 2017).

2.7 Políticas públicas voltadas à população negra: redução das desigualdades

Definir políticas públicas não é tão simples, podemos dizer que ao longo da História o Estado desenvolveu papel tradicional baseado em antropologia, sociologia e, principalmente, em estudos da ciência política. Contudo, esse processo estando na responsabilidade do estado pode se considerar que as formas de fazer política pública ou o não fazer também é política pública (RUA, 2012).

Para Sen (2010) As políticas públicas promovem a liberdade aumentando as capacitações humanas, o Estado tem o papel de oferecer ferramentas públicas que podem aumentar as capacitações humanas através da promoção que oportunizam escolhas ao indivíduo como uma obrigação do estado.

No Artigo 3º da Constituição Federal que trata dos seus objetivos diz:

- I. construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. garantir o desenvolvimento nacional;
- III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Quando tratamos de redução de todos os tipos de desigualdades entramos em um campo extremamente conflituoso e de difícil compreensão, nesse sentido há o embate entre sociedade e suas necessidades, e o comportamento do estado no cumprimento da Constituição Federal (FARIA, 2005).

Dagnino (2004) afirma que a luta pelas igualdades parte dos movimentos sociais como forma de pressionar o estado, e assim podendo aumentar a perspectiva de entrar para pauta das políticas públicas como empreendedores sociais. Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas podem modificar os indicadores sociais, porém, não garantem a segurança alimentar efetiva, principalmente naquelas populações mais vulneráveis.

As desigualdades contra a população negra foram entrando em debate com a constituição Federal de 1988. O racismo foi reconhecido como crime (artigo 5º); as propriedades de terras quilombolas, como definitivas (artigo 68 do Ato e Disposições Transitórias), as diversidades culturais como patrimônio (artigos 215 e 216). A marcha Zumbi dos Palmares em 1995, hoje Fundação, contribuíram como forma de pressão ao governo na formulação de políticas públicas. Inicialmente no governo Fernando Henrique Cardoso foi criado grupos interministeriais que valorizavam a população negra (BRASIL, 1988); (MORAIS, 2012).

As políticas públicas voltadas à população negra ainda são um campo de delicado debate, a inexistência destas ao longo dos anos após a abolição da escravidão no Brasil levou as vulnerabilidades a que população negra foi e está exposta. A História mostra também que o racismo mesmo após a abolição se

fortaleceu, pois os conceitos de desigualdade entre brancos e negros, baseavam-se nas características físicas e biológicas, o que colaborou com o crescimento das diferenças raciais no país (HERINGER, 2001).

Os resultados são perceptíveis nos índices de baixa escolaridade e de desemprego elevados, nas altas taxas de morbidade e mortalidade, além da persistência de doenças crônicas e infecciosas, bem como nos altos índices de violência urbana que incidem sobre a população negra (LIMA, 2010).

Por serem decisões autorizadas e sancionadas pelos atores governamentais, ou seja, resultados e ações oriundas do governo, os valores sociais devem ser percebidos e colocados em grau elevado de importância para esses atores, ou seja, deve ser um problema público (SOUZA, 2006).

A partir do ano de 2000 políticas específicas foram elaboradas para garantir a população negra, cotas em universidades, além da ampliação de programas de combate ao racismo e políticas de valorização da cultura e história da raça negra surgiram. Tudo isto se deveu ao fato de que houve o início do reconhecimento das desigualdades raciais como problema prioritário, e reconhecer que estas são provocadas por um conjunto de fatores indissociáveis foi essencial para debater e criar as políticas públicas voltadas a sua redução (IPEA, 2010).

Atualmente as desigualdades são vistas com maior relevância pelas autoridades, novas ações no sentido de reduzi-las estão sendo aplicadas. No Brasil as políticas de cotas em universidades, e ações de redução da morbidade e mortalidade da população infantil, além do combate a doenças comuns nas pessoas negras, são exemplos promissores de políticas sociais específicas, no entanto muito ainda tem que ser realizadas (MORAIS, 2012).

Um marco importante nesse processo de reconhecimento das desigualdades é a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Neste estão conferidos direitos no combate a: discriminação racial ou étnico-racial, desigualdade racial, desigualdade de gênero e raça, garantia de políticas públicas específicas e ações afirmativas para igualdade e oportunidades (BRASIL, 2010).

O campo da educação é bastante discutido com relação às desigualdades entre negros e brancos, no que diz respeito a educação fundamental e ao ensino superior no Brasil, história das desigualdades no ensino, são marcadas pela segregação racial, implícita nas legislações pertinentes a educação ao longo dos anos, e em análise mais profunda estas dificultam o acesso da população negra,

implicando redução destes na educação formal até os dias atuais (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

A partir de leis específicas como as de nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, vieram para redução das desigualdades no ensino fundamental, fazendo com fosse obrigatória no ensino de história a discussão sobre escravidão, para que a sociedade tenha conhecimento desde cedo deste triste episódio em nosso país. Além de incentivar o combate ao racismo dentro das unidades escolares (COMAR; RUARO, 2010).

Outro ponto marcante foi a política de sistemas de cotas que ampliou o acesso às universidades, esta foi uma conquista significativa que proporciona a oportunidade de aumentar os anos de estudos de nesta população (CONCEIÇÃO, 2010). Além disto, o governo Federal organizou políticas públicas voltadas para a educação dos quilombolas, o programa intitulado “Programa Brasil Quilombola” está coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e integra-se a outros ministérios com ações na educação, cultura, saúde, agricultura e segurança alimentar, entre outros (MORAIS, 2012).

Gabas (2015) e estudo do PNUD (2017) demonstraram redução significativa nas diferenças entre negros e brancos o IDHM dos brancos em 2000 era (27,1%) acima dos negros, já no ano de 2010 essa diferença caiu para (14,42%). O destaque aqui vai para a diferença de escolaridade que subiu de (47,7%) para (70,38%), com relação ao acesso a formação superior nesta população. No campo dar à política nacional de saúde integral da população negra, atendendo a Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, tenta garantir o acesso ao atendimento pelo SUS dentro dos seus princípios. Assim o ministério da saúde assumiu a responsabilidade de promoção da saúde e redução do racismo institucionalizado nele:

Capítulo I – DOS PRINCÍPIOS GERAIS:

Reafirma os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, constantes da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a saber: a) a universalidade do acesso, compreendido como o “acesso garantido aos serviços de saúde para toda população, em todos os níveis de assistência, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie”; b) a integralidade da atenção, “entendida como um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigido para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema”; c) a igualdade da atenção à saúde; e d) a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo (BRASIL, 1990a, art. 7º, inc. I, II, IV IX). Esta política levou em consideração a portaria nº 344, de 1 de fevereiro de 2017, que garante ao usuário sua auto declaração de cor (BRASIL, 2017, p. 30).

Dados do Ministério da Saúde demonstram que a procura por atendimento de saúde é maior na população branca que na população negra, isto reflete até mesmo na capacidade de adquirir um medicamento após uma consulta, foi 84,2% maior entre as pessoas brancas do que entre as negras. Assim além do combate ao racismo, a atenção vem atender a população na prevenção controle e tratamento das doenças específicas genéticas ou hereditárias comuns da população negra, como a anemia falciforme, o combate as doenças crônicas não transmissíveis como a hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus (tipo II), além das doenças infecciosas transmissíveis (BRASIL, M.S, 2018).

Os resultados são observados como específicos de cada política, como por exemplo, estímulo à participação da população negra no mercado e consequente aumento da renda é objeto do programa Brasil sem miséria, em que 43 milhões de famílias chefiadas por pessoas negras fossem beneficiadas, isto resultou na queda da pobreza multidimensional raça/cor de 12,06% em 2002 para 1,7% em 2013. Os programas de inclusão produtiva urbana como o Programa Nacional de Acesso a Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Microempreendedor Individual (MEI) voltado a população de baixa renda. Já o programa de inclusão produtiva rural está voltado ao a redução da insegurança alimentar e aumento da renda das populações negras no campo, oferece fomento ao pequeno produtor até 2013 tinham sido oferecidos a 119, 6 mil famílias chefiadas por negros na zona rural (BRASIL, M. D. S, 2015).

Outros programas ainda na zona rural como cisterna para todos 546,7 mil, águas para todos (produção) 94,9 mil, e a bolsa verde, que atendem a ribeirinhos, assentados, com estímulo também a conservação da fauna e flora com 64,7 mil, atenderam a famílias chefiadas por negros (BRASIL, M. D. S, 2015).

Para as comunidades quilombolas em especial o Programa de Extensão Rural e Assistência Técnica (ATER) quilombola com o início nas políticas de reconhecimento quilombola tem seu prenúncio no art. 68º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir de 2001 foi estabelecida atenção aos quilombolas a partir do Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001. Logo a seguir foi revogado pelo decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, modificando a exigência da comprovação da ocupação das terras em período anterior a Abolição da Escravatura pelas comunidades quilombolas, lembramos que mesmo grande parte dos quilombos brasileiros surgiram após a abolição da escravatura, pela

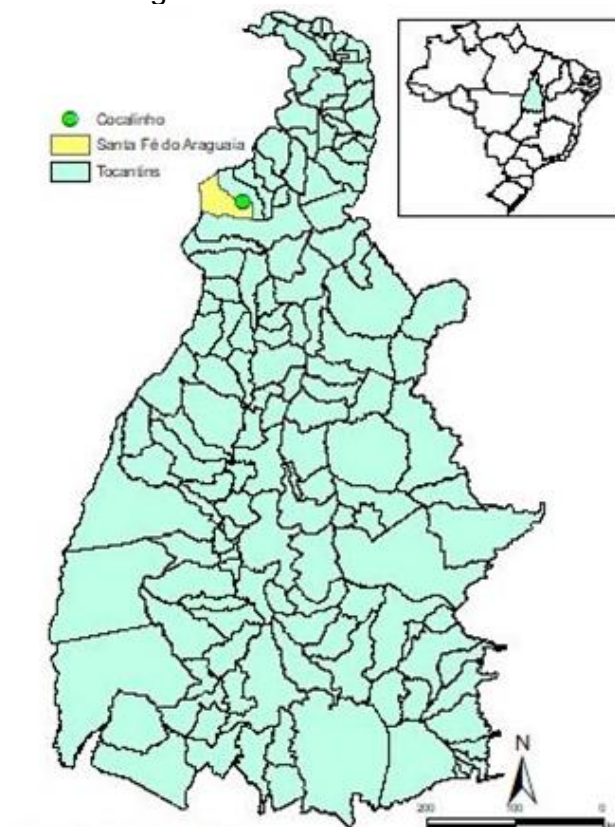
ausência de políticas de integração social, daí apresenta um conceito explícito de “Remanescentes das comunidades de quilombo.” (CALLEGARE *et al*, 2014).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Localização do Estudo

O estudo foi realizado na comunidade Remanescente de Quilombo de Cocalinho, povoado de Santa Fé do Araguaia (Figura 5). A comunidade foi reconhecida pela Fundação Zumbi dos Palmares em 2006 conforme lista da Fundação Zumbi dos Palmares (BRASIL, 2016) e, atualmente possui 272 associados, segundo dados do cadastro da comunidade. Conforme dados da atenção básica do município são 102 famílias e 502 habitantes registrados pelo Programa Saúde da Família (PSF). O município de Santa Fé do Araguaia possui 6.599 habitantes e se localiza a 496,6 km da capital Palmas, ele faz parte da microrregião do município de Araguaína. Araguaína é município de referência econômica na região com um total estimado de 150.484 habitantes (IBGE CIDADES, 2018).

Figura 05: Mapa do Tocantins destacando a Comunidade de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia no estado do Tocantins



Fonte: Jessica Guimarães Dias (2018)

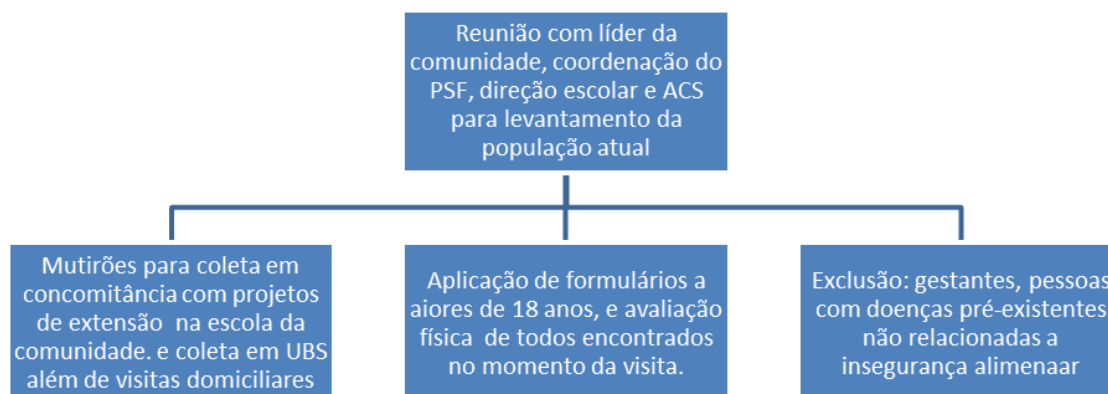
3.2 Levantamento e análise estatística dos dados

O estudo foi do tipo transversal e analítico. A coleta ocorreu no período de março a setembro de 2018; para isto utilizamos a lista de cadastrados dos indivíduos cadastrados na associação, e as fichas de acompanhamento de famílias pela Unidade Básica de Saúde (UBS) de Cocalinhos. Das 102 famílias cadastradas verificamos que apenas 82 moram no povoado.

Em seguida utilizamos o cálculo amostral para população finita, com grau de confiabilidade de (95%) e (5%) de margem de erro, assim estabelecemos como N amostral 68 pessoas. Desta amostra ideal coletamos 62 em função das recusas e da dificuldade de localizar algumas pessoas. Ao todo foram realizadas sete visitas ao povoado, sendo que uma destas foi realizada durante uma ação de extensão na Escola Municipal Emanuel, com atividade de educação voltada para o consumo de alimentos saudáveis, nesta ocasião aplicamos os formulários aos adultos, e realizada a verificação de medidas antropométricas nos adultos e nas crianças; uma outra visita incluiu a coleta na UBS da comunidade e as demais ocorreram por meio de visitas aleatórias aos domicílios da comunidade.

Os instrumentos de coleta incluíram formulários compostos de: um questionário para levantar dados socioeconômicos e demográficos (Apêndice 1); eram aplicadas as questões da EBIA (Anexo 1), um questionário sobre a frequência de hábitos alimentares (Apêndice 2). Os instrumentos eram respondidos nas famílias por um representante maior de idade com capacidade para discriminar as condições de vida e hábitos diários da casa. O roteiro para coleta seguiu conforme (figura 6). O estudo seguiu todas as recomendações do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do IFTO (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins) campus Palmas, e está autorizado sob parecer nº 2.621.825 (Anexo 2).

Figura 06: Esquema simplificado do roteiro de coletas de dados na Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia – TO



Fonte: A autora.

Os dados a serem levantados foram estabelecidos previamente baseados em estudos que demonstraram alta insegurança alimentar associada a baixas condições de vida em populações tanto de zona urbana como rural e incluindo populações de quilombos brasileiros, como os de Barroso, *et al*, (2014) e Salles-Costa, *et al* (2008), (GUBERT *et al.*, 2016). Portanto, este trabalho testou três principais hipóteses, a saber:

- Existia uma relação direta entre a segurança alimentar as condições socio econômicas e hábitos de vida da população em estudo, e para isto analisamos os aspectos socioeconômicos como escolaridade, renda, hábitos de vida, atividade dentre outros, (Anexo 3) e o escore (in) segurança alimentar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (quadro 1).

- Existia associação entre a (in) segurança alimentar e a dieta das pessoas do estudo. Para testar esta hipótese foi levantando o grau de segurança alimentar da EBIA (quadro 2), e levamos em consideração os grupos alimentares respondidos no (Anexo 2), verificando suas frequências.

- Existia nesta população risco a saúde ou problemas de saúde já instalados relacionados à insegurança alimentar. Esta hipótese foi testada por meio de análise associativa entre as medidas antropométricas (peso, altura e medida de circunferência abdominal) e o grau de segurança alimentar da EBIA.

Conforme Gubert *et al.* (2016) a falta ou violação do direito à segurança alimentar determina a insegurança alimentar familiar, que pode ser mensurada no Brasil pela Escala de Segurança Alimentar e Nutricional (EBIA). Esta demonstra com acurácia os pontos relativos à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos

(ver seção materiais e métodos). Outros indicadores também podem ser utilizados como complementares na mensuração da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), como indicadores de renda, dados antropométricos e de consumo alimentar, estes foram adotados neste trabalho.

O questionário está adaptado para entrevista com questões da EBIA; que permitem mensurar a percepção das famílias em relação ao acesso a alimentos. Quanto a EBIA é amplamente utilizada no Brasil, surgiu nos Estados Unidos da América, elaborado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), e foi adaptada e validada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), nos estudos de PNAD, pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), Ministério de Desenvolvimento (MDS), Ministério da Saúde (MS) e FAO. Optamos por utilizar a versão curta (Quadro 2)

A versão utilizada neste estudo foi a composta por seis perguntas, que refere aos últimos doze meses. As informações resultam na classificação quanto ao grau de Segurança com sendo: Segurança alimentar (SA), insegurança moderada (IA) e insegurança alimentar com fome (moderada), insegurança alimentar grave (com fome) (IA grave), conforme (quadro 3). Tais parâmetros são resultantes dos escores atribuídos às respostas que variam de 0 a 6 pontos, cada questão pode gerar um ponto as questões 1, 2, 5 e 6 pontuam, a partir da resposta positiva, a segunda pela resposta negativa e a questão 4, dependente do tempo de exposição a falta de alimentos.

Assim após a somatória de pontos temos as interpretações de que: a condição de segurança alimentar representa a ausência de restrições alimentares na família na forma moderada, existe uma redução na ingestão alimentar podendo limitar a sua qualidade, e na insegurança alimentar grave existe a fome.

Quadro 02: Questões da Escala Curta de Segurança Alimentar

Questões	Respostas que pontuam
1. Alguma vez terminou a comida da casa e o sr (a) não tinha dinheiro para comprar mais	Sim
2. O(a) Sr(a) pode oferecer uma alimentação variada, com feijão, arroz, carnes, saladas e frutas para sua família?	Não
3. O(a) Sr(a) ou alguma outra pessoa na sua casa tiveram que diminuir a quantidade de comida ou não fazer alguma refeição por falta de dinheiro para comprar mais?	Sim
4. Se sim: Em quantos meses isso aconteceu?	2 meses
5. O(a) Sr(a) comeu menos do que gostaria porque não tinha dinheiro para comprar mais?	Sim
6. O(a) Sr(a) sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro para comprar mais comida?	Sim

Fonte: A autora

Quadro 03: Escore para classificação da I.A

Escore	Classificação
0-1	Segurança alimentar
2-4	Insegurança alimentar sem fome
5-6	Insegurança alimentar com fome

Fonte: A autora

Além da escala brasileira de insegurança alimentar, aplicamos também um questionário com dados socio econômicos e demográficos, os dados foram analisados para associação com a EBIA, e obtivemos a classificação econômica dos pesquisados conforme critério ABEP¹⁸ (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). Criamos também um Questionário de Frequência Alimentar (QFA) baseado na alimentação habitual das pessoas da região (Apêndice 3), conforme estudos de aplicação de questionários de frequência alimentar demonstram que este deve ser adequado conforme a realidade de cada população estudada (PEDRAZA; NOBRE, 2014).

Foi feita a conversão da frequência de consumo de cada alimento em frequência diária, cujos valores: 1 representa o consumo de uma vez ao dia consumo mais de mais de uma vez ao dia, foi multiplicado, pelo intervalo da frequência diária relatada. Para tanto as alternativas que incluíram intervalo de tempo, foi feita a média do intervalo das frequências, dividida pelo período, se semanal (7) e mensal (30), descritos no (Quadro 4). Desta forma todas as frequências citadas foram transformadas em frequência diária, para que fosse medida apenas uma unidade de tempo (PEDRAZA, 2014).

¹⁸ Esta classificação é adotada desde 2015, e é descrita no Livro: Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil.

Quadro 04: Conversão da frequência alimentar em valores de consumo diário

Nunca	0
Menos de 1 vez mês	0,03
1 a 3 vezes mês	0,07
1 vez semana	0,14
2 a 3 vezes na semana	0,28
2 a 4 vezes semana	0,43
1 vez ao dia	1
2 vezes ao dia	2

Fonte: Pedraza (2014)

Vale ressaltar que os questionários e EBIA, foram aplicados a um adulto responsável por domicílio, e ainda foram realizadas medidas antropométricas (peso, altura, circunferência abdominal) e cálculo de Índice de Massa Corporal (IMC) em adultos e crianças de encontrados no domicílio no momento da visita, no entanto descartamos as medidas antropométricas em crianças pelo fato de seu estado nutricional não pode ser verificado apenas pelo IMC, e sim por análise mais profunda do desenvolvimento infantil.

Antes da realização do estudo foi feito processo de equiparação de qualidade dos procedimentos dos responsáveis pela aplicação dos questionários e pelas medidas antropométricas, com inferência de 20 pessoas para igualar o método de coleta. Para a coleta das medidas antropométricas foram utilizadas balanças portáteis digitais modelo TEC-SILVER PM, previamente calibradas, e também fitas métricas.

Foi necessário realizar o levantamento bibliográfico de dados do IBGE, do Sistema de Vigilância Nacional de Alimentação e Nutrição (SISVAN), além de busca de informações; dos relatórios de saúde disponíveis nos dos sites do Ministério da saúde, e no site da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a finalidade de aprofundar as discussões dos resultados.

Por fim, foram utilizados os testes estatísticos por meio do programa SPSS statistics 21 IBM: ANOVA, quiquadrado, regressão logística simples e multinomial. Estes testes inferem as variações entre os dados bem como as relações entre as variáveis dependente (EBIA) e independente as sociais econômicas e demográficas, alimentares e de estado nutricional.

Entre as variáveis independentes foram selecionadas com base nos conceitos de determinantes sociais para a insegurança alimentar de Kepple e Segall-Corrêa (2011), de moradores no domicílio; o poder econômico da família avaliado pela

renda, e classificação econômica, por meio do total de bens de consumo duráveis disponíveis no domicílio, com base nessa categorização, identificamos diferença estatisticamente significativa $p=(<0,05)$ entre as médias de renda. Por fim, utilizamos os seguintes dados da pessoa referência no domicílio: sexo; faixa etária; raça/etnia autorrelatada escolaridade, e ocupação.

Para as variáveis independentes de frequência alimentar, agrupamos os alimentos em proteínas, carboidratos, açúcares (sendo este do grupo de carboidratos) hortaliças e frutas, conforme guia alimentar de alimentação brasileira (BRASIL, 2006), e ainda conforme seu processamento em industrializados (ID) e não industrializados (NID) e em seguida foram classificados em consumo adequado e inadequado, para esta última análise foram utilizadas as recomendações do ministério da saúde (BRASIL, 2006); (BRASIL, 2014a).

Para os dados de estado nutricionais utilizamos as variáveis independentes de IMC e Circunferência Abdominal (CA). Durante a coleta de dados percebemos a necessidade de realizar análise descritiva dos aspectos temporais do uso da terra para a região, assim realizamos a descrição do local para melhor compreensão das modificações deste espaço, originando mais um tópico de resultados, que levou a discussão da relação da comunidade com a terra ao longo dos anos. Para isto geramos mapas por meio de informações do uso do solo do banco de dados do laboratório de geoprocessamento da universidade federal de Goiás (LAPIG) e o programa ArqMap 10.5. Estes últimos foram apresentados no tópico de discussão 5.3 como aprofundamento deste trabalho.

4 RESULTADOS

4.1 Perfil sociodemográfico de 62 indivíduos da comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia/TO

Segundo dados do cadastro da Associação a população de Cocalinho seria composta por 102 famílias, no entanto, apenas 82 moram na comunidade e as demais em fazendas e assentamentos vizinhos, destas 12 se recusaram a participar do estudo e 8 não foram localizadas, portanto neste trabalho foram incluídas 62, as quais representam (61%) do total da população. A maior parte dos entrevistados, (80,64%), era do sexo feminino, e o restante (19,35%), do sexo masculino. A média de idade foi de 44,9 anos (idade mínima 18 e máxima de 82 anos); e a maioria se autodeclarou negro, (67,74%) e os demais (32,25%) se declararam pardos e outros. Quanto à escolaridade (43,54%) referiram ter estudado até o ensino fundamental, (38,7%) até o ensino médio e (17,74%) chegaram até o ensino superior.

Sobre as condições de habitação constatou-se que (88,70%) moram em casas próprias e os demais (11,30%) moram em habitações emprestadas ou alugadas. O povoado conta com abastecimento de água de um poço artesiano, sendo o tratamento da água realizado por meio de pastilhas de cloro, ainda não existe rede coletora ou tratamento de esgoto e a coleta de lixo é feita pela prefeitura de Santa Fé uma vez na semana.

Quanto aos rendimentos verificou-se que a média de renda foi de 817,61 reais (renda mínima de 0 e máxima de 1.530 reais); as pessoas com nenhuma renda ou menos de um salário mínimo resumiram-se a (24,19%), um total de (75,80%) recebem até um salário mínimo e (17,74%) recebem acima de um salário mínimo. Encontramos nesta amostra as classificações D (58,06%) e E (41,93%) utilizando o critério para classificação econômica, segundo Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

4.1.1 Segurança alimentar e nutricional (SAN) e fatores sociodemográficos associados a SAN

Os dados da EBIA permitiram classificar os estudados como: (43,54%) com Segurança Alimentar, (19,35%) com insegurança alimentar sem fome (moderada) e (38,70%) com insegurança alimentar grave.

Quanto a SAN por gênero temos (33,33%) de insegurança alimentar entre mulheres e (62%) no grupo de homens; e no que se refere a cor tivemos (48,83%) dos indivíduos negros com insegurança alimentar e (70%) de insegurança entre o grupo de pardo-outros. Aqui apresentamos a insegurança alimentar agrupando as classificações somadas dos graus moderado e grave.

Quanto aos resultados da análise associativa da EBIA com fatores sociodemográficos verificou-se que existe associação significativa entre renda e EBIA ($p=0,01$), assim temos: (75,80%) das pessoas ganham até um salário mínimo, no entanto (65,95%) delas tem algum grau de insegurança alimentar; já dentre os (6,45%) que não tem renda estão com (75%) de indivíduos com insegurança alimentar grave, que é a insegurança com fome.

O efeito contrário foi observado naqueles que ganham acima de um salário mínimo (90,90%) destes estão classificados com segurança alimentar. No quesito número de pessoas que moram na casa, observamos que quando há mais de 4 pessoas no domicílio (68,56%) das famílias mostram algum grau de insegurança alimentar ($p=0,031$). Para os demais fatores - sexo, raça, idade ou escolaridade - não foram verificadas diferenças significativas entre as categorias estabelecidas e o estado de segurança alimentar (Tabela 1).

Tabela 01: Distribuição sociodemográfica em relação à EBIA, de 62 indivíduos da Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia – TO.

Variável	N	S.A.	I.A.M.	I.A.G.			
	%	%	%	%	χ²	GL	Valor de p
MASCULINO	19,35	66,66	8,33	25	33,03	1	0,159
FEMININO	80,64	38	20	42			
RAÇA/COR							
NEGRO	67,74	48,83	13,95	34,88	2,879	1	0,222
PARDOS/OUTROS	32,25	30	25	45			
IDADE							
<25	9,67	83,33	-	16,66	0,200	1	0,655
26-40	37,09	30,43	21,73	47,82			
41-60	35,48	45,45	13,63	40,90			
>65	17,74	44,6	27,27	27,27			
ESCOLARIDADE							
NENHUMA/FUND	43,54	44,44	11,11	44,44	0,644	1	0,430
ENS MÉDIO	38,70	45,83	25	29,16			
SUPERIOR	17,74	36,36	18,18	45,45			
Nº DE PESSOAS NA CASA							
2-3	43,54	59,25	11,11	29,62	4,842	1	0,031
> 4	56,45	31,42	22,85	45,71			
RENDA							
Sem renda	6,45	25	-	75	0,980	1	0,01
Até 1 salário	75,80	34,04	23,40	42,55			
Acima de 1 salário	17,74	90,90	-	9,09			

Fonte: a autora. Nº de indivíduos; gl= graus de liberdade $p < 0,05$

4.1.2 Descrição dos hábitos alimentares e estado nutricional de 62 pessoas da comunidade remanescente quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia/TO

Para descrição dos hábitos alimentares os alimentos foram agrupados em carboidratos, proteínas, hortaliças/frutas, açúcar e óleos, conforme Guia Alimentar para a População Brasileira (2014). Os resultados do questionário de frequência alimentar das famílias indicaram ingestão de alimentos como sendo, respectivamente: (43,64%) de carboidratos, (35,15%) de proteínas, açúcares (9,99%), (7,47%) de hortaliças/frutas e (3,75%) de óleos (Tabela 2).

As análises associativas não indicaram relação entre frequência dos grupos alimentares avaliados e o estado de segurança alimentar levantado a partir do índice

EBIA. Também não foram encontradas diferenças significativas na dieta das pessoas analisadas.

Tabela 02: Análise associativa multinomial dos hábitos alimentares e EBIA da amostra, conforme grupos de alimentos, em 62 indivíduos da Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia – TO

Alimentos	%	GL	Valor de p
Carboidratos	43,64	1	0,147
Açúcares	9,99	1	0,638
Proteínas	35,15	1	0,583
Hortaliças e frutas	7,47	1	0,591
Óleos	3,75	1	0,071

Fonte: autora GL: nos grupos entre os grupos; valor de p (<0,05)

Quanto ao consumo de alimentos processados constatou-se que (34,54%) deles tinham origem industrializada e o restante, (65,45%) não industrializada. Aqui também não foi encontrada associação entre a frequência do consumo de alimentos industrializados ou não industrializados com os graus de segurança alimentar estimado a partir do índice EBIA (Tabela 3).

Tabela 03: Distribuição da frequência de consumo de alimentos industrializados e não industrializados, e avaliação da associação em relação à EBIA, entre os 62 indivíduos da Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia/TO

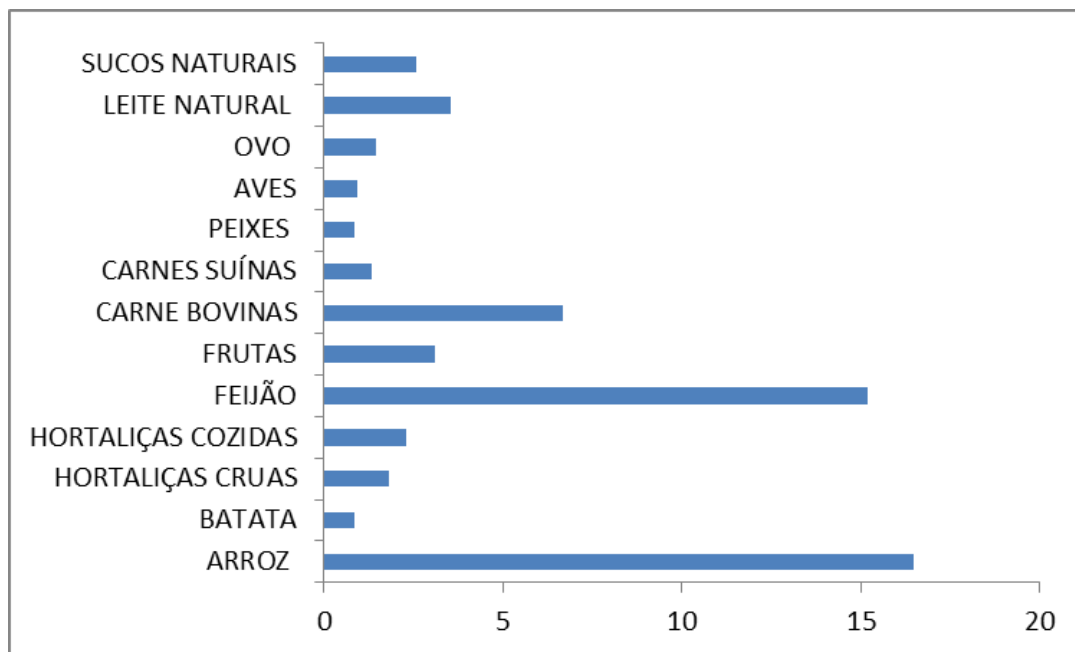
	%	χ^2	GL	Valor de p
N/IND	65,45	6,645 ^b	1	0, 557
IND	34,54%	4,194 ^b	2	0,387

Fonte: autora. N° de indivíduos; gl= graus de liberdade; p<0,05.

As figuras apresentadas **7(A e B)** demonstram o consumo conforme a variedade de alimentos, de origem industrializada e não industrializadas. Os alimentos mais consumidos dentre os não industrializados foram: arroz, feijão, carne bovina; e dentre os industrializados foram: café, açúcar, margarina e sucos artificiais.

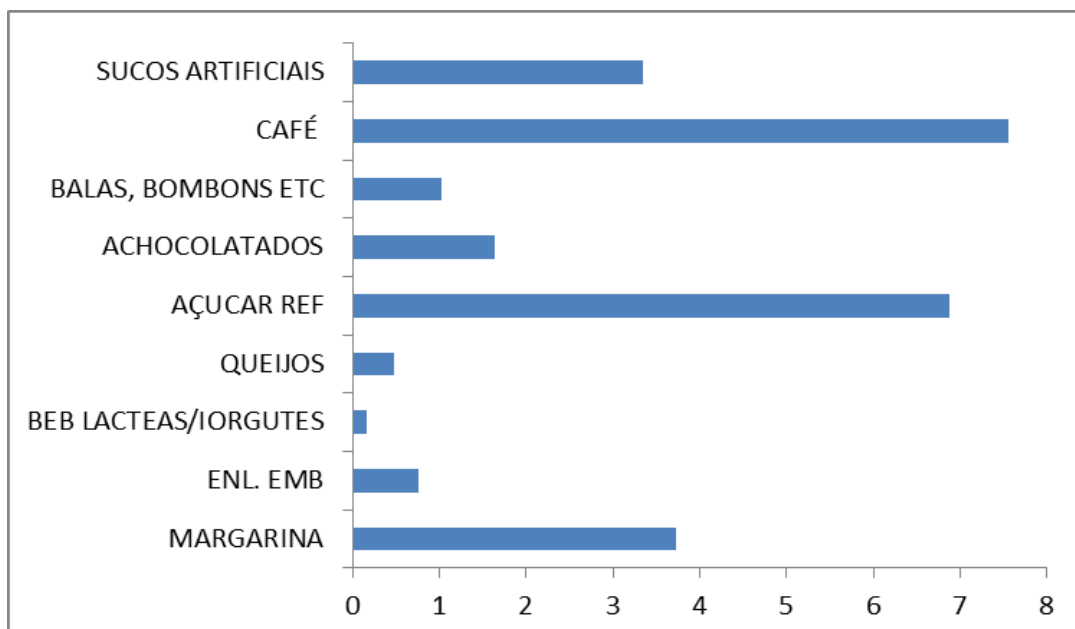
Figura 07: Distribuição do consumo da variedade de alimentos não industrializados (A) industrializados (B), na amostra a comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho em Santa Fé do Araguaína/TO.

A)



Fonte: Autora

B)



Fonte: Autora

Os resultados da avaliação física demonstraram que temos maior prevalência de alteração de CA (44%) e IMC (52%) de homens da amostra do que em mulheres,

estas últimas apresentaram CA com a prevalência de (42,59%) a (46,29%), que são classificados como inadequados para os padrões saudáveis.

Quanto aos problemas de saúde referidos pelos participantes, a hipertensão arterial sistêmica (HAS) e Diabetes mellitus (DM), foram mais prevalentes em mulheres (44%), do que homens (25%). Com relação à realização de atividade física e consumo de álcool, também se verificou que são mais prevalentes nas mulheres do que nos homens da amostra (**Tabela 4**).

Tabela 04: Avaliação da associação das variáveis: SEXO, CA (Circunferência Abdominal), IMC (Índice de Massa Corporal), Atividade Física (AF); HAS/DM (Hipertensão arterial sistêmica/Diabetes Mellitus), por regressão logística multinominal

	HOMEM		MULHER		Valor de p	GL	Valor de p
	AD %	IN %	AD %	IN %			
C.A	56	44	57,40	42,59	33,03	1	0,08
I.M.C	48	52	53,70	46,29	33,03	1	0,03
	SIM%	NÃO%	SIM%	NÃO%			
HAS/DM	25	75	38	62	33,03	1	0,284
A.F	33,33	66,66	44	56	33,03	1	0,593
ALCOOL	41,66	58,33	32	68	33,03	1	0,316

Nº de indivíduos; gl= graus de liberdade $p < 0,05$. Classificação para C.A e IMC em AD (adequado) e IN (inadequado).

5 DISCUSSÃO

5.1 Perfil sociodemográfico e segurança alimentar na comunidade de Cocalinho

Os resultados das análises indicaram que a renda e a quantidade de pessoas que vivem na casa, são fatores que estão mais estritamente associados aos índices da EBIA. Vimos que a insegurança alimentar grave esteve mais acentuada naqueles com menor renda ou que vivem sem renda.

Neste ponto ressaltamos a discussão teórica que se faz entre a associação da pobreza e da insegurança alimentar, onde os resultados obtidos nesta comunidade permitem ver uma clara relação entre a segurança alimentar e desigualdades sociais, conceitos que são, comumente, visto como indiferenciáveis, provavelmente pelo fato de que as duas situações, isto é aquela de pobreza e desigualdade, complementam-se em sua complexidade de mazelas na população afetada. A pobreza pode ser definida como ter menos que..., ou muito menos que..., ou até mesmo não ter nada, no caso da pobreza extrema (HOFFMANN, 1995).

Portanto, podemos dizer que a pessoa que vive em situação de pobreza, está sobre privação de suas indigências básicas, como comer, moradia inadequada, ou não tê-la, dentre outras necessidades para manter sua integridade física e mental. Também neste mesmo aspecto, o indivíduo tem menos oportunidades de ter acesso ao convívio em comunidade, aí está o ápice do prejuízo na situação de pobreza, e onde fazemos à ligação a desigualdade social (HOFFMANN, 1995); (LAVINAS, 2002).

Continuando neste mesmo raciocínio, quanto as condições de habitação, podemos descrever os resultados como muito homogêneos para as residências, e neste caso permitiu-nos melhor fazer discussão analítica da qualidade das condições habitacionais da população como um todo, que se descreve como: a maioria mesmo possuindo casas próprias, as têm em más condições estruturais, como indicado pela total inexistência de rede de esgoto. Neste caso, o problema do resíduo do esgoto é resolvido com o uso de fossas e quando não há banheiro na casa os moradores usam os banheiros comunitários ou praticam defecação a céu aberto. Com relação à coleta de lixo, vemos que todos utilizam a coleta municipal

que ocorre apenas uma vez por semana, realizada pela prefeitura de Santa Fé do Araguaia.

Ferreira e Pantaleão (2016) e Magalhães (2017) descrevem as condições de moradia e saneamento em comunidades quilombolas com resultados semelhantes; este fator também seria responsável por doenças como parasitoses intestinais e diarreia, no entanto, pela proximidade do povoado com o município de Santa Fé (6km), a comunidade recebe água de um poço artesiano (perfurado pela agência de abastecimento de água do município), e segundo os moradores o tratamento da água da caixa é feito com pastilha de cloro.

Rasella *et al.* (2016) reafirma que a redução das iniquidades sociais levaria a melhora das condições de vida, e as disparidades no Brasil são responsáveis por doenças infecto contagiosas, desnutrição dentre outras. Este panorama demonstra a necessidade de políticas públicas em saneamento básico, especialmente, voltadas para estas populações. Isto vai de encontro à teoria de Amartya Sen, onde a falta de condições dignas de saneamento pode estar privando estes moradores do direito a saúde e bem-estar social.

Neste interino, os resultados obtidos no estudo são semelhantes aos dados nacionais do PNUD, IPEA e FJP (2017) que demonstraram que no IDHM¹⁹ da população tocantinense existe uma estratificação em médio IDH nas pessoas negras e alto nas pessoas brancas. O mesmo relatório descreve que em muitos estados do Brasil a renda per capita de um branco é até duas vezes maiores que de uma pessoa negra. No capítulo teórico vimos na **Figura 1** que a melhoria do salário mínimo no país está evidente, no entanto, ainda existem diferenças significativas quando tratamos do quesito raça/cor.

A FAO (2015) afirma que as desigualdades de renda afetam a aquisição de alimentos em quantidade e qualidade contendo impacto direto na Segurança Alimentar e Nutricional. A média salarial da amostra foi de 803,83 reais; tendo a maioria declarado o recebimento de um salário mínimo, estes levantamentos foram semelhantes aos resultados obtidos por Paiva (2017) na mesma comunidade. Quanto à renda é importante salientar que no Brasil a renda per capita para a zona

¹⁹ Existe o IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal), que utiliza os mesmos parâmetros de medidas que o IDH internacional, só que aplicado aos municípios brasileiros. Ver mais detalhes em: http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153.

urbana é quase três vezes maior que na zona rural (PNUD: IPEA: FJP, 2017). Assim os dados encontrados em Cocalinho seguem a tendência nacional.

Também foram encontradas na comunidade pessoas sem renda ou vivendo com menos de um salário (37,09%), as quais foram enquadradas, em sua maioria, com Insegurança alimentar grave. De acordo com os Planos Nacionais de Segurança Alimentar I e II, existe uma preocupação na melhoria de renda nessas comunidades para que possam se manter na condição de segurança alimentar. Mas conforme levantamento junto ao presidente da associação a comunidade recebe apenas cestas básicas de cunho emergencial.

Além disto, Paiva (2017) descreve que as populações com cor negra tendem a se colocar nos status mais baixos da sociedade, como encontrado na totalidade da amostra da população de Cocalinho estratificada como D (58,06%) e E (41,93%), segundo o critério para classificação econômica da ABEP.

Sobre o salário Jahan (2015) chama a atenção que este não acompanhou a produtividade do trabalhador, e levando, assim, a aumentos das disparidades nos países subdesenvolvidos, e logo agravando a situação das populações vulneráveis. Outro fator que o autor ressalta é o de que a medida de renda por salário médio esconde a estagnação dos seus valores reais, assim à medida que o trabalhador com boa formação tem oportunidade de alcançar melhores patamares salariais aqueles sem formação vão ganhar cada vez menos. Quando justapomos isto à zona rural, e mais especificamente a uma comunidade com o histórico de vulnerabilidade na sua formação, podemos supor que o desenvolvimento e oportunidades de alcançá-los podem estar limitados.

Cabe neste ponto dizer que as políticas públicas²⁰ específicas para geração de renda com estímulos de autoprodução e a melhoria do acesso à educação para este grupo deve seguir um padrão de caráter permanente para que seja efetivo. O Brasil por intermédio de ações específica de combate à insegurança alimentar tem tentado mudar o cenário brasileiro. Contudo, nos chamou a atenção o fato de que mesmo estando classificada nas estratificações mais pobres, a frequência de pessoas com benefícios de transferência de renda PBF (Programa Bolsa Família), foram de apenas 20,96% entre as famílias investigadas. Conforme informação da equipe de Equipe Saúde da Família (ESF) que acompanha a comunidade, a cada

²⁰ Ver tópico que discute desenvolvimento e segurança alimentar e nutricional.

ano reduz-se o número de beneficiados, assim em três anos passou de 44 para 25, mesmo atendendo as exigências do programa os cortes ocorrem. Dados da FAO (2015) demonstram a melhora das condições de renda das pessoas beneficiadas com PBF, e em consequência disto a redução de problemas nutricionais nas pessoas que recebem o benefício, em consequência da melhora da capacidade de compra de alimentos. Outro fator que merece destaque é o de que em 2014 o Brasil conseguiu sair do mapa da fome, cumprindo assim o objetivo do milênio (FAO, 2014).

Ainda conforme o apresentado no tópico políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional, as comunidades remanescentes de quilombos recebem este benefício em decorrência de programas específicos de incentivo ao campo, não é o caso da comunidade de estudo. A crítica que se faz neste sentido, é a de que as comunidades deveriam ser avaliadas de forma mais profunda para que se realizassem a distribuição destes investimentos, e também com relação aos fatores que as tornam vulneráveis a insegurança alimentar e nutricional.

Conforme levantado junto à associação da comunidade, o único benefício do conjunto do PLANSAN, que a comunidade recebe é o de distribuição de alimentos em cesta básica. E o monitoramento da SAN na comunidade fica exclusivamente atribuída a equipe de saúde que atende a comunidade, subordinada a atenção básica e ao serviço social.

A situação é condizente com a da região norte é de apenas (11%) Dos municípios tem o conselho formado e geralmente está vinculado a secretaria de assistência social do município. A previsão orçamentária para o PLANSAN não é efetiva em todo território (19%) dos municípios incluíram este orçamento em seus planos plurianuais (BRASIL, 2012).

Lembramos neste ponto a discussão teórica que fizemos sobre a dificuldade que o SISAN encontra junto aos municípios na implantação das avaliações da SAN e que a aplicação das políticas públicas depende totalmente do gestor, e logo a efetividade destas políticas está atrelada aos interesses políticos.

Salles-Costa et al. (2008) demonstrou associação entre insegurança alimentar e fatores socio econômicos em quilombos, podemos afirmar que os dados foram semelhantes na amostra de Cocalinho. Observamos na amostra a baixa renda, a baixa escolaridade, e um alto número de pessoas por domicílio.

Estes resultados mostraram associação significativa entre a variável independente renda e o desfecho de segurança alimentar ($p=0,01$), assim como os menores valores de escore representam segurança alimentar, significa dizer que à medida que a renda das pessoas aumenta, menos insegurança alimentar elas têm. Ainda confirma a associação esperada a partir de estudos anteriores a relação significativa ($p=0,031$) encontrada entre o maior número de pessoas na casa e o aumento da insegurança alimentar. Portanto, os resultados encontrados no estudo afirmam nossa primeira hipótese de que – existe uma relação entre a segurança alimentar e condições econômicas nesta amostra.

Conforme Prado et al. (2010), a pesquisa PNAD (Pesquisa Nacional de Domicílios), entre 2009 e 2013, houve melhora na insegurança alimentar e nutricional no Brasil, principalmente nas regiões norte e nordeste onde a insegurança alimentar grave era a mais incidente. Surpreendemos-nos também com o aumento do IDHM para Santa Fé do Araguaia, município onde está localizado Cocalinho, cujo apresenta um IDHM de 0,616, considerado índice médio, e é preciso destacar que esta melhora de IDHM ocorreu no período de 1991 a 2010 de (134,22%), bem acima da média dos municípios do Estado, que foi de (47%) no mesmo período.

Isso se deveu, principalmente, a melhoria da educação, mas ainda é preciso dizer que este valor de IDH comparado ao do estado do Tocantins 0,699, e ao nacional que é 0,759²¹ está aquém da média nacional. Considerando a escolaridade de Cocalinho, que mostrou à maior parte da amostra com baixa escolaridade (nenhuma ou ensino fundamental correspondeu a (43,54%) e ensino médio (38,70%) os demais (17,74%) cursaram o ensino superior, destes uma maioria era representada por professores e funcionários da escola. podemos concluir que a melhoria da escolaridade sentida no município não refletiu na comunidade. A baixa escolarização é observada em outros estudos em populações remanescentes de quilombo, e, conforme Carril (2017), as dificuldades destas comunidades ocorrem, não só em relação à cultura de adesão aos estudos, mas também pela falta de recursos para provimento de estrutura básica onde elas se encontram.

Gomes e MarliLI (2018) e Sichieri e Pereira (2016) demonstraram que a taxa de analfabetismo é maior em pardos e negros conforme; a amostra desta população

²¹ Ver mais detalhes em: http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153.

é semelhante aos resultados obtidos. Como parâmetro crucial na acessão de uma população, a privação da educação nesta comunidade pode estar relacionada à falta de acesso as unidades educacionais, mesmo estando a seis quilômetros de distância do município de Santa Fé do Araguaia, isto não garante o acesso aos níveis superiores de educação, o que provoca o êxodo dos jovens a Araguaína e outros centros maiores. Muitas vezes, este fator é determinante na saída permanente dos jovens da comunidade. Este êxodo rural juntamente com outros problemas do campo, como o sistema agroalimentar modificado, as monoculturas²² figuram entre as inquietações e complexidades da SAN, por estas culminarem na marginalização econômica das populações tanto de zonas rurais quanto urbanas. Percebemos ainda durante a ação na única escola da comunidade, que esta apresenta as condições mínimas para assistência, uma vez que há espaço limitado para desenvolver suas atividades educacionais, ausência de acesso à internet ou a, computadores tanto para uso dos professores quanto para os alunos. Além de a escola oferecer apenas ensino fundamental e educação de jovens e adultos, assim para ter acesso ao ensino médio é necessário o deslocamento até Santa Fé do Araguaia, município de localização da comunidade há 6 km de distância.

Como conclusão da discussão, podemos dizer que apesar de alguns dados como, sexo cor e escolaridade, não terem apresentado correlação estatística significativa neste estudo, encontramos todos os fatores associados a insegurança alimentar que são indicados por (SANTOS, 2014) como associados ao subdesenvolvimento com base na avaliação do PNAD²³, sendo eles: localização na região norte, renda, número de pessoas na casa, ter cor diferente da branca e baixa escolaridade.

²² No mercado global agrícola as monoculturas são aquelas onde escolhem-se apenas um tipo espécie para cultivo, sem considerar a biodiversidade e a preservação elas precisam sobrepor a toda espécie que tenha no solo de plantio e então causam danos ao meio ao meio ambiente.

²³ O PNAD ocorre de forma contínua em todas regiões do país.

5.2 Hábitos alimentares e transição epidemiológica na comunidade de Cocalinho

Discutiremos a seguir alguns os resultados que respondem a segunda hipótese: que existe associação entre os hábitos alimentares e os graus da EBIA; e a terceira hipótese; existem alterações no estado nutricional e problemas de saúde das pessoas da comunidade relacionadas aos graus de EBIA.

Em 2014 o Brasil saiu do mapa mundial da fome conforme FAO (2014), sabendo que a segurança alimentar é a garantia de alimentação em quantidade e qualidade adequadas, podemos dizer que a não realização dela implica em ingestão de alimentos com pouca variedade nutricional.

A análise do consumo alimentar demonstrou uma distribuição de frequência alimentar com alto consumo de carboidratos (43,64%), seguido de proteínas (35,15%), açúcares (14,29%, lembrando que estas compõem o grupo de carboidratos), hortaliças (7,47%), frutas (7,47%) e óleos (3,75%). Conforme o guia alimentar para população brasileira (2008) as recomendações são as seguintes: carboidratos devem compor de 55% a 75% da dieta, lembrando que deste total 45% a 65% dos carboidratos devem ser do tipo fibroso, com relação a isto a comunidade apresentou baixa ingestão do carboidrato tipo fibroso (9,33%) no total de carboidratos.

Quanto ao carboidrato fibroso destacamos que a mandioca, conforme investigação por Fiorda et al. (2013) contém alto teor do carboidrato “bom”, o fibroso; e este tubérculo junto a outros alimentos como, milho, feijão e cana de açúcar, sempre foram tradicionalmente utilizados nos preparos de pratos de herança africana, conforme descreve Kaczynski (2017), fazendo parte, portanto, dos alimentos comuns da cultura quilombola. No entanto, isto tem se perdido com o passar do tempo, como ocorreu com a amostra investigada, assim durante as entrevistas percebemos que esta perda da referência da mandioca ou milho seria resultante, segundo declaração de alguns entrevistados, da falta de incentivos financeiros para plantar.

Silva; Santos (2018) reforça que os hábitos alimentares compõem a identidade étnico cultural de uma população, no caso das comunidades remanescente de quilombos, trazem, além disso, uma forma de representar-se na sociedade. Os carboidratos simples oriundos de farináceos como: pães, biscoitos,

macarrão e a açúcar processado devem ter consumo mínimo na dieta (10%), e aqui os açúcares representaram (14,29%) do consumo. Existe relação direta do consumo de carboidratos simples com o aumento de obesidade e suas consequências na população mundial, o fato desta comunidade estar consumindo em grande quantidade, pode sugerir a transição alimentar (MAHAN; ESCOTT-STUMP; RAYMOND, 2018); (SIMÃO et al., 2013).

O segundo grupo, o de proteínas, deve compor de 10% a 15% da dieta, sendo estes importantes por fornecer aminoácidos essenciais em todas as funções do corpo. Eles estão contidos na carne, feijões e ovos. Como vimos o consumo de carne feijão foram na dieta da população amostrada de Cocalinho indicou maior ingestão de alimentos da classe de proteínas (Tabela 3 e Figura 7 A); dentre estas a mais referida foi à carne vermelha, seguida do feijão, de frango e em menos frequência peixes. As carnes são fontes de aminoácidos essenciais, estes são importantes na construção e reparação de tecidos do nosso organismo, no entanto, o consumo de carnes ricas em gorduras aumenta o risco para doenças cardiovasculares, esse alto consumo é semelhante ao consumo nacional conforme estudo Vigitel (MAHAN; ESCOTT-STUMP; RAYMOND, 2018); (BRASIL, 2016a).

Muitos entrevistados relataram consumo de carne vermelha com facilidade e menor preço, pois a comunidade é circundada de fazendas produtoras de gado, e o preço é mais acessível que na região urbana. Quando questionados sobre a caça ou a pesca, referiram quase não existir tal prática, pois a mata foi substituída por pastos. Oliveira (2018) detalha relatos do início da formação do povoado em que moradores antigos, descrevem abundância de animais para caça e a prática de coleta de frutos nativos como comuns naquele período. Tornamos a observar uma perda de práticas culturais tradicionais para este grupo relacionadas às mudanças no uso da terra na região, que serão melhor discutidas no tópico 5.3 que versa sobre a história e a produção de alimentos em Cocalinho.

As frutas, hortaliças e legumes devem compor de 9% a 12% do total diário de alimentação, no entanto, na amostra existe um baixo consumo destes alimentos, quanto às frutas muitos referiram ter hábito esporádico de consumo, pois esperam as épocas em que as árvores frutíferas produzem como manga e caju, por exemplo. Este resultado é semelhante aos números nacionais. Conforme orientação do Guia alimentar as frutas e verduras devem ser ingeridas em três a quatro porções diárias (BRASIL, 2006).

Quanto ao grupo de óleos percebemos que teve baixa ingestão, no entanto, o instrumento: questionário de hábitos alimentares não teve amplitude para separar o consumo de gorduras saturadas e insaturadas. O consumo de gorduras e óleos, de todas as fontes não deve ultrapassar 30% da dieta diária, daí os dados foram baseados apenas nos alimentos encontrados no domicílio, sendo que os processados contêm grande quantidade de gorduras trans. As diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) definem gorduras trans como aquelas obtidas por meio industriais, geralmente tem como base um óleo vegetal, e sofre processos químicos por meio industrial (SANTOS et al., 2013).

Tais preparos são utilizados na indústria alimentícia e proporcionam melhoramento do sabor dos alimentos, são diferentes das gorduras naturalmente encontradas nos alimentos, pois podem aumentar o risco de doenças cardiovasculares como Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS)²⁴, arteriosclerose²⁵ dentre outras. Isto nos leva outro resultado interessante, que é o do consumo de alimentos industrializados.

Os resultados da tabela 4 são similares à transição alimentar que são as mudanças de hábitos alimentares, influenciados por fatores culturais e econômicos, e ocorre no país de forma associada à industrialização de alimentos e a mudança de culturas alimentares. Além disto, tem implicância nos hábitos de atividade física das populações, tais transformações vêm sendo percebida como fenômeno mundial. O Brasil vem sofrendo esse processo, ou seja, uma tendência ao alto consumo de alimentos industrializados e mais processados, isto é, aqueles que passam por processo de transformação industrial (LOUZADA et al., 2015).

A análise comparativa entre os grupos de alimentos industrializados e não industrializados, mostrou que não há diferença estatística significativa ($p < 0,05$) proporcional na ingestão entre alimentos industrializados e não industrializados na amostra populacional de Cocalinho, o que significa que eles estão ingerindo os dois tipos de alimentos na mesma proporção, apesar de percentualmente consumirem mais alimentos naturais.

As recomendações para a prevenção de doenças é a de consumo mínimo de industrializados, dando-se preferência aos alimentos nas suas formas *in natura*

²⁴ A HAS é uma doença caracterizada pelo aumento dos níveis de pressão sanguínea geralmente crônica e que está associada à má alimentação e obesidade.

²⁵ É uma doença degenerativa da artéria devida à destruição das fibras do tecido cardíaco e também de vasos arteriais, levando a um endurecimento da parede artéria e está associada a HAS.

(BRASIL, 2014a). Como vimos no PLANSAN existe o incentivo a alimentação saudável e sustentável, com respeito à soberania alimentar dos povos e diferentes regiões do país, entretanto, as mudanças alimentares ao longo dos séculos sofrem influências que imprimem um padrão alimentar na sociedade, algo que de fato é difícil de combater. Reforçar a continuidade dessas políticas como as do PLANSAN, pode colaborar de forma longitudinal com a manutenção de práticas alimentar mais saudáveis.

Também sabemos que a capacidade de adquirir alimentos influencia na escolha entre os mais baratos e mais saudáveis, devido à renda ser limitada, fica explícito a relação da privação de acesso a direitos para qualidade de vida da população, descrita por Sen (2010).

Ao observar o grau de (in) segurança alimentar em relação ao consumo de alimentos, foi possível observar que: independente de haver segurança alimentar ou não, o consumo de proteína foi adequado para todos, assim como é possível perceber a mudança nutricional na comunidade, para hábitos alimentares mais urbanizados, assim levantamos a hipótese de que o consumo destes pode estar relacionado à perda da capacidade produtiva das comunidades, isto está resultando em prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, conforme estudo epidemiológico recente (PAIVA, 2017).

Concluimos que não conseguimos estabelecer uma associação entre a ingestão de alimentos e a EBIA. No entanto, foi possível descrever a transição alimentar neste grupo. Ressaltamos as limitações do QFA, possivelmente contribuíram com o resultado. As DCNT são aquelas que incapacitam ou diminuem a qualidade do indivíduo de diversas formas e algumas são letais, são de cunho não transmissível, mas se relacionam diretamente com maus hábitos de vida como sedentarismo e má alimentação. Dentre elas a obesidade, diabetes, hipertensão, doenças coronarianas, acidentes cerebrovasculares, osteoporose e câncer (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Louzada *et al.* (2015) também demonstrou a relação entre obesidade e consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil. Reafirmamos que é necessário indicarmos que medidas sejam aplicadas para reduzir o consumo de alimentos industrializados nesta comunidade e aumentar o consumo de alimentos na sua forma natural.

Com relação à avaliação nutricional, o estudo demonstrou um aumento do sobrepeso e obesidade (**tabela 2**). Os resultados mostraram uma significância na

relação entre IMC e CA relacionada à EBIA, isto de forma independente, ou seja, existe a relação com insegurança alimentar e as alterações de peso e sobrepeso, e existe a relação entre o aumento da circunferência abdominal e a EBIA. Estes achados corroboram com a tendência a risco de doenças cardiovasculares previamente confirmados nos estudos de Paiva (2017).

Como vimos também na amostra existe prevalência de problemas de saúde crônicos como HAS e Diabetes Mellitus (DM), esta relação com a EBIA não pode ser esclarecida pelo estudo, no entanto quando avaliamos a ingestão inadequada dos alimentos, refletida no estado nutricional relacionada com os índices da EBIA, podemos sugerir que existe uma transição nutricional e epidemiológica na comunidade, destacando a necessidade de acompanhamento longitudinal desta comunidade.

Estudos descrevem que ao longo do tempo as alterações no padrão alimentar, e vêm demonstrando a transição nutricional, juntamente com os hábitos urbanos, sedentarismo e o estresse contribuíram para o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão arterial sistêmica, doenças cardíacas e diabetes mellitus. O padrão descrito explica o fato de que quanto maior a urbanização maior a ingestão de alimentos processados ou industrializados, ricos em carboidratos simples, açúcares e gorduras saturadas, isto reflete diretamente no aumento dessas patologias (MORATOYA et al., 2013) (SCHRAMM et al., 2004). Isto pode estar acontecendo na comunidade devido à proximidade da cidade e também a perda da capacidade produtiva discutida mais adiante.

Podemos dizer que confirmamos a nossa terceira hipótese, de que existe uma associação entre o estado nutricional e o grau de EBIA, nesta população. Percebemos também que houve um número considerável de pessoas com DCNT; estes fatores precisam ser futuramente elucidados neste grupo.

A discussão relacionada acima nos permite fazer um paralelo entre desenvolvimento e a SAN como proposto por Kepple; Segall Corrêa (2011) Gubert et al. (2016) e Leroy et al. (2015); para estes autores o desenvolvimento dependente das relações entre os determinantes sociais e econômicos na alteração da segurança alimentar e consequentes problemas de qualidade de vida das pessoas. Os resultados demonstram ainda privação das liberdades como proposto por Amartya Sen, com destaque para as liberdades instrumentais, como estão

recortadas abaixo que explicitam as condições que podem limitar o desenvolvimento do grupo em estudo:

a) A privação das facilidades econômicas que são as que o indivíduo possui para adquirir bens para consumo e troca realizando suas satisfações.

b) As oportunidades sociais tais como acesso a educação, as condições de saúde, isto implica numa melhora ou piora da qualidade de vida das pessoas.

c) A segurança protetora ligada as políticas de segurança social, que faz necessária nos momentos críticos evitando que o indivíduo chegue a viver na indigência, a privação desta pode sujeitar a pessoa a fome, a miséria e até a morte.

Portanto, na perspectiva de Sen (2010) a privação aos direitos, e ao acesso a toda ferramenta que pode incentivar o indivíduo a se desenvolver de forma plena, vai contra sua liberdade, assim nas palavras do autor “a perspectiva das capacidades fornece um reconhecimento mais completo da variedade de maneiras sob as quais as vidas podem ser enriquecidas e empobrecidas” (SEN, 2012, p. 83). Ainda, conforme Sen o progresso é reflexo do aumento das liberdades das pessoas, podendo ser medido de forma coletiva, e depende do que as pessoas fazem para alcança-las. Neste sentido, avaliar a pobreza, desigualdade e desenvolvimento sob a perspectiva da exclusão é básico, “[...] já que os excluídos só o são pelo fato de estarem privados de algo que desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade” (SEN, 2010, p. 16).

Transpondo as ideias de Sen para nossa análise entendemos que as privações das liberdades instrumentais recortadas acima podem levar o indivíduo ou um grupo a incapacidade de escolher os alimentos adequados a uma boa nutrição, e logo de se manter saudável; Reafirmamos, assim, que a rede de proteção social deve ser um mecanismo para apoiar as cadeias de alimentação aos mais vulneráveis, por meio da inclusão social e benefícios que possam melhorar a segurança alimentar e nutricional a todos. Isto requer que sejam vistas as diferenças específicas de cada grupo e o contexto onde ele se insere.

5.3 A história e produção de alimento como fator associado a segurança alimentar na comunidade de Cocalinho

A História de formação da comunidade remanescente de quilombos de Cocalinho, onde o estudo está sendo realizado, começou na década de 30, quando

o governo Vargas estimulou a exploração e povoamento da região. Naquele período a riqueza em mata e solo atraíram pessoas em busca de se instalar e adquirir sua própria terra. Este processo se estendeu até 1960 (BORGES, 1996). Assim, segundo relatos dos próprios moradores, referem que vieram para Cocalinho, este último é um povoado quilombola próximo à Cocalinho, famílias oriundas do Maranhão, Ceará e Piauí, que teriam vindo para região em busca de lavouras. Este processo migratório para as zonas de mata fechadas e distantes das cidades ocorreu durante décadas após a abolição da escravatura. Naquele período era a melhor escolha, pois se encontravam sem meio de sobrevivência, e não possuíam preparo para outro tipo de trabalho, além das atividades que costumavam exercer quando ainda escravos, ou seja, a lida com a terra, a lavoura e aos afazeres domésticos (OLIVEIRA, 2018).

É importante lembrarmos a política do branqueamento, com imigração de europeus ao país que tiveram postos de trabalho nas lavouras e nas indústrias ocupando a zona urbana, enquanto que ao negro nada foi oferecido, estes então procuravam trabalho na zona rural estabelecendo relação “trabalhista” com sistema semelhante ao feudal. Isto deu origem ao campesinato negro brasileiro (LARA, 1998). Oliveira (2007) refere que o campesinato brasileiro é formado por aqueles que lutam pela terra e para viver dela. Assim, existe nesse grupo social uma história de lutas, idas e voltas, perdas e ganhos com a terra. Podemos dizer que Cocalinho se formou de forma semelhante.

Conforme Oliveira (2018), as formas de cultivo da comunidade de Cocalinho, foco deste estudo, teve suas origens pautadas no uso de métodos tradicionais de produção agrícola, baseada na agricultura familiar de subsistência, assim o trabalho de cultivo e seus frutos, eram partilhados, e o plantio menos danoso à terra era praticado. Com o avanço da agricultura e agropecuária os conflitos foram surgindo conforme os grandes fazendeiros se instalavam em volta da comunidade, esta que antes podia praticar além da agricultura familiar, também o extrativismo, a caça e a pesca, viram-se perdendo seu espaço e seu sustento.

É interessante descrever que grande parte dos entrevistados relata ter suas origens no estado do Maranhão (38%), enquanto outros ainda teriam vindo dos estados do Piauí, Ceará e Paraíba (19,35%). Os demais nasceram na própria comunidade ou em cidades próximas como Araguaína/TO. Gomes (2011) descreve as formações do campesinato crioulo no Nordeste e no Maranhão de forma intensa

após a abolição da escravidão, assim foi estabelecida uma relação de dependência do cultivo da terra para a sua subsistência, foi perpetuando-se a tradição da relação com a terra nas comunidades remanescentes de quilombos.

Oliveira (2018) reafirma este fato com os relatos em detalhes na sua tese, onde os moradores descrevem a aventura do processo de migração das famílias vindas do Maranhão, em busca de melhorias e pela esperança de aquisição de terras nesta região, formando assim a comunidade de “Cocalim”. Discutiremos mais a frente às condições de cultivo da terra nesta comunidade.

Na realidade a expansão produtiva nesse período privilegiou a agropecuária, os incentivos governamentais beneficiaram os grandes produtores e de forma legal. O pequeno agricultor antes dono da sua terra, viu-se obrigado a trabalhar para as fazendas vizinhas a comunidade. Este fato é descrito por Oliveira (2007) como semelhante ao período feudal, tendo como modo a meia, o arrendamento de terras para o plantio e criação de gado, o pequeno agricultor se submete para manter sua sobrevivência no campo.

Outro fato descrito por Oliveira (2018) é o de que a comunidade entrou em disputa com grileiros para garantir suas terras, em 1984 esses conflitos foram acentuados. Apesar do empenho muitos não conseguiram manter suas terras, assim, hoje a maioria dos moradores dali vive de forma precária, sem condições de trabalho, vivendo de trabalhos sazonais em terras vizinhas. Com isto os mais jovens perderam o interesse pela terra, a grande maioria deixa a comunidade em busca de melhorias e não retorna. Esses fatos afetaram os hábitos e a qualidade de vida, pois em vez da produção própria, vão em busca do alimento industrializado.

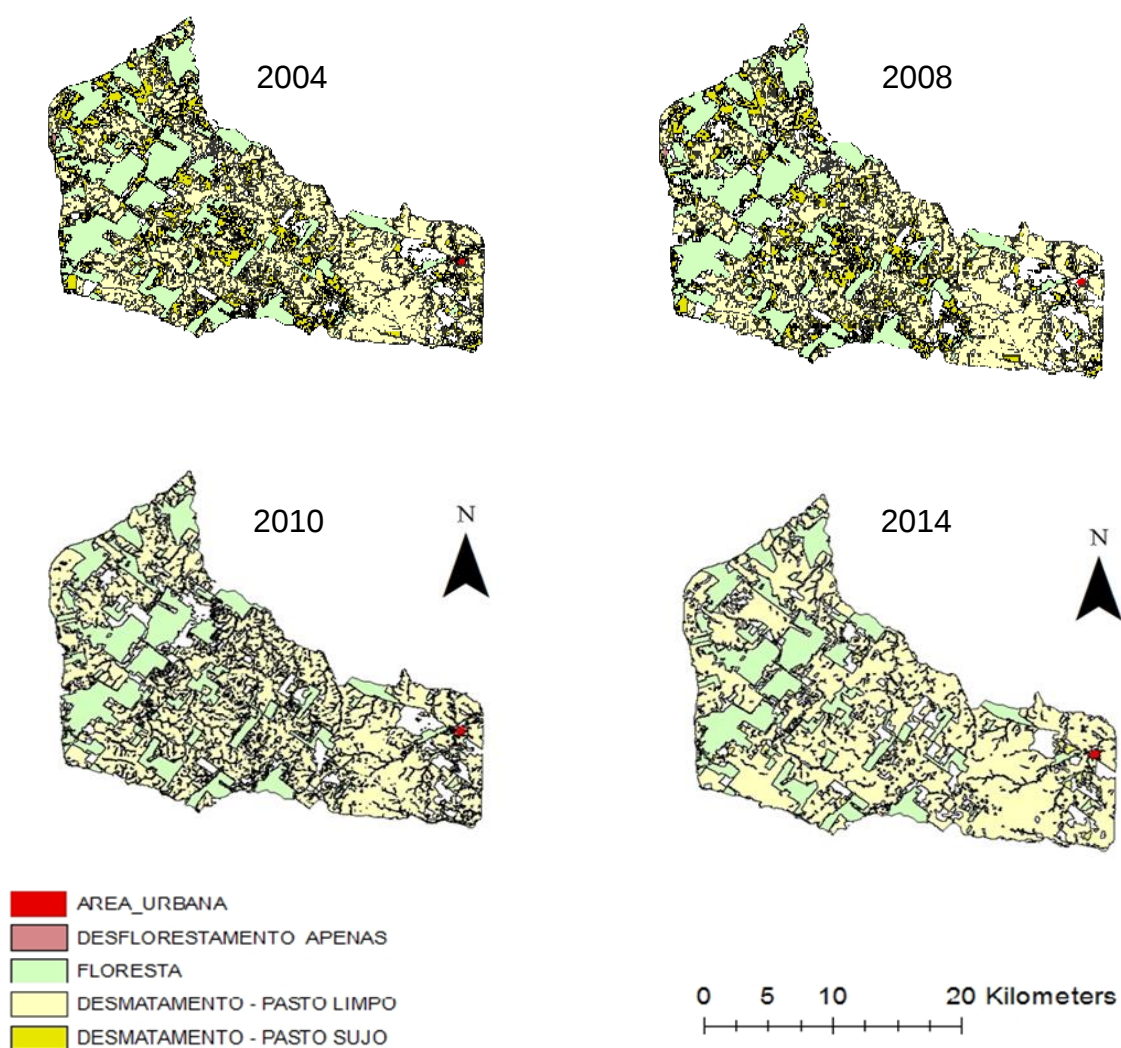
Nesse escopo de avanços tecnológicos e o acúmulo de capital e o desarranjo entre homem e natureza, veio de forma que modificou os modos de produção de alimentos, e também os atores do campo. Com isto a industrialização do campo surgiu como alternativa de aumento de produção. A perda dos métodos tradicionais de cultivo e agropecuária reduziu o espaço para o pequeno produtor, a agricultura familiar foi perdendo força espaço (WILKINSON, 2003). Esta descrição cabe a região onde a comunidade está localizada, pois o pequeno produtor foi repellido dando lugar aos detentores de maior capital.

A pecuária teve grande expansão a partir da década de 80, o desmatamento da região foi intenso, as riquezas naturais no entorno da comunidade foram dando lugar aos pastos, a planta nativa da região que é a palmeira de coco babaçu, e que

deu nome a comunidade, se tornou gradativamente rara. O ecossistema foi agredido e modificado. Antes a terra que era considerada fértil, própria para plantio das pequenas roças dos moradores, não existe mais. O mapa da região demonstra o local na década de 80 e nos dias atuais. Por estar no bioma da Amazônia deveria ser preservada conforme Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007, onde diz que 80% da mata devem ser preservadas (BORGES, 1996) (WEISHEIMER, 2013).

No entanto, como vimos anteriormente o período de desmatamento sem controle foi muito maior, o decreto então não pôde impedir e tão pouco recuperará o que foi desmatado. A Figura 8 demonstra a expansão da agricultura e agropecuária na região em que a comunidade está inserida no período de 2004 a 2014.

Figura 08: Expansão antrópica em Santa Fé do Araguaia no período entre 2004 e 2014



Fonte: A autora.

As imagens acima demonstram a expansão de uso de solo, as áreas denominadas pastos sujos é a maior área em amarelo, estes são compostos de pasto sujo, em geral está conexo a áreas abandonadas, onde foram desenvolvidas atividades de pastagem ou agricultura, o que provocou alteração da vegetação natural. Os pastos naturais e/ou abandonados são aqueles que se encontram com porcentagens significativas de plantas invasoras, como araçá-mirim, assa-peixe e pequenos bolsões de arbustos esparsados na área. Ainda coexistem pasto sujo e limpo, o pasto limpo trata-se daquele bem cuidado, onde em geral está em uso para agropecuária e ou agricultura (SHINZATO; JACQUES; CAVEDON, 2015).

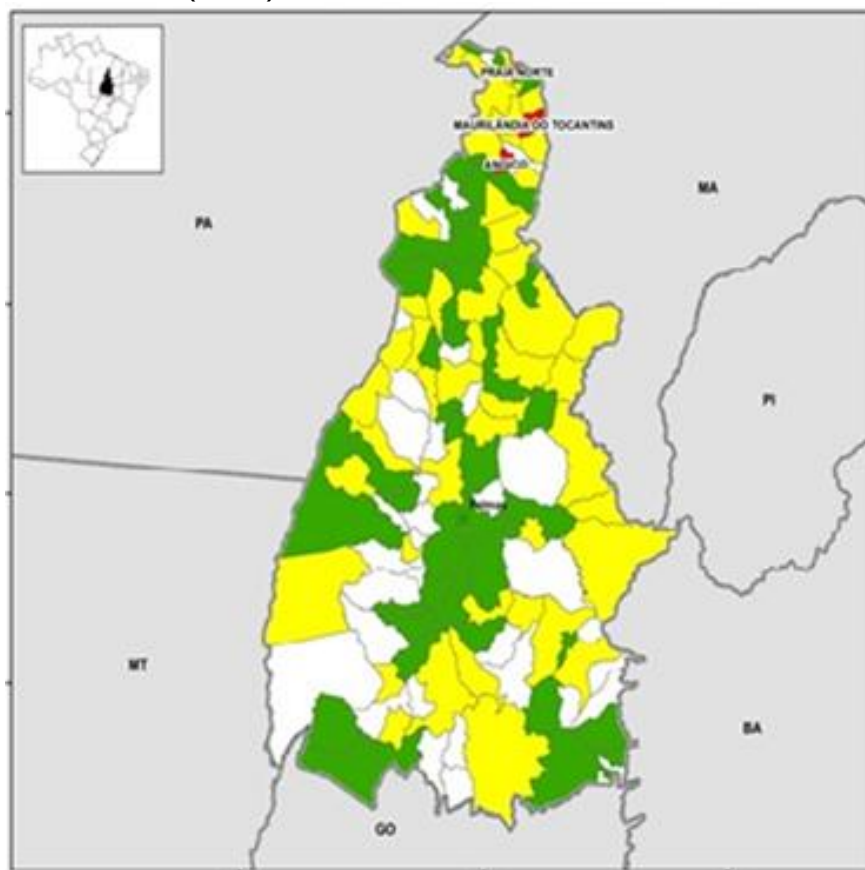
Outro aspecto que nos chama atenção é a área de floresta, que sofreu grande redução, e o destaque para a conservação no entorno da comunidade, lembrando-se da conservação da biodiversidade mais presente nos locais onde as comunidades tradicionais estão inseridas (ARRUDA, 1999). A região também atualmente sofre com a expansão agrícola do MATOPIBA, essa denominação é dada ao aumento das extensões de terra para produção de soja e milho nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Piauí e Bahia. Tal empreendimento tem apoio do Governo Federal e parlamentares e vem ganhando força nos últimos dez anos, causando impactos ambientais, econômicos, sociais e de saúde dos camponeses próximos. Diversos estudos estão em andamento e tem exposto essa problemática. As regiões escolhidas nesses estados têm características próprias para a monocultura da soja, o solo plano, água e a terra relativamente barata (MATOS, 2010), (FILHO; HACKENHAAR; ABREU, 2015).

Conforme Bolfe *et al.* (2016), a área de expansão do MATOPIBA no Tocantins foi de 8,7% de 2010 a 2014, isto significa maior degradação das matas. Além das comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, ribeirinhos e pequenos produtores rurais sofrem com esta expansão. Diferente do que se esperava o desenvolvimento das cidades vizinhas ao empreendimento do MATOPIBA, mantem baixos índices de IDH. Especificamente, o município de Santa Fé do Araguaia tem o IDH de 0,616, segundo o IBGE (2018).

É considerado médio, no entanto, ainda 31,68% da população continuam na linha da pobreza. Ainda conforme estudo de Bolfe *et al.*, (2016) 1 milhão de pessoas vivem em extrema pobreza nas regiões afetadas pelo empreendimento. Conforme relatório do IBGE (2017) Santa Fé do Araguaia produziu 21.450,000 toneladas de soja em 2017, no entanto, segundo avaliação do SISVAN (Figura 9), o município

encontra-se com alta vulnerabilidade para desnutrição, assim, a estimativa para este período era de que 408 pessoas estavam incluídas neste risco.

Figura 09: Mapa de Vulnerabilidade e Desnutrição para o estado do Tocantins elaborado pelo SISVAN (2014)



Fonte: BRASIL (2014b); Áreas em branco (baixa vulnerabilidade); verde (média vulnerabilidade); amarelo (alta vulnerabilidade) e vermelho (altíssima vulnerabilidade)

Apesar da expansão pecuária e o cultivo de soja no entorno, aqui cabe ressaltar que o desenvolvimento econômico na maioria das vezes não está atrelado ao desenvolvimento humano, como vimos nesta situação específica. Assim reforçamos a ideia de desenvolvimento humano como:

O desenvolvimento humano reúne a produção e distribuição de bens e a expansão e utilização das capacidades humanas. Também se centra nas escolhas – sobre o que as pessoas devem ter, ser e fazer para assegurarem a sua própria subsistência. Além disso, o desenvolvimento humano preocupa-se não apenas com a satisfação das necessidades básicas, mas também com o desenvolvimento humano como um processo participativo e dinâmico. Aplica-se de forma igual aos países menos desenvolvidos e aos altamente desenvolvidos (PNUD, 2010, p. 12).

As monoculturas levam a forma intensa, pois a terra deve ser preparada apenas para o plantio um único plantio, para isto, o uso de produtos como agrotóxicos e fertilizantes é exorbitante, os prejuízos à água e ao solo são motivos de debates no Brasil, de modo que não é possível calcular com precisão os danos ao meio ambiente. Os conflitos sociais são constantes, as injustiças sociais e ao meio ambiente também são características do MATOPIBA (KOCHERGIN; PROIETTI; CÉSAR, 2014).

Conforme relatório antropológico de reconhecimento (INCRA, 2015) os métodos de cultivo e produção dessa comunidade é baseado em agricultura sustentável e familiar, os produtos de suas colheitas eram vendidas às comunidades vizinhas, e a produção de hortaliças além de milho, feijão, melancia, fava, mandioca, batata, amendoim e arroz garantiam o sustento das famílias na década de 70. Os relatos durante a coleta demonstram a falta de perspectiva dos moradores e o êxodo dos jovens, assim os poucos que mantem “roças” o fazem em assentamentos vizinhos.

A soma dos aspectos descritos neste tópico nos remete a perda da soberania alimentar nesta comunidade, abrimos um parêntese sobre a necessidade de avaliar mais profundamente esta questão. Sabemos que a realidade da comunidade é a da falta de estímulos para produção agrícola local pautada na sua tradicionalidade, este conjunto de ocorrências negativas, históricas e sócias, a que foi submetida nos permite dizer que provavelmente o desenvolvimento e crescimento econômico esteja estagnado, e que o desenvolvimento humano atrelado a ele pode estar comprometido. O que nos faz questionar sobre o futuro das comunidades remanescentes de quilombos como composição de uma sociedade produtiva. Assim questionamos, quando estas comunidades serão vistas de fato como parte de um todo em um país com variações bruscas de políticas mitigadoras de desigualdades?

6 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O desfecho do estudo demonstrou que o reconhecimento da comunidade em foco, como comunidade tradicional, não garantiu seu acesso ao desenvolvimento adequado; e neste sentido, deixou evidente que a efetivação da segurança alimentar no grupo exige profundas reflexões.

Ressaltamos que as variáveis apresentadas no trabalho necessitam de estudos pormenorizados e a acompanhamento longitudinal para elucidar as especificidades dos problemas detectados nesta comunidade, de modo a evitar uma descaracterização precipitada da comunidade como tradicional. No entanto, nos cabe relatar que os problemas socioeconômicos detectados se assemelham aos problemas das pessoas nas zonas urbanas. A falta de produtividade econômica, bem como a perda do espaço para plantio e consequente desaparecimento da produção agrícola tradicional; além da proximidade da comunidade com a zona urbana, levam os jovens a migrarem da comunidade, isto reduz ainda mais a força de trabalho. Todos esses fatores são determinantes na estagnação do desenvolvimento para além do econômico nesta população.

Podemos dizer que quanto às condições econômicas a comunidade já se encontra em situação de vulnerabilidade e incorrendo no risco da perda total da tradicionalidade que a caracteriza. Os desajustes econômicos e sociais discutidos no item 5.1, demonstraram associação com a insegurança alimentar, respondendo ao objetivo de descrever a ocorrência da insegurança alimentar e nutricional na comunidade. A insegurança alimentar demonstrou associação às condições de baixa renda, que são problemas sociais comuns às comunidades Remanescentes de Quilombos.

Damos importância também ao indicativo de estagnação e ou subdesenvolvimento da comunidade a baixa escolaridade dos chefes de família e as limitadas condições de acesso à educação.

As consequências disto foram demonstradas na ingestão inadequada de alimentos, como evidenciado, principalmente, no aumento do consumo de alimentos do tipo industrializados. Este aumento provavelmente, reflete além da urbanização, que as mudanças dos hábitos estão ocorrendo também pela impossibilidade de escolha de alimentos mais saudáveis, os *in natura*. Grande parte dos alimentos

industrializados são mais acessíveis em termos monetários. Confirmamos, então, a insegurança alimentar pela má alimentação nesta população.

É preciso dar importância à falta da ingestão de alimentos tradicionais, além de modificar a qualidade da alimentação, também destoa das tradições culturais, determinando perda da soberania alimentar deste grupo.

A transição nutricional e a transição epidemiológica também foram confirmadas na população, e a associação destas a insegurança alimentar confirmadas. A saúde das pessoas da comunidade necessita de uma atenção mais detalhada, o acompanhamento periódico das condições nutricionais e o rastreamento permanente das doenças crônicas como a diabetes e hipertensão precisam ser prioridades. No entanto, estas ações requerem um comprometimento do gestor municipal; conforme descrito na discussão, a comunidade depende do atendimento médico e odontológico que ocorre, apenas uma vez por semana na Unidade básica de Saúde dentro da comunidade, deste modo, qualquer necessidade urgente deve ser resolvida fora dali; configurando privação do acesso a assistência de saúde adequada.

Preocupa-nos o fato de que as políticas públicas para garantia da SAN, nesta população não estarem sendo aplicadas na sua totalidade, evidenciando a privação da comunidade a uma possível melhoria na qualidade de vida. Isto é um problema a nível nacional, quanto à implantação das câmaras intersetoriais do Sisan nos ocorrem de forma heterogênea. Temos as câmaras instaladas em todos os estados, mas somente 7,6% dos municípios reportaram possuir esta instância intersetorial, de fato é uma situação limitante do Sisan na administração municipal.

Uma particularidade vista em todo território é a de que as coordenações que tratam da SAN sempre estão a cargo de coordenações múltiplas nas esferas estaduais e municipais, como as da saúde e assistência social. Comparando a participação da sociedade civil, temos uma expressiva diferença entre as duas políticas públicas: da saúde e da SAN, pois os movimentos sociais pela saúde são mais expressivos, e historicamente marcados por maior empenho popular. É importante dizer que estamos nos referindo ao fato de que os problemas da SAN se tornam secundários, e não descartamos a intersetorialidade dessas políticas, como debatemos anteriormente, se faz imprescindível para o funcionamento do Sisan; só destacamos que quando a SAN está subordinada a estas pastas se tornam uma necessidade secundária da gestão.

Atualmente acompanhamos a intenção da atual Presidência da República, em extinguir o CONSEA; como discutimos neste estudo, isto se repete ao longo da história de luta pela segurança alimentar e nutricional em nosso país. A fragilidade do processo de descentralização intersetorial pode ser explicada pelo fato das ações terem que partir da esfera federal para depois terem como coadjuvante a participação da sociedade.

Abrimos um parêntese para a liberdade de escolha das pessoas, como um paradigma que precisa ser rompido. O Estado deveria ser um facilitador da informação e fomentação do direito da população, mas enquanto for detentor do poder de “desmonte” da estrutura pública, isto não acontecerá. Quando justapomos esta situação a populações vulneráveis como a desta pesquisa o fato se torna mais limitante ainda.

Recomendar possíveis direções diante da contextualização que produzimos neste trabalho é delicado, no entanto necessária. Em vista disto os autores sugerem que para mudar o cenário é necessário buscar alternativas que tentem mudar o modelo de produção que temos hoje. Vimos que a expansão no entorno da comunidade par a produção de monocultura da soja e a pecuária, além dos conflitos por território, mas amplamente discutido por Oliveira (2018) foram em grande parte responsáveis pela improdutividade da comunidade.

Como recomendação sugerimos a busca de modos produtivos alicerçados no resgate da produção de alimentos tradicionais com produção sustentável, assim a garantia da segurança alimentar seria atendida o âmbito econômico e no consumo de alimentos saudáveis pensamos na agroecologia como alternativa. Este método tem sido utilizado em diversas regiões do país e envolve atores governamentais e não governamentais, com foco na segurança alimentar e sustentabilidade. Para esta comunidade pensamos na tecnologia social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), além de ser uma tecnologia social e produtiva.

A PAIS foi fomentada a partir de 1990 pelo Banco do Brasil e SEBRAE, e foi reconhecida como tecnologia social em 2007. As unidades de PAIS se caracterizam pela produção integrada, e alia a exploração vegetal ao mesmo tempo.

A tecnologia consiste na implantação de três canteiros volvidos para a produção de hortaliças, com um galinheiro no ponto central e área para a pastagem das aves. Esta caracteriza a “sustentabilidade do sistema”, pois aproveita o esterco

do galinheiro nos cultivos, e também os vegetais descartados na produção servem de alimento as aves. Toda instalação e manutenção requerem baixo custo.

O diferencial seriam alimentos livres de agrotóxicos, e estímulo a agricultura orgânica; os recursos naturais podem ser diversificados de forma a trazer variedade na produção.

Destacamos a cartilha do SEBRAE²⁶ que orienta toda a tecnologia, e nos dispomos a apresentar os resultados desta pesquisa às lideranças da comunidade como forma de contribuição para a melhora de vida das pessoas.

26

Disponível em:
[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/\\$File/NT0004294A.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/$File/NT0004294A.pdf)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, L. E. et al. O salário mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos? **Economia Aplicada**, 2011. v. 15, n. 4, p. 559–593. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502011000400003. Acesso em: 17 nov.2017.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James; SETH, Suman; SANTOS, Maria Emma; ROCHE, José Manuel; BALLON, Paola. Multidimensional poverty measurement and analysis. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ALMEIDA, M. A.; SANCHEZ, L. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Reveduc**. 2016. p. 234–246. Disponível em: www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1459. Acesso em: 17 nov.2017.

AMARAL, O.; PEREIRA, C. Obesidade da genética ao ambiente. **Educação, ciência e tecnologia**. 2004. p. 311–324. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millennium/article/view/8374>. Acesso em: 17 nov.2017.

AMARAL, C. N.; GUARIM NETO, G. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil) 2008. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas p. 329–341. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222008000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 dev. 2018.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v.21. 2007. p. 43-56. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 17 jan. 2018.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**. Ano II, p. 79-93, 1999. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 out. 2018.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 1): 2003. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1531.pdf>. Acesso em 15 out. 2017.

BAUMAN, Z. **Capitalismo Parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 2010.

BEDUSCHI FILHO, L. C. Tendências e Perspectivas dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricionais nos Territórios Rurais da América Latina: Reflexões a Partir Da Sistematização De Projetos e Políticas Públicas. **Revista Faz Ciência**. 2012. v. 15, n. 20, p. 11–34. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8025>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BELIK, Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade** v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf. Acesso em: 13 set. 2018.

BIELSCHOWSKY, R. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. p. 239–262. tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

BLEIL, S. I. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre as mudanças de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, 1998. v. VI, p. 1–25. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/publicacoes/san/1998/VI/docs/o-padrao-alimentar-ocidental-consideracoes-sobre-a-mudanca-de-habitos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BOLFE, É. L. et al. Matopiba em crescimento agrícola: Aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de Política Agrícola**, 2016. v. 24, n. 4, p. 38–62. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1202/1025>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BORGES, B. G. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. **História Revista** v. 1, n. 2, p. 37–55, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10932/7235>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2006. 210 p. Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_conteudo.pdf. Acesso em 15 fev. 2018.

BRASIL. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2014a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em 15 nov. 2018

BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. 292 p.

BRASIL. Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2008-2009. **Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil**. Biblioteca do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. p. 130 p. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Lei 12.288/2010 - **Estatuto da Igualdade Racial** - Federação. Diário da República, 1a série - no 116 n. Pdr 2020, p. 3901–3902, 2010. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/67508032>.8585142219. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL: Documento técnico. Estudo Técnico -CAISAN **Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único e do SISVAN**, 2014b. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Estudo_Tecnico_MAP

AINSAN_2014.pdf>. Acesso em 12 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **VIGITEL**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigitel Brasil, 2016a. Disponível em: Acesso em:

BRASIL. Legislação: **LOSAN**: Lei da segurança alimentar e nutricional. 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL, FAO. **Superação da Fome e da Pobreza Rural**: Iniciativas Brasileiras. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2016b. p. 1–270. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5335o.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros** – segundo estudo. 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/443.pdf> Acesso em 10 jan. 2019.

BRASIL, Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf Acesso em: 23 mar. 2018.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brand, 2010. p. 204. Disponível em: www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

BUTTEL, F. H. The sociology of agricultural sustainability: some observations on the future of sustainable agriculture. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, 1993. v. 46, n. 1–4, p. 175–186. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222587493_The_Sociology_of_Agricultural_Sustainability_Some_Observations_on_the_Future_of_Sustainable_Agriculture Acesso em: 30 ago. 2017.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. S. Povos e Comunidades Tradicionais: Das Áreas Protegidas À Visibilidade Política De Grupos Sociais Portadores De Identidade Étnica E Coletiva. **Ambiente & sociedade**, 2014. v. 17, n. 3, p. 115–134. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414753X2014000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 ago. 2017.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. p. 361.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional PLANSAN 2012/2015**. Brasília: 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf Acesso em: 05 fev. 2019

CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Balanço das Ações do plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012-2015**. Brasília, DF: MDS, Secretaria-Executiva da CAISAN, 2013. 120 pp.; Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/balanco_caisan_2012_2015.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional II **Plano nacional de segurança alimentar e nutricional plansan 2016-2019**. Brasília, fevereiro de 2018 Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

CHAGAS, M. F. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos” **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, junho de 1998. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a09.pdf. Acesso em 15 out. 2017.

COMAR, S. R.; RUARO, J. C. **As leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08: Os limites e as perspectivas de uma legislação**. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3204>. Acesso em: 5 nov. 2018.

CONCEIÇÃO, E. B. C. Superando As Desigualdades Raciais: Uma Análise Das Principais Políticas Públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 2010. v. 15, n. 56, p. 85–108. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3204>. Acesso em 3 fev. 2018.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2004. Disponível em: www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/view. Acesso em: 11 jan. 2019.

CONTI, I. L. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**, 2009. 62 p. .9788599184622. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/documentos/arquivos/conceitosbasicos%20SAN.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

CONTI, I. L.; SOUZA, G. C.; Povos e comunidades tradicionais: a produção de políticas públicas de segurança alimentar e Nutricional. **Amazônica, Rev. Antropologia**: 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1605>. Acesso em 11 jan.

2019.

COSTA, C. A.; BÓGUS, C. M. Food and Nutrition Security – meanings and appropriations from the civil society segment of the National Council for Food and Nutrition Security. 2012. **Saúde e sociedade**. vol.21 no.1 São Paulo Jan./Mar.2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n1/en_11.pdf. Acesso em: 13 fev. 2018.

CUSTÓDIO, M. B. et al. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 2011. v. 18, n. 1, p. 1–10. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634683>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DAGNINO, E. Sociedad civil, participación e ciudadanía: de que estamos falando? Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización., 2004. p. 95–110. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/dadosabertos/bibliografia/Sociedade%20Civil%20Participação%20e%20Ciudadania%20-%20Evelina%20Dagnino.pdf> Acesso em: 19 nov. 2017.

Declaração de Nyélény – **Foro Mundial Pela Soberania Alimentar**: Monday 26 March 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em 19 nov. 2018.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção Social: uma introdução conceitual. In: Oliveira, M. A. De (org.) **Reformas do estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1998.** Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000149&pid=S0101-6628201400010001000012&lng=pt. Acesso em: 10 out. 2018.

DUARTE, E. C.; BARRETO, S. M. Transição demográfica e epidemiológica: a Epidemiologia e Serviços de Saúde revisita e atualiza o tema. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 2012. v. 21, n. 4, p. 529–532. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400001&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em 07 set. 2018.

DREWNOWSKI, A.; POPKIN, B. M. **The Nutrition Transition: New Trends in the Global Diet**. Nutrition reviews, 1997. v. 55, n. February, p. 31–43. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9155216>. Acesso em: 07 set. 2018.

EKINS, P. Environmental sustainability: From environmental valuation to the sustainability gap. **Progress in Physical Geography**. 2011. Disponível em: www.wou.edu/~vanstem/490.S12/EnvironmentalSustainability.pdf. Acesso em 12 mar. 2018.

ELICHER, M. J. **Agroecologia X Revolução Verde**, 2004. p. 5. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/129245078/Agroecologia-X-Revolucao-Verde>. Acesso em: 03 ago.2018.

EMBRAPA. **Agricultura Familiar no Brasil**. [S.l.], 2018. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/aiaf-14-agricultura-familiar-no-brasil>. acesso em: 14 set. 2018.

FALEIROS, V. De P. Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade. 2003. **Ser social**, Brasília, n. 13, p. 109-130, jul./dez. 2003. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/9089. Acesso em: 12 jan. 2019.

FAO. **Declaração de Roma**, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm> Acesso: 12 jan. 2019.

FAO. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) p. 90, 2014. Disponível em <<http://www.sim.salvador.ba.gov.br/>> Acesso em 11 fev. 2018.

FAO. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo. Seguridad Alimentaria y Nutricional**. Conceptos Básicos. 2009. Disponível em: <[http://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu_lateral/programas/seminario/doc_s13/SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL ConceptosBasicos.pdf](http://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu_lateral/programas/seminario/doc_s13/SEGURIDAD_ALIMENTARIA_Y_NUTRICIONAL_ConceptosBasicos.pdf)>. Acesso em 11 fev. 2018.

FAO. **O Estado Da Segurança Alimentar E Nutricional No Brasil**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) p. 90, 2015. Disponível em: <<http://www.sim.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em 11 fev. 2018.

FARIA, C. A. P. De. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2005. v. 20, n. 59, p. 97–110. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9092005000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 fev. 2019.

FERREIRA, E. P.; PANTALEÃO, F. S. Saneamento básico em comunidades quilombolas no estado de Alagoas. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v.6, n.2, p.71-82, Jul./Dez. 2016. Disponível em: periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/1774. Acesso em 12 fev. 2018.

FILHO, B. J. X.; HACKENHAAR, N. M.; ABREU, Y. V. Matopiba- Paradigmas Energéticos Da Nova Fronteira Agrícola. **10o Congresso sobre Geração Distribuída e Energia no Meio Rural**, 2015. Disponível em: <<http://www.iee.usp.br/agrener2015/sites/default/files/tematica4/705.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2019.

FIORDA, F. A. Et al. Farinha de bagaço de mandioca: aproveitamento de subproduto e comparação com fécula de mandioca. **Pesq. Agropec. Trop.**, Goiânia, v. 43, n. 4, p. 408-416, out./dez. 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pat/v43n4/05.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

FRANCO, L. L. S. G., **Educação quilombola, resistência e empoderamento: estudo na comunidade quilombola de são domingos em Paracatu-MG**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia. 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21110/3/Educa%C3%A7%C3%A3oQuilombolaResist%C3%ancia.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FREITAS, D. A. et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista CEFAC**, 2011. v. 13, n. 5, p. 937–943. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151618462011000500019&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso 10 out. 2017.

FREY, K. Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, 2000. v. 21, p. 211–259. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP) (2017), Desenvolvimento Humano para Além das Médiadas: 2017. – Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017. 127 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf. Acesso em 12 mar. 2018.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 2005. 198 p. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GABAS, C. E. **Informe de Previdência Social**. 2015. v. 27. Disponível em: www.previdencia.gov.br/publicacoes/informes-de-previdencia-social/ Acesso em 12 mar. 2018.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GIGANTE, D. P. et al. Acurácia da escala de segurança alimentar: versão curta. 2008. 1-23 p. In book: Avaliação de políticas públicas: Reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, Publisher: MDS; Secretaria de avaliação e gestão da informação, pp.74-89. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331074454_Acuracia_da_escalade_seguranca_alimentar-versao_curta. Acesso em: 28 mar. 2018.

GOMES, F. Africanos e crioulos no campesinato negro do maranhão oitocentista. **Outros Tempos**. Volume 8, número 11, 2011 - Dossiê História e Literatura. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/File/70/408. Acesso em: 19 set. 2018.

GOMES, I.; MARLI, M. As cores da desigualdade. **Retratos, Revista do IBGE**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf. Acesso em 28 jun. 2018.

GUBERT, M. B. et al. **Household food insecurity in black-slaves descendant communities in Brazil**: has the legacy of slavery truly ended? *Public Health Nutrition*, 2016. n. 5, p. 1–10. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1368980016003414>. Acesso em: 27 jun. 2018.

HELLEBRANDT, D.; ALLISON, E. H.; DELAPORTE, A. **Segurança alimentar e pesca artesanal**: análise crítica de iniciativas na América Latina. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2014. v. 32. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/35548>>. Acesso em 14 jan. 2019.

HERINGER, R. Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, 2001. v. 23, n. 2, p. 1–43. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2001000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 ago. 2018.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, 1995. p. 159–172. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a07.pdf. Acesso em: 14 ago. 2018.

IBGE. **Cidades 2018**: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/santa-fe-do-araguaia/panorama>. Acesso: 21 set. 2018.

INCRA. **Comunidades Certificadas**. Brasil. Governo Federal. Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ p. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas/comunidades-certificadas>>. Acesso em 15 jan. 2019.

IPEA. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Comunicados da Presidência IPEA, 2010. v. 38, p. 1–18. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2019.

JAHAN, **Relatório do Desenvolvimento Humano: O trabalho como motor do desenvolvimento humano 2015**. Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Disponível em: hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf. Acesso em 12 fev. 2018.

JONSSON, U. As Causas da Fome. In: CORTEZ (Org.) **Fome e desnutrição**: determinantes sociais. São Paulo: 1989. p. 107.

KACZYNSKI, R. G. **Comida, cultura e alimentação escolar quilombola**. 2017. Monografia submetida a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, curso Nutrição. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169943/001051885.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 ago. 2018.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. https://www.researchgate.net/publication/48171913_Conceituando_e_medindo_seguranca_alimentar_e_nutricional

KOCHERGIN, C. N.; PROIETTI, F. A.; CÉSAR, C. C. **Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil**: autoavaliação de saúde e fatores associados. *Cadernos de Saúde Pública*, 2014. v. 30, n. 7, p. 1487–1501. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014000701487&lng=pt&tlng=pt.

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto história: revista do programa de estudos pós-graduados de história**. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11185/8196>. Acesso em: 14 jun. 2018.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, 2002. v. 4, n. June, p. 25–59. Disponível em: <http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/lavinas.pdf>. Acesso em 15 fev. 2018.

LAVINAS, L. **A financeirização da política social**: o caso brasileiro. *Politika* v. 1, n. 2, p. 35–51, 2015.

LEROY et al. Measuring the food access dimension of food security: a critical review and mapping of indicators. *FOOD NUTR BULL*. 2015 Jun;36:167-95. 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26121701>. Acesso em 10 jan. 2018.

LIMA, M. Desigualdade raciais e políticas públicas. **Novos estudos** 87 II julho 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf. Acesso em 15 out. 2017.

LOUZADA, M. L. C. et al. Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, 2015. v. 49. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102015000100227. Acesso em 15 out. 2017.

MAHAN, K.; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J.L. **Krause alimentos, nutrição e dietoterapia**. Elsevier, 2018.

MAGALHÃES FILHO, F. J. C.; PAULO, P. L. Abastecimento de água, esgotamento doméstico e aspectos de saúde em comunidades Quilombolas no Estado de Mato Grosso do Sul. **Interações** (Campo Grande) [online]. 2017, vol.18, n.2, pp.103-116. Disponível em: www.scielo.br/pdf/inter/v18n2/1518-7012-inter-18-02-0103.pdf. Acesso em: 12 fev. 2018.

MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática**. Editora Nova Cultural Ltda: São Paulo, 1996.

MATA, A. P. et al. **Levantamento sistemático da produção agrícola**: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil. ibge 2017.

Disponível

em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticasnovoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-SUL>. Acesso em 11 fev. 2018.

MATIAS, C.; GOMES, I. H. G.; TEIXEIRA, S. M. O Sistema de Proteção Social Brasileiro, Política de Assistência Social e a Atenção à Família. v. 19, n. 2, p. 132–147, 2015.

MARTINS, A. P.; MONTEIRO, C. A. Impact of the Bolsa Família program on food availability of low-income Brazilian families: a quasi experimental study. 2016. **BMC Public Health**. 2016 Aug 19;16(1):827. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27538516>. Acesso em 13 out. 2018.

MARX, K. **O capital**. livro 1: o processo de produção do capital: Civilização Brasileira, 2008.

MENDES, J. M.; TAVARES, A. O. Risco, vulnerabilidade social e cidadania. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2011. n. 93, p. 5. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/173>. Acesso em 13 out. 2018.

MENDES, P. M. **Segurança Alimentar em Comunidades Quilombolas**: Estudo Comparativo De Santo Antônio (Concórdia Do Pará) E Cacau (Colares), Pará. 2006. Disponível em: repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1977/4/Dissertacao_SegurancaAlimentarComunidades.pdf. Acesso em 13 out. 2018.

MIKHAILOVA, I. **Sustentabilidade**: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. 2004. Revista Economia e desenvolvimento. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>. Acesso em 16 jan. 2018.

Marmot M. Social determinants of health inequalities. *Lancet*. 2005;365(9464):1099-104. DOI:10.1016/S0140-6736(05)71146- » [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)71146-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)71146-6)
MORAES, N. R. et al. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, 2017. v. 3, n. 5, p. 501. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3667>. Acesso em 16 jan. 2018.

MORAIS, M. R. De. **Políticas Públicas e a fé afro-brasileira**: uma reflexão sobre ações de um estado laico. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, 2012. v. 14, n. 16, p. 39–59. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CienciasSociaisReligiao/article/view/26559>. Acesso em 24 jan. 2019.

MORATOYA, E. E. et al. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, 2013. v. 22, n. 1, p. 72–84. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/958212/1/mudancas.pdf>. Acesso em 16 jan. 2018.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. X World Congress of

rural Sociology - IRSA e no XXXVII **Brazilian Congress of Rural Economician Sociology - Sober.Workshop** n. 38., 2000. p. 39–52. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176>. Acesso em 16 jan. 2018.

MOREIRA, R. J. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**. v. 12, n. 2, p. 57–88, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/316>. Acesso em 16 jan. 2018.
ADDIN Mendeley Bibliography CSL_BIBLIOGRAPHYX.

NASCIMENTO, C. R. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade A** v. 3, n. jul./dez. 2009., p. 197–225, 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/Misleine/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/DialnetAFomeComoUmaQuestaoSocialNasPoliticasp ublicasBrasi-4059720%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Misleine/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/DialnetAFomeComoUmaQuestaoSocialNasPoliticasp ublicasBrasi-4059720%20(1).pdf). Acesso em: 29 jul. 2018.

NASCIMENTO, R. C. **O papel do Consea na construção da política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Doutorado submetido a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/dissertação-e-tese/doutorado-o-papel-do-consea-na-construção-da-política-e-do-sistema-nac. Acesso em 15 jan. 2019.

NOVAES, H. T. Reestruturação do campo e o fetichismo da “revolução verde”. **revista ciências do trabalho**, 2017. v. s.n., n. 9, p. 15–28. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/152>. Acesso em 15 jan. 2019.

OLIVEIRA, G. A. **Pegos a laço: identidade, deslocamento e luta pela terra no quilombo de Cocalim**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Misleine/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/oliveira_ga_dr_mar%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Misleine/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/oliveira_ga_dr_mar%20(1).pdf). Acesso em 20 jan. 2019.

OLIVEIRA, A. **Modo Capitalista de Produção Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição ed. FFLCH, São Paulo: 2007. 185 p.

OMRAN, A. **The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of populatuon change**. The Milbank Memorial Fund Quarterly, 1971. v. 49, n. 1, p. 509–538. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2690264/>
Acesso em 20 jan. 2019.

ONU. **Declaração do Milênio das Nações Unidas** 08 de Setembro de 2000. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf. Acesso em 20 jan. 2019.

ONU, **Nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em 21 jan. 2019.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil: História Popular**, Editora Contexto, São Paulo 1987.

PRADO, S. D. et al. A pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil de 2000 a 2005: tendências e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2010. v. 15, n. 1, p. 7–18. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100002. Acesso em: 10 fev. 2019

PAIVA, S. G. **Fatores de risco para doenças cardiovasculares em populações de quilombos contemporâneos do Brasil central parâmetros demográficos, socioeconômicos, ancestralidade genética e saúde**. Doutorado submetido a Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/24069. Acesso em: 10 fev. 2019.

PARR, S. F. **Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos - o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano Sen e os Relatórios de Desenvolvimento Humano** - operacionalizando o. 1990. p. 1–13. Disponível em: sergiorosendo.pbworks.com/f/Fukuda-Parr+2002+Sen.pdf. Acesso em: 05 jan. 2019.

PEDRAZA, D. F.; NOBRE, T. **Questionários de Frequência de Consumo Alimentar desenvolvidos e validados para população do Brasil: revisão da literatura** Food Frequency Questionnaire developed and validated for the Brazilian population: a review of the literature. 2014. p. 2697–2720.

PNUD. IPEA: FJP. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017**. Brasília: [s.n.], 2017. 127 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf. .978-85-88201-45-3. Acesso em 23 ago. 2018.

PNUD. **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável**, 2015. 250p. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/Acompanhando_Agenda2030-Subsidios_iniciais-Brasil.pdf. .978-85-88201-29-3. Acesso em 23 ago. 2018.

POPKIN, 2006 Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with noncommunicable diseases. **The American Journal of Clinical Nutrition**, Volume 84, Issue 2, August 2006, Pages 289–298. Disponível em: <https://academic.oup.com/ajcn/article/84/2/289/4881816>. Acesso em 14 abr. 2018.

RASELLA, D. et al. Assessing the relevance of indicators in tracking social determinants and progress toward equitable population health in Brazil. **Global Health Action**, 2016. v. 9, n. 1. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26853898>. Acesso em 14 abr. 2018.

RECINE, E.; VASCONCELLOS, A. B. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Ciência & Saúde Coletiva** v. 16, n. 1,

p. 73–79, 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100011. Acesso em 14 abr. 2018.

RIBEIRO, C. O.; MENEZES, R. G. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), 2008. v. 7, n. 1, p. 42–55. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3937>. Acesso em: 03 jan. 2019.

RODRIGUES, L. R.; GUIMARÃES, F.F.F.; COSTA, J. B. De A. Comunidades Tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades** Niterói rj: aninter-sh/ ppgsd-uff, 03 a 06 de Setembro de 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Misleine/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Artigo%20-%20740%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Misleine/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Artigo%20-%20740%20(1).pdf). Acesso em: 03 jan. 2019.

RUA, M. D. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Dieese**. 2012 Disponível em: projetos.dieese.org.br/projetos/SUPROF/AnalisepoliticaspUBLICAS.PDF?. Acesso em: 12 jan. 2019.

SALAZAR-DÍAZ, R. et al. Alimentação mundial - uma reflexão sobre a história. **Cadernos de Debate**, 2005. v. 116, n. 2, p. 1970–1980. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0142-1.pdf%5Cnhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 12 dez. 2017.

SACHS, J. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos anos. São Paulo: companhia das letras, 2005. 449 p.

SALLES-COSTA, R. et al. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: Estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, 2008. v. 21, n. SUPPL., p. 99–109.

SANTOS, L. P. Dos et al. Comparação entre duas escalas de segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014. v. 19, n. 1, p. 279–286. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000100279&lng=pt&tlng=pt.

SANTOS, T. G. et al. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013 Trends and factors associated with food insecurity in Brazil: the National Household Sample Survey, Tendencia y factores as. v. 34, n. 4, p. 1–17, 2018.

SANTOS, R. D. et al. **I Diretriz sobre o consumo de gorduras e saúde cardiovascular**. 2013. Disponível em: publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Gorduras.pdf. Acesso em: 14 mar. 2018.

SCOLARI, D. D. G. Produção agrícola mundial: o potencial do Brasil. **EMBRAPA**, 2005. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/417182/producao-agricola-mundial-o-potencial-do-brasil>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SEN, A. The concept of development. In Chenery, HOLLIS; SRINIVASAN, T.N. editors. Handbook of development economics. Vol 1. Elsevier Science Publishers, 1988. p. 10-26.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SERRA, G. M. A. et al. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2003. v. 7, n. 1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3322764/mod_resource/content/1/o-padroo-alimentar-ocidental-consideracoes-sobre-a-mudanca-de-habitos-no-brasil.pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

SICHERI, R.; PEREIRA, R. A. Revista de Saúde Pública: 50 years disseminating the knowledge in nutrition. **Revista de Saúde Pública**. 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5152806/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SILVA, S. D. S.; SANTOS, R. P. Populações tradicionais: uma reflexão sobre a questão nutricional. **Amazônica, Rev. Antropologia**. (Online) 10 (2): 552 - 566, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6517>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SIMÃO, A F et al. [I Brazilian Guidelines for cardiovascular prevention]. **Arq Bras Cardiol** v. 101, n. 6 Suppl 2, p. 1–63, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2013004500001%5Cnhttp://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24554026%5Cnhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2013004500001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt%5Cnhttp://www.scielo.br/>.1806-3756. Acesso em: 3 nov. 2017.

SCHUCH, J. B; VOIGT, F; MALUF, S.W; ANDRADE, F. M. Nutrigenética: a interação entre hábitos alimentares e o perfil genético individual. **Revista Brasileira de Biociências**, 2010. v. 8, n. 1, p. 73-84, jan./mar. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/view/1332>. Acess em: 25 abr. 2019.

SCHRAMM, J. M. D. A. et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2004. v. 9, n. 4, p. 897–908. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a11v9n4.pdf. Acesso em: 4 mar. 2018.

SHINZATO, E. JACQUES, P. D.; CAVEDON, A. D. **USO DO SOLO E**

COBERTURA VEGETAL, 2015. p. 65–80. 9788598729251. Disponível em: www.cprm.gov.br/publique/media/geodiversidade/ps/solos/solos_unidades.pdf. Acesso em: 4 mar. 2018.

SHIRLEY, G.; SILVA, V. J. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico** v. 7, n. 2, p. 191–200, 2014. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK EwiU_eXQts7hAhULJrkGHcQnAzAQFjAAegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Fseer.pucgoias.edu.br%2Findex.php%2Fmosaico%2Farticle%2Fdownload%2F4120%2F2352&usg=AOvVaw2rLN85hQ5HRwMXCGkU1LY0. Acesso em: 17 mar. 2018.

SOARES, D. A.; BARRETO, S. M. Indicadores nutricionais combinados e fatores associados em população Quilombola no Sudoeste da Bahia, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva** v. 20, n. 3, p. 821–832, 2015.1413-8123. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232015000300821&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 mar. 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Political Science**, 2006. v. 8, n. 2003, p. 20–45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 4 mar. 2018.

SUPLICY, E. M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. **Saúde e sociedade**. vol.12 no.1 São Paulo Jan./June 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902003000100009. Acesso em 13 out. 2018.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. O mundo da saúde, 2005. p. 455–460. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Declara??o+Unive rsal+sobre+Bio?tica+e+Direitos+Humanos#6>. Acesso em: 4 mar. 2018.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 2012. v. 21, n. 4, p. 539–548. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 5 abr. 2018.

VASCONCELOS, F; A. G. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Cad. Saúde Pública [online]. 2008, vol.24, n.11, pp.2710-2717. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008001100027&script=sci_abstract&tling=pt. Acesso em 14 set. 2018.

WEISHEIMER, N. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares sociais** v. 02, n. 5, p. 561–563, 2013. Disponível em:

www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf. Acesso em 14 set. 2018.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2003. v. 21, n. VII, p. 62–87. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/239>>. Acesso em 23 nov. 2017.

ZENERATTI, F. L. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil / Property and latifundium: introduction to the debate about its origin and perpetuation in Brazil. **Caderno de Geografia**, 2017. v. 27, n. 50, p. 441. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p441>>. Acesso em 12 out. 2017.

ANEXO**QUESTIONÁRIO SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL**

Nos últimos 12 meses:

1. Alguma vez terminou a comida da casa e o Sr(a) não tinha dinheiro para comprar mais? SIM () NÃO ()

2. O (a) Sr (a) pode oferecer uma alimentação variada, com feijão, arroz, carnes, saladas e frutas para sua família? SIM () NÃO ()

3. O (a) Sr (a) ou alguma outra pessoa na sua casa tiveram que diminuir a quantidade de comida ou não fazer alguma refeição por falta de dinheiro para comprar mais?

SIM () NÃO ()

Se SIM: Em quantos meses isso aconteceu? _____

4. O (a) Sr(a) comeu menos do que gostaria porque não tinha dinheiro para comprar mais? SIM () NÃO ()

5. O (a) Sr(a) sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro para comprar mais comida? SIM () NÃO ()

APÊNDICES

Apêndice 01: Grupos alimentares baseados nos alimentos do Q.F.A utilizado na pesquisa

PROTEÍNAS
Carnes bovinas; Carnes suínas; Peixes; Aves e feijão.
CARBOIDRATOS
Arroz branco; Macarrão instantâneo; Fubá; Cuscuz de milho ou arroz; Batata; Pão de forma; Pão francês; Biscoito recheado; Biscoito comum; Bolo.
GORDURAS
Margarina ou manteiga e óleo de soja.
AÇUCARES
Açúcar refinado; Achocolatados; Doces caseiros; Balas; Bombons; Sucos artificiais; Sucos de caixinha; Refrigerantes; Café com açúcar.
HORTALIÇAS E FRUTAS
Hortaliças cruas; Hortaliças cozidas; Frutas.

Apêndice 02: Questionário de perfil socioeconômico e qualidade de vida

Data _____ Família: _____

Nome:			
Contato Fone:	()	Celular:	()
Seu sexo:	☐ Masculino	☐ Feminino	Idade:
Cor/etnia:	☐ Branco (a)	☐ Pardo(a)	☐ Negro(a) ☐ Amarelo(a) ☐ Indígena
Qual seu estado civil?			
☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a). ☐ Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a) ☐ Viúvo(a). ☐ União estável			
Ocupação:			
DADOS SOCIOECONÔMICOS			
Onde você nasceu? ☐ _____ ☐ Na comunidade () Sim () Não ☐ Cidade de outro Estado/País, qual? _____			
Quantas pessoas moram em sua casa? (incluindo você)			
☐ 2 pessoas. ☐ 3 pessoas. ☐ 4 pessoas. ☐ 5 pessoas. ☐ 6 pessoas. ☐ Mais de 6 pessoas. ☐ Moro sozinho.			
Qual sua renda mensal individual?			
☐ Nenhuma. ☐ Menos que um salário mínimo. () ☐ Até 1 salário mínimo 937,00 . ☐ Até 03 salários mínimos (até \$1,530.00). ☐ de 03 até 05 salários mínimos (de \$1.530.00 até \$2.550.00). ☐ de 05 até 08 salários mínimos (de \$2.550.00 até \$4.080.00). ☐ Superior a 08 salários mínimos (superior a \$4.080.00). ☐ Benefício social governamental , qual? _____ valor atual: _____			
Qual sua escolaridade?			
☐ Ensino fundamental incompleto. ☐ Ensino fundamental completo ☐ Ensino Médio incompleto ☐ Ensino Médio completo ☐ Ensino Superior incompleto ☐ Ensino Superior completo ☐ Maior parte em escola particular com bolsa ☐ Todo em escola pública.			
Quantidade de pessoas que vivem da renda mensal familiar (incluindo você)			
☐ Uma. ☐ Duas. ☐ Três. ☐ Quatro. ☐ Cinco ou mais.			
Sobre a sua saúde responda:			
☐ Faz atividade física? Qual? _____ ☐ Ingestão de álcool ☐ 1 vez por semana () 2 x por semana () todos os dias.			
☐ Diabetes () Hipertensão Arterial () Problemas Cardíacos () toma algum medicamento diariamente: ☐ Tem acesso ao serviço de saúde () SUS () Particular			
A casa em que sua família reside é:			
☐ Emprestada ou cedida.			

☐ Própria em pagamento. (valor da prestação: R\$ _____)	
☐ Alugada:(valor do aluguel: R\$ _____)	
☐ Própria já quitada.	
Quais dos itens abaixo há em sua casa	Quantidade
☐ Tv	
☐ Videocassete e/ou DVD	
☐ Rádio	
☐ Microcomputador	
☐ Automóvel	
☐ Máquina de lavar roupa	
☐ Geladeira	
☐ Telefone fixo	
☐ Telefone celular	
☐ Acesso à Internet	
☐ Tv por assinatura	
☐ Empregada mensalista	

Apêndice 03: Questionário de frequência alimentar

Com que frequência o Sr(a) ingere esses alimentos	Nunca	Menos de 1x mês	1 a 3 x /mês	1 a 2x /semana	2 a 4x /semana	1 x /dia	2 ou +x/dia
Arroz branco cozido							
Macarrão instantâneo							
Fubá, cuscuz de milho ou de arroz.							
Batata cozida							
Mandioca							
Pão de forma, pão francês ou outro tipo de pão.							
Margarina/manteiga							
Biscoito recheado							
Biscoito sem recheio							
Bolo comum							
Hortaliças cruas							
Hortaliças cozidas							
Feijão							
Frutas							
Carnes bovinas							
Carnes suínas (porco)							
Peixes							
Aves							
Aves de granja							
Ovo frito ou omelete							
Embutidos (salsichas, linguiças)							
Feijão							
Leite natural							
Leite de caixinha							
Leite em pó							
Bebidas lácteas (iogurtes)							
Queijos							
Açúcar refinado							
Achocolatados							
Doces caseiros							
Bombons, balas,							

pirulitos e etc.							
Salgados (coxinhas pasteis ou similares)							
Salgadinhos tipo batatas ou similares							
Café com açúcar							
Sucos artificiais em pó							
Sucos de frutas caixinhas							
Sucos de frutas naturais							
Refrigerantes							
Outros							